



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Nutrição

Maria Thereza Furtado Cury

**Análise do desenvolvimento da extensão universitária no Instituto
de Nutrição da UERJ no período 1990-2014**

Rio de Janeiro

2015

Maria Thereza Furtado Cury

**Análise do desenvolvimento da extensão universitária no Instituto de Nutrição
da UERJ no período 1990-2014**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Políticas, saberes e práticas em alimentação, nutrição e saúde.

Orientadora: Dra. Inês Rugani Ribeiro de Castro
Co-orientadora: Dra. Luciana Maria Cerqueira Castro

Rio de Janeiro
2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SÍRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C982 Cury, Maria Thereza Furtado.
Análise do desenvolvimento da extensão universitária no Instituto de
Nutrição da UERJ no período 1990-2014 / Maria Thereza Furtado Cury. –
2015.
187 f.

Orientador: Inês Rugani Ribeiro de Castro
Co-orientadora: Luciana Maria Cerqueira Castro
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Nutrição.

1. Nutrição – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Ensino Universitário –
Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Extensão universitária – Teses. 4.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Teses. I. Castro, Inês Rugani
Ribeiro de. II. Castro, Luciana Maria Cerqueira. III. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição. IV. Título.

es

CDU 612.39:378

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Maria Thereza Furtado Cury

Análise do desenvolvimento da extensão universitária no Instituto de Nutrição da UERJ no período 1990-2014

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Políticas, saberes e práticas em alimentação, nutrição e saúde.

Aprovado em 17 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Inês Rugani Ribeiro de Castro (Orientadora)
Instituto de Nutrição da UERJ

Profa. Dra. Shirley Donizete Prado
Instituto de Nutrição da UERJ

Profa. Dra. Sonia Regina Mendes dos Santos
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ

Prof. Dra. Ana Inês Sousa
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Profa. Dra. Thais Salema
Escola de Nutrição da UNIRIO

Rio de Janeiro
2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, minha amiga, uma entusiasta, meu porto seguro e grande Incentivadora de uma vida inteira.

Obrigada D. Thereza.

E também a você Djalma, que me mostrou que o amor é um só e para sempre.

Ao Mario, meu irmão, meu amigo, sempre.

AGRADECIMENTOS

Muitos a agradecer. Mesmo correndo o risco da omissão agradeço às minhas orientadoras Inês Rugani Ribeiro de Castro e Luciana Maria Cerqueira Castro, amigas, colegas, parceiras, incansáveis, competentes. Obrigada! Sem vocês eu não teria conseguido...

à equipe da SR-3, na pessoa da Sub-Reitora professora Regina Lucia Monteiro Henriques, da Diretora do Depext, professora Nádia Pimenta Lima e o técnico Peterson Alves Corrêa

ao Cetreina, pela concessão da bolsa EIC para o projeto baseado na tese

à equipe do MID, aqui representado pela Coordenadora Luciana Avellar Mattos e as bibliotecárias Selma Pinto de Oliveira e Denise Jomério D'Avila

ao Centro de Memória Dr^a Nalva Pereira Caldas da Faculdade de Enfermagem na pessoa da professora doutora Nalva Pereira Caldas e sua Secretaria

ao Instituto de Nutrição

à equipe da Secretaria da Direção do Instituto de Nutrição, Tânia Cristina Costa, Adriana Guidão, Isabela da Silva Oliveira e Stella Castelo Branco

à equipe da secretaria do PPGANS Maria Moraes Teixeira, Daniele Valois de Souza e Michele D'Avila Lopes

aos professores do Instituto de Nutrição

um agradecimento especial aos professores do Departamento de Nutrição Social, em especial àqueles que estiveram na chefia do departamento no período, Cintia Chaves Curioni, Elda Lima Tavares, Flávia dos Santos Barbosa Brito, Débora Martins dos Santos

ao secretário do DNS Diogo Cunha

aos professores que concederam entrevistas

aos professores coordenadores de projetos de extensão, que autorizaram a consulta aos relatórios e projetos de extensão.

às amigas Maria Elisa Barros, Maria Fátima Menezes, Ana Lucia Rego, Juliana Martins, Silvia Cristina Farias, Patrícia Maria Périco Perez, Maria Lucia Teixeira Polônio, Eliane Abreu Soares, Shizuko Kashijima Gomes, Ana da Luz

Monteiro, Nelzir Trindade Reis, Alessandra Dias. Muito obrigada pela presença, apoio, carinho e atenção.

à futura designer Ana Carolina Valle, pelo trabalho com a figura 3 da tese.

às minhas Marias, Maria Imaculada e Maria do Carmo, que cuidaram de mim e da minha família, com zelo e dedicação neste período. Muito obrigada!

a meus primos e primas, pelo cuidado, carinho, oração e pela presença constante.

E finalmente quero agradecer a Deus, que me amparou e iluminou o caminho.

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

RESUMO

CURY, MTF. *Análise do desenvolvimento da extensão universitária no Instituto de Nutrição da UERJ no período de 1990 a 2014*. 2015. 187 f. Tese (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde) - Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A extensão universitária vem se institucionalizando nas universidades públicas brasileiras. Porém pouco se conhece sobre seu desenvolvimento nas unidades acadêmicas. Este trabalho teve como objeto analisar o desenvolvimento da extensão universitária no Instituto de Nutrição da UERJ (NUT) no período de 1990-2014. Trata-se de estudo historiográfico, baseado em pesquisa bibliográfica e na análise dos documentos coletados em arquivos e registros institucionais da UERJ, complementadas com entrevistas com informantes chave. A análise do material levantado abarcou: sistematização do histórico de institucionalização da extensão na UERJ, caracterização dos projetos desenvolvidos no NUT até 2014 e análise dos projetos ativos no período de 2005 a 2014 com pelo menos cinco anos de atividade. A caracterização dos projetos considerou, entre outros, as categorias: área temática, palavras-chave, abrangência geográfica, parcerias, situação curricular e equipe do projeto. A análise dos projetos se deu por meio da sistematização de seus relatórios e pelo seu cotejamento com as linhas de extensão propostas pelo FORPROEX e com as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Nas últimas décadas, houve grandes avanços na institucionalização da extensão na UERJ. De 1990 a 2014, foram identificados 73 projetos de extensão desenvolvidos no NUT. Foi observada ampliação do corpo docente envolvido e da carga horária alocada em atividades extensionistas. Foi notório o crescimento do número de projetos de extensão vigentes a cada ano e do público por eles atingido. O perfil dos projetos de extensão do NUT tem sido voltado, prioritariamente, para as áreas temáticas de saúde e de educação de forma articulada, convergindo com os campos clássicos de atuação da Nutrição e com as vertentes tradicionais da extensão universitária. É amplo o leque de temas abordados nos projetos, destacando-se aqueles ligados ao cuidado em saúde, com ênfase em agravos e grupos populacionais específicos, à promoção da saúde e à educação/ formação. A abrangência geográfica dos projetos se ampliou com o passar dos anos. A maioria deles estabeleceu parcerias, prioritariamente com unidades da área da saúde e com instituições públicas. Somente em uma minoria deles observamos articulação com o currículo de graduação e, em parte deles, relação com pesquisa. A análise dos projetos ativos no período de 2005-2014 indicou que a maioria deles está concentrada nas linhas Saúde Humana, Educação Profissional e Segurança Alimentar e Nutricional e que, no tocante à interface com a PNAN e a PNSAN, os enfoques predominantes se concentram no cuidado nutricional na rede de atenção à saúde, na educação alimentar e nutricional e a na formação continuada. A trajetória da extensão no NUT permite identificar os seguintes desafios para o seu desenvolvimento: avançar na inserção da extensão nos projetos pedagógicos do curso de graduação; traduzir, na prática, o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; aprofundar a interface entre a extensão e as políticas públicas; ampliar o escopo de parcerias. Janelas de oportunidade devem ser buscadas e caminhos devem ser percorridos coletivamente no sentido da superação desses desafios na perspectiva de uma prática extensionista que transforme universidade e sociedade.

Palavras-chave: Extensão Universitária. UERJ. Instituto de Nutrição. Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição.

ABSTRACT

CURY, MTF. *Analysis of the development of university extension in the Institute of Nutrition of UERJ from 1990 to 2014*. 2015. 187 f. Tese (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde) - Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The university extension has been institutionalized in Brazilian public universities. But little is known about its development in academic units. This work aimed to analyze the development of university extension in the Institute of Nutrition of UERJ (NUT) in the 1990 to 2014 period. It is a historiographical study, based on literature review and analysis of the collected documents in archives and institutional records of UERJ, supplemented by interviews with key informants. Analysis of the material raised encompassed: systematization of extension institutionalization history in UERJ, characterization of the projects developed in NUT until 2014 and analysis of active projects in the period 2005-2014 with at least five years of activity. The characterization of the projects considered, among others, the categories: subject area, keyword, geographical coverage, partnerships, curriculum situation and project team. The analysis of the projects was performed through the systematization of their reports and through their mutual comparison with the lines of extension proposed by FORPROEX and the guidelines of the National Policy for Food and Nutrition (PNAN) and the National Policy on Food and Nutritional Security (PNSAN). In recent decades, there have been major advances in the institutionalization of the extension at UERJ. From 1990 to 2014 we identified 73 extension projects developed in the NUT. It was observed expansion of the number of involved faculty and the hours allocated by them in extension activities. The growing number of extension projects existing each year and the public they achieved were remarkable. The profile of the NUT extension projects have been focused primarily to the thematic areas of health and education in coordination, converging with the classic fields of nutrition activities and the traditional aspects of university extension. A wide range of topics is covered in the projects, highlighting those related to health care, with emphasis on diseases and specific population groups, health promotion and education / training. The geographical scope of the project has expanded over the years. Most of them partnered primarily with health care units and public institutions. Only in a minority of them we observe conjunction with the undergraduate curriculum, and part of them related to research. The analysis of active projects in the 2005-2014 period indicated that most of them are concentrated in the lines Human Health, Professional Education and Food Security and that, with regard to the interface with the PNAN and PNSAN, the predominant approaches focus on nutritional care in the health care network, in food and nutrition education and in continuing education. The trajectory of extension in NUT identifies the following challenges for development: progress in the extension of the insertion in the pedagogical projects of undergraduate course; translate in practice the principle of indivisibility teach-research-extension; strengthen the interface between the extension and public policies; broaden the scope of partnerships. Windows of opportunity must be sought and paths must be traversed collectively towards overcoming these challenges with a view to extension practice that transforms university and society.

Keywords: University Extension. UERJ. Institute of Nutrition. Public Policies for Food and Nutrition.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Organograma da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.61
- Figura 2 – Distribuição dos campi da Universidade do Estado do Rio de Janeiro pelos municípios do estado do Rio de Janeiro. 2014.63
- Figura 3 – Marcos da institucionalização da extensão universitária na UERJ e da inserção desta universidade no debate nacional sobre esta temática.....87
- Figura 4 – Evolução do número de projetos de extensão do Instituto de Nutrição da UERJ vigentes e iniciados por ano no período de 1990-2014.....99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes primárias consultadas para identificação de marcos da institucionalização da extensão universitária na UERJ, da atividade extensionista no Instituto de Nutrição e das ações extramuros desta unidade acadêmica.	74
Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão ^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.	89
Quadro 3 - Área temática, palavras-chave, abrangência geográfica, parcerias (internas e externas) e situação curricular dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.	105
Quadro 4 – Palavras-chave identificadas nos projetos de extensão do Instituto de Nutrição desenvolvidos no período 1990-2014, agrupadas por convergência temática. (continua).....	113
Quadro 5- Interface dos projetos de extensão ativos no período 2005-2014 no Instituto de Nutrição-UERJ, com pelo menos cinco anos de atividade, com as linhas de extensão propostas pelo FORPROEX e com as diretrizes da PNAN ^a e da PNSAN ^b	138

LISTA DE TABELAS

Tabela - 1	Distribuição do tempo de duração (em anos) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ no período de 1990 a 2014, segundo situação (ativo/encerrado) em 2014.	100
Tabela 2 –	Frequência (absoluta e percentual) de docentes efetivos, segundo tipo de atividade declarada. Instituto de Nutrição – UERJ, 1993 – 2014.	102
Tabela 3 –	Distribuição percentual da carga horária semanal dos professores efetivos segundo atividade acadêmica. Instituto de Nutrição– UERJ no período de 1992- 2014.	102
Tabela 4-	Distribuição dos projetos desenvolvidos no Instituto de Nutrição da UERJ de 1990 a 2014 segundo abrangência geográfica e parcerias estabelecidas por período de início. (continua)	115
Tabela 5 -	Número de projetos vinculados e não vinculados a programas de extensão e público atingido pelos projetos de extensão do Instituto de Nutrição no período de 2003 a 2014 ^a	120
Tabela 6 -	Número de interfaces principais e secundárias com as linhas de extensão universitária propostas pelo FORPROEX registradas para os 21 projetos de extensão ativos no período 2005-2014 no Instituto de Nutrição-UERJ, com pelo menos cinco anos de atividade (21 projetos, 35 registros de linhas).	141
Tabela 7 –	Número de interfaces principais e secundárias com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) registradas ^a para os 20 ^b projetos de extensão ativos no período 2005-2014 no Instituto de Nutrição-UERJ, com pelo menos cinco anos de atividade.	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEDA -	Ato Executivo de Decisão Administrativa
ANDES -	Associação de Docentes de Ensino Superior
ATAN -	Área Técnica de Alimentação e Nutrição
ATSCAM -	Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno
CAE -	Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN –	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CBI -	Centro Biomédico
CCS -	Centro de Ciências Sociais
CEADS -	Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
CEH –	Centro de Educação e Humanidades
CGAN -	Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição
CGPAN –	Geral de Políticas de Alimentação e Nutrição
CODAE -	Coordenação de Extensão
CONAES –	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONASEMS -	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS -	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CONSEA -	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COPREXT -	Coordenação de Projetos e Programas de Extensão
COS -	Comitê de Orientação e Supervisão
COSEMS -	Conselho de Secretários Municipais de Saúde
CPC -	Centro Popular de Cultura
CRN/4 –	Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª região
CRUB -	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC -	Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
CTC -	Centro de Tecnologia e Ciências
CUCC –	Centro Universitário de Controle do Câncer
HUPE -	Hospital Universitário Pedro Ernesto
Cap/UERJ -	Colégio de Aplicação da UERJ
CTE -	Centro de Tecnologia Educacional
DECULT –	Departamento Cultural
DHAA -	Direito Humano a Alimentação Adequada

FASUBRA	-	Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras
FORPROEX	-	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IHAC	-	Iniciativa Hospital Amigo da Criança
INAD	-	Instituto de Nutrição Annes Dias
INAN	-	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IUBAAM	-	Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação
LDB	-	Lei de diretrizes e Bases
LOSAN	-	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MEC	-	Ministério da Educação
NBCAL	-	Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças na Primeira Infância Bicos, Chupetas e Mamadeiras
NEPAD	-	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas
NESA	-	Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente
NEXT/FENF	-	Núcleo de Extensão da Faculdade de Enfermagem da UERJ
NIESC-VR	-	Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura
NUT	-	Instituto de Nutrição
PAT	-	Programa de Alimentação do Trabalhador
PLANSAN	-	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAB	-	Política Nacional de Atenção Básica
PNAE	-	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	-	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNExt	-	Plano Nacional de Extensão Universitária
PNIAM	-	Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno
PNPS	-	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNSAN	-	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPC	-	Policlínica Piquet Carneiro
REDETEC	-	Rede de Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro
RENEX	-	Rede Nacional de Extensão
SAN	-	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	-	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SIEX/Brasil	-	Sistema Nacional de Informações de Extensão
SINAES	-	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SISAN -	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNVS -	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SRAC -	Sub-Reitoria de Assuntos Comunitários
SR- 3 –	Sub-Reitoria de Extensão e Cultura
SUS –	Sistema Único de Saúde
UDF -	Universidade do Distrito Federal
UERJ -	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UnATI -	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Aberta Sobre A Terceira Idade
UNE -	União Nacional dos Estudantes
UNICEF -	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID -	United States Agency for International Development
USM -	UERJ sem Muros
WABA -	Aliança Mundial de Ações Pró-Amamentação

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: ANTECEDENTES E HISTÓRICO	21
1.1	Antecedentes	21
1.2	Histórico	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	33
2.1	Extensão Universitária	33
2.2	Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil	39
3	CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO DO ESTUDO	59
3.1	UERJ	59
3.1.1	<u>Caracterização</u>	59
3.1.2	<u>Sub-reitora de Extensão e Cultura</u>	63
3.2	Instituto de Nutrição	67
4	PERCURSO METODOLÓGICO	70
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	82
5.1	Institucionalização da extensão universitária na UERJ	82
5.2	Histórico da extensão universitária no Instituto de Nutrição	88
5.3	Análise dos projetos de extensão universitária desenvolvidos no NUT de 1990 a 2014	103
5.3.1	<u>Análise dos projetos segundo categorias de interesse</u>	103
5.3.2	<u>Análise dos projetos de extensão no NUT ativos no período de 2005-2014, com cinco ou mais anos de atividade</u>	121
5.3.2.1	Descrição dos projetos	121
5.3.2.2	Interface dos projetos com as linhas de extensão propostas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras e com as diretrizes da PNAN e PNSAN.	137
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS	148
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	164

APÊNDICE B - Roteiro das entrevistas realizadas com informantes chave	165
APENDICE C - Documentos utilizados como base para a descrição e a análise dos projetos de extensão do INU de 2000 a 2014	166
APENDICE D – Relação dos projetos de extensão que alteraram seu nome ao longo do tempo de vigência.....	171
ANEXO A - Diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, e formas de operacionalização mais frequentes (BRASIL,2012)	172
ANEXO B - Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2011).....	174
ANEXO C - Linhas de Extensão, em ordem alfabética, para classificação das ações de Extensão Universitária, e formas de operacionalização mais frequentes (FORPROEX, 2007).....	180

INTRODUÇÃO

O projeto por mim desenvolvido durante o curso de Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde teve como objeto uma análise sobre a história da extensão universitária no Instituto de Nutrição (NUT) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Meu interesse nesta temática reside no fato de que sou docente desta instituição e estou inserida em diversas atividades extensionistas, nas quais busco desenvolver ações alinhadas com a função social da universidade, qual seja, a de contribuir para a organização social e construção da cidadania e para o desenvolvimento regional (DEMO, 1983), além de exercitar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que vejo como dimensões de um mesmo fazer.

A ideia do projeto surgiu diante da constatação de que esta é uma história não contada. Ao apresentar uma (minha) versão desta história, pretendo oferecer subsídios para uma reflexão coletiva sobre a trajetória do NUT até o momento, no que tange à extensão universitária, e, ainda, para a construção também coletiva de um projeto de futuro dessa unidade acadêmica, tendo como foco a relevância social da ação extensionista e o compromisso social da Universidade frente aos problemas sociais (PONTE et al., 2009).

Dois aspectos são centrais na delimitação de um projeto de tese: relevância e oportunidade. Quanto à relevância, o presente trabalho permitiu uma compreensão de como a extensão universitária vem se desenvolvendo nesta unidade acadêmica. Além de poder subsidiar a construção coletiva de um projeto de futuro para o NUT no tocante à Extensão, conforme já comentado, esse estudo pode também inspirar a reflexão sobre a Extensão em outras instituições e áreas que não só a Nutrição, à medida que realizou um exercício de sistematização e análise de dados passível de ser replicado.

No que se refere à oportunidade, cabe destacar dois aspectos. O primeiro diz respeito ao atual momento do NUT, que está vivenciando uma ampliação e renovação de seu quadro docente. Esses novos professores estão se inserindo nas atividades extensionistas já existentes e trazendo novos olhares para elas e, também, estão criando novas atividades. A análise da história do NUT e a possibilidade de um pensar coletivo em relação à extensão

podem ampliar os horizontes desse coletivo de docentes que ganhou nova conformação.

O segundo aspecto se refere à agenda da Política Nacional de Extensão Universitária (2012), que propõe, entre outros itens o desenvolvimento de uma relação autônoma e crítico-propositiva da extensão com as políticas públicas, por meio de programas estruturantes capazes de gerar desenvolvimento social (FÓRUM..., 2012).

Nesse sentido, é oportuno conhecer a trajetória da extensão no NUT no tocante à sua interface com as políticas públicas - uma das análises realizadas no presente estudo - de forma a subsidiar as escolhas e os rumos a serem traçados em resposta à proposição feita .

Portanto, acreditamos que esta tese, além de trazer um estudo inédito, é relevante e oportuna, podendo contribuir para o avanço no conhecimento desta área.

Objetivos

Geral

Analisar o desenvolvimento da extensão universitária no Instituto de Nutrição da UERJ no período de 1990 a 2014.

Específicos

1. Sistematizar o histórico dos projetos de extensão universitária desenvolvidos nesta unidade acadêmica no período de 1990 a 2014.
2. Analisar os projetos de extensão universitária desenvolvidos no período de 2005 a 2014 nesta unidade acadêmica com ênfase na

sua interface com a Política Nacional de Extensão Universitária e com as políticas públicas de Alimentação e Nutrição.

Estrutura da Tese

De maneira a atender aos objetivos a que nos propusemos, esta tese está organizada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais, assim organizados:

O capítulo um apresenta os antecedentes da extensão universitária no mundo e um breve histórico de seu desenvolvimento no Brasil, desde os seus primórdios, passando pelo surgimento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e descrevendo as ações por ele desenvolvidas para a institucionalização da extensão nas universidades.

No capítulo dois apresentamos o referencial teórico-conceitual, contendo uma reflexão teórica sobre a Extensão universitária em nosso país e sobre as políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil. Concentramos nesses dois temas o nosso aprofundamento do referencial teórico com o intuito de fundamentar a análise que realizamos dos projetos do NUT no tocante à sua convergência com as diretrizes da extensão universitária e à sua interface com as políticas públicas de alimentação e nutrição.

O capítulo três descreve o cenário de estudo, caracterizando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com ênfase na descrição das instâncias dedicadas à extensão universitária, e, também, o Instituto de Nutrição desta Universidade.

A trajetória metodológica da construção deste trabalho, desde a escolha e a seleção dos instrumentos até os procedimentos de análise adotados, está contida no capítulo quatro.

No capítulo cinco estão a apresentação e a discussão dos resultados, organizadas nos seguintes tópicos: histórico da institucionalização da extensão universitária na UERJ, entendendo ser este o pano de fundo para o desenvolvimento da extensão no NUT; histórico dos projetos de extensão

desenvolvidos no período 1990-2014; e análise desses projetos segundo categorias da Extensão Universitária e segundo sua interface com políticas públicas de alimentação e nutrição selecionadas.

1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: ANTECEDENTES E HISTÓRICO

1.1 Antecedentes

A história da Extensão Universitária se inicia associada à Universidade de Bolonha, primeira das universidades europeias, criada em 1088 e reconhecida em 1158 por Frederico Barbarossa, o regente à época, e que promulgou a *Constitutio Habita*, definindo-a como um lugar de estudo independente de qualquer poder político. Relatos indicam que a universidade desenvolveu ações extramuros, que se revestiam da idéia de missão ou ação filantrópica em campanhas de saúde, assistência a populações vulneráveis, incluindo o estímulo à cultura em vários segmentos da sociedade e o uso de teatro na escola, entre outras atividades. Há também relatos sobre o início da Extensão Universitária no Mosteiro de Alcobaça, em Portugal, em 1269, com atividades adotadas pelos jesuítas como a assistência a populações de baixa renda e a utilização de teatro escolar, que mais tarde foram trazidas para a América Latina (ROCHA, 2001).

Outras experiências de Extensão Universitária aconteceram na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, vinculadas à ideia de educação continuada, não só para a população de baixa renda, mas também para a população em geral. O contexto norteador deste modelo foi a Revolução Industrial Inglesa, que passou a requerer trabalhadores com educação formal e qualificada para realização de várias funções. Assim, a universidade inglesa passou a se preocupar não só com a elite social, mas também com a formação de técnicos especializados. Mais tarde, passou a oferecer atividades como cursos noturnos e de fim de semana para a população em geral, chegando a criar um departamento de extensão com esta finalidade (VILA BELA, 1989; ROCHA, 2001).

O modelo extensionista americano surgiu quase na mesma época, pela necessidade de uma educação universitária baseada na prática, principalmente

na área de agricultura, com a criação dos Institutos Agrícolas e dos *Land Grant Colleges*, assim chamadas as Faculdades ou Escolas Superiores de Agricultura americanas. No início do século XX, mais precisamente em 1906, a extensão universitária americana passou a ser mais reconhecida pelo trabalho desenvolvido na Universidade de Wisconsin que, comprometida com a profissionalização e com o relacionamento com a sociedade, diversificou sua atuação, prestando serviços tanto na área urbana quanto na rural (VILA BELA, 1989).

A formalização da extensão universitária nos Estados Unidos ocorreu em 1914 com a Lei Smith Lever. Esta lei previa um financiamento compartilhado entre o departamento de Agricultura do governo federal (USDA), os *Land Grant Colleges* pelo estado e os governos locais, que deveriam prover recursos financeiros e de pessoal de apoio para programas de assistência técnica aos agricultores, de economia doméstica, de organização da juventude e de trabalho cooperativo (VILA BELA, 1989; SILVA, 2000; FÓRUM..., 2012).

Já na América Latina, a extensão universitária se iniciou em universidades uruguaias e argentinas, em 1908. Merece destaque a Reforma de Córdoba, na Argentina, em 1918, um episódio que marcou a história da extensão universitária latino-americana. Estudantes organizaram um Manifesto denunciando o regime de dominação colonial vivido até então, em uma universidade arcaica e fechada. O manifesto defendia a abertura da Universidade para as questões sociais, com a discussão de sua função social e a construção de uma sociedade mais democrática. O movimento estudantil influenciou a reforma universitária, modificando a concepção de universidade como instrumento de desenvolvimento regional, sendo a extensão universitária uma das suas dimensões (GURGEL, 1986; VILA BELA, 1989; BEMVENUTI, 2006; RIBEIRO, 2011).

1.2 Histórico

Experiências de Extensão Universitária no Brasil datam do início do século XX e sofreram forte influência dos modelos desenvolvidos na Inglaterra

e nos Estados Unidos e, também, do Manifesto de Córdoba, na Argentina. Mais tarde, em 1937, as propostas e discussões desse último movimento foram retomadas pelos estudantes brasileiros, resultando na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) (GURGEL, 1986; VILA BELA, 1989; BEMVENUTI, 2006).

Provavelmente a primeira experiência extensionista brasileira em uma instituição de ensino superior foi aquela ligada ao surgimento da Universidade Livre de São Paulo, em 1912. Ela oferecia ao público interessado conferências abertas ao público semanais e gratuitas, denominadas “Lições Públicas”, cujo conteúdo, muito especializado, era de pouco interesse para a população em geral, que vivia em condições críticas. No total foram 107 conferências com títulos como: “O Fogo Sagrado da Idade Média”, “A Latinidade Rumania” e “A importância e o Progresso da Otorrinolaringologia” (GURGEL, 1986; NOGUEIRA, 2005; BEMVENUTI, 2006; RIBEIRO, 2011). Outra experiência brasileira ocorreu em 1920, quando da fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa - Minas Gerais, atual Universidade Federal de Viçosa. Esta implementou o padrão extensionista das universidades americanas dirigido à prestação de serviços para o meio rural (GURGEL, 1986; SILVA, 2000).

O primeiro registro oficial da extensão Universitária no país ocorreu em 1931, através do Decreto 19.851 de 11 de abril daquele ano, que regulamentou o Estatuto das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1931; FREIRE, 2011; FÓRUM..., 2012). As primeiras menções ao termo extensão aparecem nesse Estatuto, já trazendo a ideia de relação com a sociedade, conforme se vê no trecho abaixo (em que se manteve a grafia daquela época):

Art. 42. A extensão universitaria será effectivada por meio de cursos e conferencias de caracter educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario.

§ 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou collectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagação de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionaes.

Fica clara a ideia de institucionalização da Extensão Universitária, uma vez que foi definido o controle das atividades pelo Conselho Universitário. Mas,

apesar de apresentar inovações e da intenção de aproximar a universidade da sociedade, o decreto restringia as práticas de extensão unicamente à realização de cursos e conferências (NOGUEIRA, 2005; FREIRE, 2011).

Após o período da ditadura de Vargas (1930-1945), a extensão universitária, assim como a universidade como um todo, passou a fazer parte da agenda de debates da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Havia, neste momento, uma grande mobilização popular e muito interesse nas reformas sociais, dentre elas a reforma universitária, que ganhou força com discussões acerca da estrutura e funções da universidade. Ainda que fosse um debate crítico e amplo entre professores, alunos e comunidade como um todo, não tinha adesão na esfera de Governo. Este debate, embora tenha avançado no decorrer da década de 1960, trazendo algumas propostas específicas para a extensão universitária, foi deixado em segundo plano com o advento do Golpe Militar de 1964, permanecendo assim durante todo o período da ditadura militar (1964 a 1985) (GURGEL, 1986; CARBONARI; PEREIRA 2007; FREIRE, 2011; SANTOS; SANTOS, 2013).

Cabe destacar a ação extensionista realizada pelos estudantes a partir da criação da UNE em 1937. Esta atuação foi mais intensa no início dos anos 1960. A proposta da UNE era a de propiciar aos estudantes a participação na vida das comunidades, o que permitia a troca de experiências entre estudantes de diferentes áreas e, também, entre profissionais de áreas afins, com ações de atendimento a comunidades socialmente vulneráveis. A metodologia adotada permitia uma reflexão sobre as atividades realizadas, representando importante contribuição dos estudantes à Extensão Universitária. Todas as atividades extensionistas realizadas pelos estudantes nesta época, como o Centro Popular de Cultura- CPC, Centro de Estudos Cinematográficos, o Serviço de Extensão Cultural- SEC e a UNE Volante eram desvinculadas das instâncias da Universidade, ainda que houvesse a participação de alguns docentes e técnicos (ROCHA, 2001; NOGUEIRA, 2005).

Em 1961, o governo publicou a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4.024/61). Nela, a extensão universitária foi apresentada, no artigo nº 69, como modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência, sem enunciar o seu conceito nem considerar suas possibilidades de transformação social. Sem ouvir a sociedade, esta Lei

caracterizou a extensão universitária como mero instrumento de oferta de cursos, ignorando suas funções e finalidades de aproximar a sociedade da universidade conforme preconizado no Estatuto de 1931 (FREIRE, 2011; ROCHA, 2013).

Nos anos 1960 e 1970, ainda no contexto da ditadura militar brasileira, as ações extensionistas começaram a ser vistas como um risco ao regime militar, o que trouxe grande restrição aos debates e opiniões emanados do meio universitário. Neste cenário em que a universidade se apresentava muito politizada, o governo militar, arbitrariamente, iniciou uma reformulação do sistema universitário (CARBONARI; PEREIRA, 2007; SILVA, 2000). Em 1966, foi solicitado ao Conselho Federal de Educação um anteprojeto de lei que promovesse a reestruturação das universidades públicas. Esta iniciativa se concretizou no Decreto-lei nº 53/66, que fixou princípios e normas de organização para as universidades federais. No ano seguinte, foi promulgado o Decreto-Lei Nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, que estabeleceu normas complementares ao Decreto-Lei anterior, na perspectiva de disciplinar, de forma mais detalhada, a reestruturação das universidades e estabelecer os limites na forma como esta reorganização seria feita em cada instituição. Este decreto definiu que a extensão universitária passaria a complementar as atividades de ensino e pesquisa, conforme se vê no artigo nº 10:

Art. 10. A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes.

Parágrafo único. Os cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos a Universidade, na forma do que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966 (BRASIL, 1967).

A extensão universitária que era desenvolvida nessa época tinha alguns dos ideais estudantis incorporados, mas sempre dentro de um projeto que atendesse as necessidades do país, na visão dos militares. Isso gerou uma extensão universitária de cunho assistencialista, que associava os projetos à perspectiva de desenvolvimento da segurança do país. Ainda assim, no contexto da Política de Segurança Nacional, três iniciativas desse período de ditadura militar são consideradas importantes em relação à extensão

universitária. As duas primeiras foram a criação, em 1966, dos Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e a criação do Projeto Rondon, que teve sua origem no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, do qual participaram membros do Ministério do Interior e Forças Armadas e professores. Em ambos os casos, a idéia era estimular a participação estudantil em atividades assistenciais, com ideais nacionalistas. Tendo sua primeira operação realizada em 1967, esse projeto se constituiu no maior movimento de mobilização de estudantes da América Latina e, talvez, do mundo (MANCIBO, 1996; SOUZA, 2000; ROCHA, 2001).

Embora estas duas iniciativas sejam as mais conhecidas, merecem também registro iniciativas ocorridas na mesma época, como a Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná - criada em 1960, o Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social - MUDES -, surgido no Rio de Janeiro em 1968 por iniciativa de segmentos empresariais, contando com o apoio governamental; o Instituto Euvaldo Lodi, constituído em 1969, sob a responsabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Operação Mauá (OPEMA), do Ministério dos Transportes, criada em 1969, que promoveu a participação de universitários em estágios e viagens de estudo relacionados com o setor de transportes; e a Operação Oswaldo Cruz, surgida no Ministério da Saúde, com a finalidade mobilizar alunos para programas de saúde (GURGEL, 1986; ROCHA, 2001; TAVARES, 1997; CASTRO, 2004; FÓRUM..., 2012).

A terceira iniciativa ocorreu em 1968, com a entrada em vigor da lei nº 5.540 da Reforma Universitária, alinhada aos princípios da Lei de Segurança Nacional. Ela foi elaborada com base no relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU), instituído em 1967, frente a um movimento estudantil cada vez mais mobilizado em direção a uma perspectiva revolucionária e à crescente politização da universidade. Este grupo apresentou o documento da Comissão Meira Matos e o relatório de John Hilliard e Rudolph Atcon (membros do *United States Agency for International Development* - USAID), chegando ao modelo da reforma apresentada em 1968. A influência americana no Brasil se fazia presente desde 1940 e ocorria

em várias áreas, tendo como intenção central frear o avanço do comunismo nesse continente (BRASIL, 1968; GURGEL, 1968; NOGUEIRA, 2005; SANTOS; SANTOS, 2013).

Nesta lei, a dialogicidade com a comunidade e a autonomia universitária não estavam expressas, fazendo com que a extensão continuasse a ser vista como uma atividade complementar, de apoio ao ensino e à pesquisa, sendo uma forma de transferir à sociedade o conhecimento produzido (CARBONARI; PEREIRA, 2007; SILVA, 2000), conforme se pode ler nos artigos nº 20 e nº 40:

Art.20. As universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes.

Art.40. As instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento.

Em 1975, o MEC anunciou o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que propôs a política de extensão para as universidades brasileiras, apresentando diretrizes e normas, acompanhamento e avaliação das ações de extensão universitária, e a articulação entre as universidades e parcerias com órgãos públicos. Este plano teve sua inspiração nas ideias de Paulo Freire sobre extensão e comunicação. Apresentou uma concepção de extensão universitária baseada na relação entre extensão, ensino e pesquisa e, também, na relação entre universidade e sociedade (BRASIL, 1975; NOGUEIRA, 2005). O Plano sugeria que as ações de extensão fossem planejadas na universidade, com integração entre departamentos, unidades e outras instituições, além da comunidade a que a ação extensionista se destinava. Recomendava, ainda, o estágio de alunos como meio de integração entre ensino, extensão e pesquisa (NOGUEIRA, 2005).

Este plano representou um avanço, principalmente pela época de sua formulação, ampliando a ideia de comunidade para organizações, outras instituições e populações. Também superou a ideia de cursos e prestação de serviços, sugerindo outras atividades extensionistas baseadas no contato com a realidade onde a universidade estivesse inserida. Entretanto, o controle das

atividades e o poder de decisão couberam ao MEC, enquanto a universidade era apenas a executora das ações/ extensionistas (NOGUEIRA, 2005).

Em 1979, o MEC passou por uma reforma administrativa e a Coordenação de Atividades de Extensão – CODAE, responsável pelo planejamento e execução do Plano, foi extinta, sem que outro órgão absorvesse suas funções, o que comprometeu a continuidade das ações iniciadas (NOGUEIRA, 2005).

Finda a ditadura militar, em 1984, com a abertura política e a redemocratização, foram retomadas as discussões sobre a relação da universidade com os movimentos sociais e, nesse contexto, a universidade buscou desenvolver uma proposta democrática, voltada para seu próprio desenvolvimento e debatida com a comunidade, dentro dos ideais de direitos humanos. Emancipação e assistencialismo, embora antagonistas, eram ideias presentes nestes debates (CARBONARI; PEREIRA, 2007; FREIRE, 2011; FÓRUM..., 2012). São fatos derivados deste processo a criação da Associação de Docentes de Ensino Superior (Andes) em 1981, a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra), em 1982 e o reconhecimento oficial da UNE em 1985 (Lei nº 7395, de 31/10/1985). A discussão no meio acadêmico neste período se relacionava com dois eixos principais, a autonomia universitária e o compromisso social da universidade com a sociedade, prioritariamente com os menos favorecidos. Na reflexão sobre a universidade pública, a extensão universitária saiu fortalecida enquanto atividade acadêmica responsável pela função social da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa, como meio de democratização do conhecimento (NOGUEIRA, 2005).

No ano de 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). O primeiro encontro contou com a presença de 33 instituições públicas federais e estaduais de ensino superior de todas as regiões do Brasil, incluindo a UERJ. Desde então, este Fórum tem como objetivo a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão voltadas para a transformação social, para a cidadania e fortalecimento da democracia. Busca também divulgar as atividades de extensão realizadas pelas universidades públicas, ultrapassando

concepções antigas de transmissão de conhecimento e assistencialismo (NOGUEIRA, 2005; FÓRUM..., 2012).

O FORPROEX, buscando espaço para a ação extensionista na política acadêmica e em busca da institucionalização da extensão dentro do MEC, participou da elaboração de duas políticas de extensão universitária. A primeira foi o Programa de Fomento à Extensão Universitária, PROEXTE, que teve sua primeira versão apresentada em 1993. Este programa estabeleceu que a extensão universitária deveria ser desenvolvida na forma de programas, projetos e eventos. E, para concessão de auxílio, deveriam ser apresentadas propostas em duas linhas preestabelecidas, sendo que cada instituição deveria apresentar uma única proposta, tendo o primeiro julgamento de projetos ocorrido em 1993. O programa ganhou nova versão em 1994, sendo acompanhado de um questionário para traçar o perfil da extensão universitária no Brasil, como pré-requisito para concorrer ao programa, desagradando a muitas universidades. Sua implementação foi marcada pelo atraso na liberação dos recursos, que se acentuou a cada ano, culminando com a suspensão dessa liberação em 1997, o que acarretou o fim do programa (NOGUEIRA, 2005). Em 2003, o Fórum de Extensão reiniciou o processo de negociação sobre o financiamento e a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) voltou a financiar as propostas de extensão (CASTRO, 2004), o que segue ocorrendo até a atualidade.

Cabe registrar que, em 1996, houve a substituição da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 pela Lei n. 9.394/1996. Mas a nova LDB não avança na discussão conceitual da extensão e nem na forma dela ser desenvolvida, diferindo da proposta emanada do FORPROEX, como podemos ver a seguir:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

Inciso VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, bem como prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta, uma relação de reciprocidade.

Inciso VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44º. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Nessa lei, a extensão universitária é apresentada como mecanismo de acesso ao conhecimento gerado através de cursos, ou seja, uma via de mão única de disseminação do conhecimento para ser “oferecida à sociedade”. Na perspectiva do FORPROEX, a universidade não é dona de um saber pronto e acabado. Pelo contrário, como participa da sociedade, ela deve ser sensível aos seus problemas por meio dos grupos sociais com os quais interage e das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão (SERRANO, 2006).

A segunda iniciativa para a extensão é o Plano Nacional de Extensão Universitária, publicado em 1999. Este apresenta as áreas temáticas e tem como metas, dentre outras, a criação de um programa de fomento e de bolsas, a consolidação do Sistema de Informações, a inclusão das instituições públicas de ensino superior à Rede Nacional de Extensão (RENEX); a elaboração de um sistema de avaliação em parceria com o MEC e a institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular. Neste plano aventa-se a possibilidade de se dar unidade para os programas temáticos desenvolvidos nas universidades. Ao analisar a trajetória da Extensão, sua estruturação e institucionalização, verifica-se que algumas das metas apontadas no plano vêm sendo trabalhadas. Um primeiro exemplo foi a iniciativa de organização das atividades extensionistas no país como um todo por meio da consolidação de um sistema de informações (SIEX/Brasil). Outro exemplo foi a perspectiva de adoção da extensão universitária como componente de avaliação da própria universidade através de um sistema de indicadores que possam demonstrar seu compromisso tanto com a sua própria transformação quanto com a da sociedade. O terceiro exemplo são os esforços de articulação com outros setores sociedade, aí incluídas as instâncias governamentais, para ações conjuntas e participação nas discussões, elaboração e execução de políticas públicas onde a cidadania e o cidadão sejam as referências (NOGUEIRA, 2005; FÓRUM..., 2012).

Quando se trata da organização da Extensão podemos citar a iniciativa do estabelecimento da Rede Nacional de Extensão (RENEX), criada pelo FORPROEX durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras é indicada como meta no Plano de

Extensão de 1999. É ela que coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil, e contém informações sobre as instituições integrantes do fórum, divulgando ações extensionistas universitárias e mantendo atualizado um banco de dados sobre as práticas de extensão no País. O SIEXBrasil (<http://www.siexbrasil.renex.org.br/>), criado em 2003, a partir da adaptação e atualização do software Sistema de Informação da Extensão da UFMG, é um sistema pioneiro no domínio da Extensão. O sistema é alimentado com os dados lançados diretamente pelas instituições e integram a base de dados nacional. Hoje o SIEXBrasil é um software livre e todas as instituições podem utilizá-lo como um sistema de gestão das ações de extensão, desde o envio eletrônico das ações pelo coordenador, avaliação, monitoramento das unidades envolvidas e geração de relatórios das ações realizadas e de indicadores de avaliação universitária (FÓRUM..., 2007). É importante citar que o MEC vem desenvolvendo o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), baseado no SIEXBrasil e com coordenação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Seu objetivo é auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a publicização de projetos de extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras, com o propósito de agilizar o envio de projetos pela Internet para realização de parecer técnico de comitês e câmeras, acompanhando e monitorando as atividades da proposta durante as fases de planejamento, execução e avaliação (SIGPROJ [s.d.]).

Em seus registros, A RENEX informa que, em 2010, o FORPROEX alterou sua denominação para Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira, com o objetivo de incorporar todas as universidades públicas do País (federais, estaduais e municipais) e, atualmente, congrega 78 instituições federais e 44 estaduais ou municipais, perfazendo um total de 122 universidades públicas (RENEX [sd];).

Em 2012, foi publicada a Política Nacional de Extensão Universitária, lançada em 2012 (FÓRUM..., 2012), que reafirma os objetivos pactuados ao longo da existência do FORPROEX, muitos dos quais já haviam sido apontados no Plano Nacional de Extensão Universitária de 1999. Nela, além de um novo conceito de extensão apresentado e discutido mais adiante no capítulo 2, são apresentadas as diretrizes da extensão, é apontada a

necessidade de articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas e com os movimentos sociais e é reafirmada uma agenda estratégica pactuada no FORPROEX com doze ações que se fazem

necessárias para o estabelecimento e redefinições das políticas públicas de apoio e fomento de ações acadêmicas no âmbito das agências governamentais, do MEC, e das próprias Instituições de Educação Superior (FÓRUM..., 2012 p.33).

Nos últimos três anos o Fórum segue envidando esforços para a institucionalização da extensão, com reivindicações sobre o seu financiamento e sobre a efetiva implementação da inserção da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior, conforme estabelece a estratégia 7, da meta 12, do Plano Nacional de Educação – PNE; a criação de indicadores de avaliação da Extensão no contexto da avaliação geral da universidade; e a criação de setor específico junto ao MEC para a Extensão Universitária, dentre outros (FÓRUM..., 2014a, 2014b, 2015a, 2015b).

Diante do exposto, pode-se dizer que a institucionalização da extensão universitária, no que tange às suas concepções e aos seus processos de trabalho, vem avançando, embora se tenha ainda um longo caminho a percorrer para alcançar os objetivos e vencer os atuais desafios da universidade pública, como financiamento, seu conservadorismo e outros problemas estruturais, tendo como pano de fundo os contextos nacional e internacional (FÓRUM..., 2012).

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1 Extensão Universitária

Concepções de extensão universitária vêm sendo discutidas ao longo dos anos e, apesar dos avanços de sua institucionalização nas universidades brasileiras, ainda permanece a necessidade da discussão com a comunidade universitária sobre o seu papel e sobre sua institucionalização. Isto se dá cotidianamente tendo em vista o dinamismo da vida universitária.

No primeiro encontro do FORPROEX, em novembro de 1987, a extensão universitária ficou assim definida:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FÓRUM..., 1987, p.11).

Ainda neste mesmo período, a Constituição Brasileira, promulgada em 1988, estabeleceu que:

Art. 207 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
Art. 213 - § 2º- as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público (BRASIL, 1988, p. 121-123).

Ensino, pesquisa e extensão seriam, então, os pilares de conformação o saber universitário e deveriam ser equivalentes e merecedores do mesmo

tratamento pelas instituições de ensino superior. Essa tríade permitiria que a educação pudesse também estar situada extramuros, interligando a universidade com outros setores da sociedade, pois as práticas extensionistas podem propiciar um intenso relacionamento entre as universidades e as comunidades onde estão inseridas. Além disso, seu reconhecimento constitucional representou um importante avanço na institucionalização da extensão universitária (FREIRE, 2011; FÓRUM..., 2012).

No processo da elaboração da Política Nacional de Extensão Universitária, publicada em 2012 (FÓRUM..., 2012), o conceito de extensão universitária foi rediscutido e ganhou a seguinte redação:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FÓRUM..., 2012, p.15).

Pode-se observar que esse conceito traz um avanço ao acrescentar que a extensão é também um processo político. Além disso, ele expressa claramente que a extensão promove a interação com outros setores da sociedade. É nesta interação que a universidade se renova e repensa sobre quais conhecimentos devem ser produzidos e como deve ser dar esse processo (FÓRUM..., 2012). Assim, quando se reflete sobre a extensão universitária, é inevitável discutir o papel social da universidade, observando sua responsabilidade na formação profissional e na construção de novos conhecimentos.

A Política Nacional de Extensão também expressa os avanços na concepção de extensão por meio de suas diretrizes, a saber:

1 - Interação dialógica: orienta as relações entre universidade e setores sociais usando metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento. As relações devem ser marcadas pelo diálogo e troca de saberes e pela busca de alianças com movimentos, setores e organizações sociais.

Para a Universidade, a extensão universitária ainda tem se apresentado como a oportunidade mais frequente de se relacionar com os outros setores da

sociedade. Esta interlocução favorece o aprendizado de novos saberes, o aprofundamento do conhecimento dos problemas vividos pela comunidade e "a compreensão do conhecimento como ferramenta de transformação" (ANDRADE, 2004, p. 45). Compreendemos que a extensão universitária é um espaço privilegiado de diálogo entre a universidade e a sociedade, com o compromisso de colaborar para a solução de problemas e contribuir para o desenvolvimento social e econômico das regiões (OLIVEIRA; ROCHA, 2010). Toda esta articulação deve ser realizada de forma crítica e autônoma, com o intuito de contribuir para superação da fragmentação, setorialização, desarticulação e superposição de políticas, programas e projetos sociais. Além disso, essa articulação deve ser pautada no compromisso de superar todas as formas de desigualdade, de discriminação e de exclusão e vulnerabilidade sociais.

Nesse sentido cabe perguntar: como a universidade vem se colocando, por exemplo, no debate sobre as políticas públicas? Tem sido capaz de influenciar a construção e o redirecionamento dessas políticas? Para responder a estas questões é preciso que a universidade faça uma profunda reflexão sobre seu papel e sobre sua capacidade de influenciar as diferentes agendas de políticas públicas. Ou seja, a Universidade precisa se posicionar de forma presente e ativa nos debates que são de interesse social, mantendo sua autonomia (OLIVEIRA; ROCHA, 2010). Por outro lado, também é preciso que a sociedade construa estratégias para transformação das instituições, entre elas a universidade, de forma a garantir um ambiente político-institucional que favoreça a interlocução com o Estado e seja capaz de influenciar as agendas, a concepção e a implementação de políticas públicas que respondam aos verdadeiros anseios da população (SILVA, 2012).

Vale ressaltar que a atuação da universidade não deve substituir a função do Estado, mas, sim, colaborar na produção do saber com e para a comunidade (NOGUEIRA, 2000; OLIVEIRA, 2004). Cabe destacar, também, que essa possibilidade de articulação com as políticas públicas constitui-se em iniciativa importante para o aprendizado da própria comunidade universitária. O aprendizado das negociações, pactuações, da participação social, além da possibilidade de formação profissional qualificada para formular e gerenciar as políticas públicas (FÓRUM..., 2012).

2 - Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: busca soluções para a dicotomia existente entre a sociedade, complexa, e as ações extensionistas muitas vezes dirigidas a aspectos específicos dessa realidade. O que se discute aqui é a possibilidade de que a interação entre modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento possam contribuir para a materialização da combinação entre especialização e visão holística.

A diretriz referente à interdisciplinaridade e interprofissionalidade fala das parcerias e interações a serem realizadas dentro e fora da Universidade, com outras áreas de conhecimento e/ ou disciplinas para a construção de um novo saber. Silva e Kuenzer (1999) apontam que esta

é sempre um devir, nunca está determinada por um plano ou projeto (...) e que a interdisciplinaridade será atingida se a cooperação entre as áreas chegar a uma construção de novos conceitos, que não são exclusivos de nenhuma das áreas (JAPIASSU, 1976 apud SILVA, KUENZER, 1999, não paginado).

Bispo et al. (2014) complementam dizendo que o “exercício da interdisciplinaridade possibilita a formação de profissionais que tenham possibilidades de trabalhar em equipe e realizar um cuidado mais integrado e integrador” e que, por isso, deve ser estimulado.

3 - Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão: envolve a formação de pessoas e a geração de conhecimento, fortalecendo a ideia de extensão como processo acadêmico, com o aluno como protagonista desse processo. Aponta a metodologia participativa como desejável para a produção de conhecimento, já que esta permite aos atores envolvidos a apreensão de saberes e práticas e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades. Sugere também a incorporação de alunos de pós-graduação nas atividades de extensão.

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão pressupõe que a universidade produza conhecimentos relevantes e que estes possam ser apropriados também por aqueles que estão fora dela. Conhecimentos estes que são resultado das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conectados

entre si. Porém o que vemos, em sua maioria, são projetos dissociados tanto do ensino da graduação quanto da pós-graduação (DIAS, 2009).

Para que isso não aconteça, é preciso que a organização curricular seja mais flexível, de modo a propiciar a formação contextualizada com as questões contemporâneas. Segundo Neto (2004, p. 13) o processo de flexibilização curricular

não pode ser entendido como uma mera modificação ou acréscimo de atividades complementares na estrutura curricular (...). Na flexibilização dos currículos, evidencia-se a importância de se buscar e de se construir uma estrutura curricular que permita incorporar outras formas de aprendizagem e formação presentes na realidade social.

Cabe destacar que é preciso que se compreenda que as atividades de pesquisa e extensão são vitais para a renovação do processo de ensino aprendizagem, mas que, segundo Dias (2009)

exige um redirecionamento dos tempos e dos espaços de formação, das práticas vigentes de ensino, de pesquisa e de extensão e da própria política das Universidades... (NETO, 2004, p 43).

Ao reforçarmos a idéia da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e da centralidade da extensão na formação do aluno, concordamos com a opinião de diversos autores (SILVA; KUENZER, 1999; CASTRO, 2004; MOITA, 2009; SÍVERES, 2013; SANTOS; SANTOS, 2013; HUNGER et al., 2014) de que a extensão pode possibilitar ao estudante experienciar outros modos de aprender e de ensinar, outros modos de viver, de se relacionar e de se comprometer, além de permitir a reflexão crítica diante da realidade e uma formação baseada na ética, na responsabilidade cidadã, no compromisso social e na solidariedade (SILVA; RIBEIRO; SILVA JUNIOR, 2013; SIVERES, 2013). E isto se faz na troca de experiências com outros atores e na conexão com o outro. Assim, consideramos fundamental a ampliação dos projetos e programas de extensão de modo a permitir uma maior participação dos estudantes.

Em relação à pós-graduação, dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), somente o terceiro (1986) e o quinto (2005-2010) fazem menção à articulação/integração da pós-graduação com a graduação. O plano de 2011-

2020 aponta apenas que levará em consideração o legado dos planos anteriores, propondo a continuidade do crescimento com qualidade do Sistema Nacional de Pós-Graduação e incorporará novas ações e políticas (CAPES, 1986, 2005, 2010).

4 - Impacto na formação do estudante: amplia sua visão de mundo e enriquece sua experiência discente tanto em termos teóricos e metodológicos quanto em relação aos compromissos éticos e solidários.

O que se propõe nesta diretriz é uma relação com impacto técnico-científico e sociopessoal, fruto da existência de projeto didático-pedagógico com atribuição de créditos acadêmicos, sob orientação e avaliação de docente-tutor, que facilite a flexibilização da formação e a integralização curricular, estabelecendo uma relação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024, de 2014, corrobora esta diretriz na medida em que propõe como estratégia para alcançar a meta número sete do anexo da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)

12.7. Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014, p. 74).

5 - Impacto e transformação social: busca uma atuação transformadora na relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, principalmente aquelas voltadas para o desenvolvimento social e regional e para o aprimoramento das políticas públicas (NOGUEIRA, 2000; BRASIL, 2012).

Esta diretriz é, juntamente com a primeira diretriz - Interação Dialógica, aquela que expressa a necessidade da universidade de se conectar mais intensamente com a comunidade ou com outros setores da sociedade.

Para finalizar, trazemos a fala de Boaventura de Souza Santos (2004), sobre o caminho que a extensão universitária ainda tem a percorrer:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (p.53).

2.2 Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil

Conforme apontado no tópico anterior, a atual Política Nacional de Extensão Universitária (2012) aponta que uma das formas de diálogo entre a universidade e a sociedade se dá por meio da interface com as políticas públicas. Essa perspectiva motivou, no âmbito da presente tese, o cotejamento da experiência extensionista desenvolvida no NUT com as políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. Por este motivo, apresento a seguir não uma revisão exaustiva de cada política desenvolvida no Brasil, mas elementos que possam ancorar a reflexão feita quando da análise do material empírico coletado.

No Brasil, o processo político de institucionalização das agências públicas voltadas para a política de alimentação e nutrição iniciou-se em 1940, com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). A documentação sobre este histórico é ampla e vem sendo sistematizada por vários autores. Bem conhecida é a publicação “As políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil”, subdividida em dois artigos, que apresenta os fatos desde 1940 até 1964 e a partir dos anos 1970 até anos 1980 (L’ABATTE, 1988; L’ABATTE, 1989). Além desta autora, outras abordagens também estão contidas em Barros e Tartaglia (2003); Arruda e Arruda (2005); Vasconcelos (2011); e Recine e Vasconcelos (2011). Além da criação do SAPS, que foi extinto em 1967, alguns programas e políticas merecem destaque neste período.

O primeiro deles foi a institucionalização da merenda escolar através da Campanha Nacional de Merenda Escolar pelo Decreto no 37.106, de 31 de

março de 1955. Esta estratégia consistia no oferecimento de refeições aos alunos da rede pública de ensino acompanhado de atividades de educação alimentar. Essa ação sofreu profundas transformações ao longo do tempo tanto em termos de abrangência e institucionalização, quanto do tipo e da qualidade dos alimentos oferecidos aos estudantes, sendo regulamentada como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 1979 (BRASIL, 2009).

Ele é considerado um dos mais longevos e abrangentes programas de alimentação escolar no mundo. Vem conquistando avanços ao longo do tempo, inclusive em termos de escopo, alocação de recursos financeiros e de cobertura populacional. Desde 1994, a gestão da alimentação escolar é feita de forma descentralizada (BRASIL, 1994), ou seja, passou da esfera governamental federal para os municípios, o que facilitou a logística e diminuiu o custo da distribuição dos alimentos, bem como atendeu às diferenças de hábitos alimentares regionais do País. Também abriu a possibilidade de participação da pequena empresa, do comércio local e do pequeno agricultor neste mercado (PEIXINHO, 2013).

Em 1997, vários órgãos, incluindo aqueles gestores do PNAE, foram extintos e incorporados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia federal vinculada ao MEC, responsável pelo financiamento de projetos e programas do ensino básico das escolas públicas.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE), criado em 1994, tornou-se obrigatório em 2000, consistindo em um instrumento de controle social do PNAE. Sua atribuição é a de acompanhar e monitorar os recursos federais repassados para a alimentação escolar, além fiscalizar as escolas para garantir boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos. O CAE é composto por um representante do poder executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e discentes; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes das entidades civis organizadas e seus suplentes. (BRASIL, 2000; PEIXINHO, 2013).

A partir de 2003, o programa foi revisto, merecendo destaque as seguintes mudanças: o estabelecimento de critérios técnicos e operacionais com vistas à maior eficiência administrativa, o fortalecimento do papel do CAE, para melhorar o controle social, e a definição do nutricionista como Responsável Técnico pelo programa (CFN, 2005).

Em 2006, tornou-se obrigatória a oferta de no mínimo três porções de frutas e/ou hortaliças por semana no cardápio escolar (PEIXINHO, 2013). Também nesse ano foi publicada a portaria nº 1010, no âmbito da Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas de todo o País (BRASIL, 2006e).

O PNAE tem como princípios norteadores a equidade, participação social, universalidade, sustentabilidade/continuidade, compartilhamento de responsabilidades, direito humano à alimentação adequada e respeito aos hábitos e tradições regionais (BRASIL, 2009). Na história recente do programa, merece destaque a implementação tanto da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, resultado da ação conjunta do Governo Federal e sociedade civil, da Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009 quanto da Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015 (BRASIL, 2009; PEIXINHO, 2013; BRASIL, 2015). Estas ampliam o olhar sobre a alimentação escolar para toda a educação básica e para jovens e adultos; destacam a educação alimentar como ferramenta fundamental para alcançar os objetivos do programa; fortalecem a participação da comunidade no controle social das ações; garantem a alimentação aos alunos mesmo em situações de suspensão do repasse dos recursos por eventuais problemas de execução do Programa e fomentam a agricultura familiar por meio da obrigatoriedade de que pelo menos 30% dos recursos federais repassados sejam alocados na aquisição de gêneros alimentícios oriundos desse tipo de agricultura. Em resumo, o PNAE tem se consolidado como programa universal, equânime, participativo, integrador, sustentável e promotor da educação e da saúde (BRASIL, 2009a; PEIXINHO, 2013).

Outro importante marco na história das políticas de alimentação e nutrição no Brasil foi a criação, em 1972, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Autarquia ligada ao Ministério da Saúde com a responsabilidade de formular programas e políticas na área de alimentação e nutrição. Era responsável pela promoção e fiscalização da sua execução, pela avaliação dos resultados e pelo estímulo a pesquisa científica de apoio (FROZI; GALEAZI, 2004; RECINE; VASCONCELOS, 2011). O INAN foi extinto em 1997 e as ações por ele desenvolvidas foram distribuídas em alguns setores do Ministério da Saúde. Meses mais tarde, foi criada uma área específica para a Alimentação e Nutrição chamada Área Técnica de Alimentação e Nutrição

(ATAN), na Secretaria de Políticas de Saúde. Em 1998, a ATAN foi transferida para o Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Assistência à Saúde, com o nome de Coordenação Geral de Políticas de Alimentação e Nutrição – CGPAN, hoje chamada Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN). Sua missão é implementar e coordenar ações de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que será comentada adiante (FROZI; GALEAZI, 2004; ARRUDA; ARRUDA, 2007).

Um terceiro marco foi a criação do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, que foi instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 e regulamentado pelo Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991. É, portanto, uma das mais antigas e importantes políticas de alimentação e nutrição do Brasil (BANDONI; JAIME, 2008). Este programa está estruturado como parceria entre Governo (Ministérios do Trabalho e Emprego, da Fazenda, da Saúde, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), empresa e trabalhador, e tem como unidade gestora a Secretaria de Inspeção do Trabalho / Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego. O acesso à alimentação se faz por refeições servidas no local de trabalho ou pelo fornecimento de tíquetes e cestas básicas, sendo dirigido prioritariamente aos trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos mensais, com vistas à promoção da saúde e prevenção das doenças relacionadas ao trabalho. Vale dizer que o programa ainda prevê que as empresas beneficiárias podem contemplar trabalhadores de renda mais elevada, desde que esteja garantido o atendimento da totalidade dos trabalhadores que percebam até cinco salários mínimos e o benefício a eles concedido não tenha valor inferior àquele concedido aos de rendimento mais elevado, independentemente da duração da jornada de trabalho (BRASIL, 1991; BANDONI; JAIME, 2008).

O PAT foi reformulado em 2006, após 30 anos de existência, com a publicação da portaria interministerial nº 66/2006 (BRASIL, 2006d), sendo alteradas as recomendações de energia e adicionadas recomendações para macronutrientes, gorduras saturadas, fibras e sódio, que não estavam descritas na legislação anterior. Além disso, a portaria também acrescenta a obrigatoriedade da oferta de frutas e hortaliças nas refeições oferecidas pelas empresas de acordo com as recomendações do guia alimentar para a

população brasileira vigente à época e com as recomendações propostas pela Estratégia Global de Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, de 2004 (BRASIL, 2004). Finalmente, esta portaria traz também a recomendação de que sejam desenvolvidas ações de educação nutricional (BANDONI; JAIME, 2008). Para alguns analistas das políticas sociais, a forma de organização do PAT não caracteriza uma política social e, sim, um subsídio oferecido pelo governo federal aos trabalhadores. Para outros, as exigências nutricionais das refeições fornecidas pelo PAT na época de sua criação já configurariam o Programa como política social (SILVA, 1998).

O Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM), criado em 1981, é outra iniciativa que merece destaque. Este surgiu após o declínio da prática do aleitamento materno (AM) no Brasil nos anos 1960 e 1970, o início das discussões acerca do resgate dessa prática a partir dos anos 1980 e, também, após a 34ª Assembleia Mundial de Saúde, em janeiro de 1981, que aprovou o Código internacional de marketing de fórmulas infantis e outros produtos usados como substitutos do leite materno, determinante para decisão da criação do Programa (REA, 2003).

Sua estratégia de ação se baseou na identificação dos obstáculos à prática da amamentação seguida de ações voltadas ao seu incentivo. Detectou-se que as causas do desmame precoce estavam relacionados principalmente à falta de informação sobre aleitamento materno por parte dos profissionais de saúde e do público em geral; ao trabalho assalariado da mulher e à propaganda indiscriminada dos produtos para lactentes. Com base nesse diagnóstico, foram articuladas diversas ações voltadas à formação de profissionais de saúde com ênfase no aconselhamento individualizado em amamentação, campanhas anuais na mídia, produção e divulgação de material educativo, incentivo à formação de grupos de apoio à amamentação na comunidade, aprovação de leis que protegessem a amamentação e controlassem o marketing de fórmulas lácteas (REA, 2003).

Inúmeras iniciativas ocorreram no sentido de fortalecer a agenda pró-amamentação. Entre elas destacam-se: a coordenação das ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno no Ministério da Saúde em articulação com as demais esferas de governo; a instituição do alojamento conjunto nas maternidades em 1983; a implementação da Iniciativa Hospital

Amigo da Criança (IHAC) em 1992, que mudou a rotina nos hospitais, proibindo doações de substitutos do leite materno e estabelecendo protocolos que favorecem o início da amamentação; o apoio ao UNICEF na criação da Aliança Mundial de Ações Pró-Amamentação (WABA) em 1992, com o objetivo de auxiliar o alcance das metas mundiais de amamentação, que por sua vez estimulou o estabelecimento da Semana Mundial de Amamentação, celebrada anualmente; a implementação do método Mãe Canguru na rede hospitalar, que é um modelo de assistência perinatal voltado para o cuidado humanizado do recém-nascido de baixo peso, que além de promover maior vínculo entre mãe e filho, favorece a amamentação pela proximidade mãe-bebê; o estabelecimento de normas de funcionamento dos Bancos de leite humano (BLH) em 1988, que mais tarde evoluiria para a formação da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano (BLH); a aprovação da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes em 1988, que depois foi revisada, ampliada e publicada pela Lei 11 265/2006 como a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças na Primeira Infância Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL); a instituição, pela Constituição Brasileira em 1988, da licença maternidade remunerada e reconhecimento do direito do pai do recém-nascido a cinco dias de licença-paternidade; a implementação do projeto Bombeiro Amigo, que faz a coleta de leite domiciliar em parceria com o Corpo de Bombeiros; a implementação do Projeto Carteiro Amigo, que mobilizou os carteiros na disseminação de informações para a promoção do aleitamento materno; a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAAM), que surgiu em 1999, e tem por objetivo a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno através da mobilização das unidades básicas de saúde (REA, 2003; SOUZA; ESPÍRITO SANTO.; GIUGLIANI, 2010). Recentemente, durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida novembro de 2015, em Brasília, a Presidente da República assinou decreto que regulamenta a Lei 11.265/2006, que assegura o aleitamento materno e reduz a interferência de produtos comerciais na amamentação. O documento estabelece orientações para comercialização e publicidade de produtos direcionados às crianças de até três anos, como leites artificiais, papinhas industrializadas, mamadeiras e chupetas (BRASIL, 2015d).

Em 1998, o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM) foi extinto, e suas ações foram incorporadas pela Área Técnica de Saúde da Criança, que passou a designar-se Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno (ATSCAM).

Uma recente iniciativa de promoção do AM é a "Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no SUS - Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil" (BRASIL, 2015). Lançada em 2012 e dirigida à qualificação de profissionais de atenção básica para incentivar e reforçar a promoção do aleitamento materno e da alimentação saudável para crianças menores de dois anos. Esta estratégia está apoiada em políticas como: Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (BRASIL, 2012a), a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (BRASIL, 2006a), a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a Política Nacional de Aleitamento Materno (PNIAM) e a Rede Cegonha (BRASIL, 2011c).

Desde então, as ações vêm se concentrando em seis áreas de atuação, a saber: O incentivo ao aleitamento materno na Atenção Básica, feito pela Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil; a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e o Método Canguru na rede hospitalar; a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (BLH), que vem aumentando ano a ano o número de unidades; proteção legal ao aleitamento materno pela Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças na Primeira Infância Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL) e pela licença maternidade, que passou para seis meses em 2008; as ações de mobilização social como Semana Mundial de Amamentação; e o monitoramento das ações e das práticas de amamentação no País por meio de inquéritos epidemiológicos (SOUZA; ESPÍRITO SANTO; GIUGLIANI, 2010).

Para melhor entendermos as políticas públicas de Alimentação e Nutrição e de saúde como um todo a partir de 1988, torna-se necessário tecer algumas considerações sobre o Sistema Único de Saúde – SUS, o sistema público de saúde no Brasil. Este marco decisivo no desenvolvimento da política de saúde do Brasil foi criado em 1988, pela Constituição Federal Brasileira, baseado no conceito de que a saúde é “Direito de todos e dever do Estado”.

Seus princípios são a universalidade, a equidade e a integralidade, ou seja, todo e qualquer indivíduo tem direito a atenção à saúde sem

discriminação ou privilégio, de acordo com a sua necessidade em todos os níveis de complexidade. Tem uma função estruturante para todas as outras políticas de saúde, incluindo as de alimentação e nutrição. Seu funcionamento baseia-se nas seguintes diretrizes: descentralização – os municípios têm a responsabilidade da gestão; hierarquização – organizar os serviços de acordo com as ações e sua complexidade; regionalização – as ações de saúde ocorrem por área geográfica delimitada e região de moradia da população a ser atendida; e a participação dos cidadãos – na formulação das políticas, em todos os níveis, do federal até o local, através de seus representantes (BRASIL, 2011b).

De acordo com o artigo 4º da Lei Orgânica da Saúde nº 8080 de 1990, o SUS consiste em um "conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público". Sua atuação está baseada na descentralização das competências com ênfase na municipalização, com administração e adoção de estratégias político-administrativas da saúde locais. Para isto foram criadas as comissões intergestoras tripartite e bipartites. A tripartite nacional é composta paritariamente por representantes do Ministério da Saúde (MS), do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Tem composição formada por 15 membros, sendo cinco indicados pelo MS, cinco, pelo Conass e cinco, pelo Conasems. A representação de estados e municípios é regional, sendo um representante para cada uma das cinco regiões do País. As bipartites estaduais são compostas paritariamente por representantes da Secretaria Estadual de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde, indicados pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems). Incluem, obrigatoriamente, o Secretário de Saúde da capital do estado, instâncias de decisão com grau elevado de autonomia, além dos conselhos municipais de saúde, que incorporaram os usuários do sistema no processo decisório (BRASIL, 2011b).

Outras instâncias estão ligadas a atuação do SUS como o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Este é um órgão vinculado ao Ministério da Saúde,

e a instância máxima de deliberação do SUS e tem como função fiscalizar, acompanhar e monitorar as políticas públicas de saúde (CNS, [s.d.]).

O CNS foi instituído pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, e veio sofrendo alterações nas suas competências ao longo do tempo e de várias legislações. Merece destaque o Decreto n.º 99.438, de 7 de julho de 1990, que regulamentou as novas atribuições do CNS e definiu as entidades e órgãos que comporiam o novo plenário, com 30 membros, pois até 1990 o CNS era um órgão consultivo e seus representantes eram indicados pelo Ministro de Estado. Uma nova estrutura entrou em vigor em 2006 pela publicação do Decreto Presidencial n.º 5.839, de 11 de julho de 2006, onde o CNS passa a escolher seus membros por eleição e elege seu Presidente, cargo até então ocupado pelo Ministro de Estado da Saúde (CNS, [s.d.]).

No momento atual o CNS é formado por 48 conselheiros titulares e seus respectivos primeiro e segundos suplentes, representantes de entidades e movimentos sociais de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), entidades de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica, entidades de prestadores de serviço, entidades empresariais da área da saúde e governo federal (CNS, [s.d.]).

Dentre as competências do CNS estão aprovar o orçamento da saúde e acompanhar a sua execução orçamentária. Também cabe ao CNS a responsabilidade de aprovar a cada quatro anos o Plano Nacional de Saúde.

Cabe destacar também as Conferências de Saúde que tem papel fundamental na democratização das decisões. A 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, por exemplo, subsidiou a elaboração do artigo 196 da Constituição Federal - "Da Saúde". A partir da promulgação da Constituição, em 1988, a saúde ganhou rumos diferentes com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 28 de dezembro de 1990, a Lei n.º 8.142 instituiu as Conferências e os Conselhos de Saúde, instâncias de Controle Social (CNS, [s.d.]).

As Conferências de Saúde se iniciaram há 70 anos, cumprindo o disposto no parágrafo único do artigo 90 da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, e passaram a ser obrigatórias em 1990, pois foram consideradas instâncias colegiadas de representantes dos vários segmentos sociais com a participação dos movimentos sociais organizados, das entidades ligadas à área

da Saúde, dos gestores e dos prestadores de serviços de saúde com a finalidade de avaliar e propor diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis municipais, estaduais e nacional.

Dentre os vários avanços na organização do SUS, mais recentemente deu-se a implantação das Redes de Atenção à Saúde - RAS, definida como "arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado" (Brasil, 2010f). Esta é uma estratégia que visa solucionar a fragmentação da atenção e da gestão nas Regiões de Saúde e uma forma de organizar os serviços de saúde no SUS, e iniciou-se a partir da Portaria GM/ MS nº. 4.279 de 30 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010f), que estabeleceu diretrizes para a organização da RAS no âmbito do SUS e o Decreto nº. 7.508, de 28 de junho de 2011 (BRASIL, 2011e), que dispõe sobre a organização do SUS, e a organização e o funcionamento das RAS articuladas em regiões de saúde.

Atualmente as RAS estão em implantação, de acordo com a estratégia definida pelo Ministério da Saúde, de instituir as Redes Temáticas nas regiões metropolitanas, com objetivo de oferecer atenção integral e de qualidade, de forma regionalizada, com integração entre os diversos pontos de atenção, trazendo a idéia de outra forma de assistir a população. Com base na Portaria GM/MS nº. 4.279/2010, temos cinco redes temáticas prioritárias decididas pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT): Rede Cegonha, Rede de Urgência e Emergência (RUE), Rede de Atenção Psicossocial para as pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (Raps), Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiências (Viver Sem Limites) e Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Para que a RAS seja efetiva, é imprescindível que a Atenção Primária à Saúde (APS) esteja organizada, e coordene o cuidado ao usuário.

Ao longo dos anos, o SUS tem estado em permanente construção coletiva e vem promovendo inclusão e justiça social, obtendo resultados importantes ao longo dos anos, como: a ampliação da cobertura da atenção primária à saúde por meio da implementação da Estratégia Saúde da Família, a ampliação da cobertura das ações de imunização, distribuição de

medicamentos genéricos, eliminação do sarampo em 2007, entre outros (BRASIL, 2011b).

Outro marco fundamental para as políticas públicas da área de alimentação e nutrição foi a publicação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 1999 (BRASIL, 1999). Sua elaboração contou com a contribuição de conselheiros estaduais e municipais de saúde, entidades da sociedade civil, entidades de trabalhadores de saúde, gestores estaduais e municipais de Alimentação e Nutrição e da Atenção Básica, conselheiros estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição vinculados a universidades e especialistas em políticas públicas de saúde e alimentação e nutrição. Suas ações foram pautadas nos princípios do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ela tinha por objetivos a garantia da qualidade dos alimentos colocados para consumo no País, a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações intersetoriais que propiciassem o acesso universal aos alimentos. Para que os objetivos pudessem ser atingidos, foram definidas sete diretrizes de ação a serem seguidas no planejamento de programas e projetos. São elas: a) estímulo às ações intersetoriais, com vistas ao acesso universal aos alimentos; b) garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços nesse contexto; c) monitoramento da situação alimentar e nutricional; d) promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis; e) prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição; f) promoção do desenvolvimento de linhas de investigação; e g) desenvolvimento e capacitação de recursos humanos.

Em função de transformações sociais vivenciadas em nosso País nas últimas décadas, ocorreram mudanças no padrão de saúde e de consumo alimentar da população assim como em seu perfil nutricional: foi registrada expressiva diminuição da prevalência da desnutrição infantil no país ao mesmo tempo em que se observou aumento generalizado do excesso de peso na população (BRASIL, 2012b). Diante desse cenário, a PNAN foi revisada e nova versão foi publicada em fins de 2011 (BRASIL, 2012b). Em sua segunda versão, a PNAN passou a ter como propósito a melhoria das condições de

alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição (BRASIL, 2012b). Ela está organizada em nove diretrizes, nas quais estão indicadas as linhas de ação que visam a modificar os determinantes de saúde e promover a saúde da população. São elas:

1 - Organização da atenção nutricional: o processo de organização e gestão que compreende os cuidados relativos à alimentação e nutrição voltados à promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos, cuidados estes que devem estar associados às demais ações de atenção à saúde do SUS, para indivíduos, famílias e comunidades, contribuindo para a conformação de uma rede integrada, resolutiva e humanizada de cuidados relativos à alimentação e nutrição;

2 - Promoção da alimentação adequada e saudável: um conjunto de estratégias que proporcionem aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, de caráter amplo e que possam responder às necessidades de saúde da população, reduzindo a prevalência dos agravos relacionados à alimentação e nutrição, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Deve-se levar em consideração que o alimento tem funções que extrapolam o simples suprimento das necessidades biológicas, pois agrega significados culturais, comportamentais e afetivos singulares que não podem ser desprezados. Dentre as estratégias que podem ser utilizadas para a PAAS estão a educação alimentar e nutricional, a regulação e o controle de alimentos através de ferramentas como rotulagem, informação e publicidade e, por fim, o incentivo à criação de ambientes institucionais incentivadores de alimentação adequada e saudável;

3 - Vigilância alimentar e nutricional: consiste na descrição contínua e na predição de tendências das condições de alimentação e nutrição da população e seus fatores determinantes. Para tanto, é preciso inserir a vigilância nos serviços de saúde e integra-las com as informações derivadas dos sistemas de informação em saúde, dos inquéritos populacionais, das chamadas nutricionais e da produção científica, objetivando subsidiar o planejamento da atenção nutricional no SUS;

4 - Gestão das ações de alimentação e nutrição: propõe a articulação de uma agenda comum de alimentação e nutrição com os demais setores do governo e sua integração às demais políticas, programas e ações do SUS, em função de sua natureza transversal e característica intersetorial. Deve ser responsabilidade dos gestores do SUS, em todos os níveis, implantar a PNAN através de parcerias e articulação institucional entre o SUS e o SISAN (comentado a seguir);

5 - Participação e controle social: a participação social deve estar presente nos processos cotidianos do SUS, sendo transversal ao conjunto de seus princípios e diretrizes. Sua legislação definiu mecanismos para que a participação popular faça parte de seu funcionamento por meio dos Conselhos e Conferências de Saúde nas três esferas de governo;

6 - Qualificação da força de trabalho: a qualificação dos gestores e de todos os trabalhadores de saúde para a implementação de políticas, programas e ações de alimentação e nutrição representa uma necessidade histórica para o enfrentamento dos agravos e problemas decorrentes do atual quadro alimentar e nutricional brasileiro. Torna-se necessário desenvolver e fortalecer mecanismos técnicos e estratégias organizacionais de qualificação da força de trabalho para gestão e atenção nutricional, de valorização dos profissionais de saúde, com o estímulo e viabilização da formação e da educação permanente, da garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, da qualificação dos vínculos de trabalho e da implantação de carreiras que associem desenvolvimento do trabalhador com qualificação dos serviços ofertados aos usuários;

7 - Controle e regulação dos alimentos: a PNAN e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) buscam promover e proteger a saúde da população através da normatização e controle sanitário da produção, comercialização e distribuição dos alimentos, numa perspectiva do DHAA. Ações que garantam a inocuidade e a qualidade nutricional dos alimentos, controlando e prevenindo riscos à saúde, fazem parte da agenda da promoção da alimentação adequada e saudável e da proteção à saúde;

8 - Pesquisa, inovação e conhecimento em alimentação e nutrição: o desenvolvimento do conhecimento e o apoio à pesquisa, à inovação e à tecnologia, no campo da alimentação e nutrição em saúde coletiva possibilitam

a geração de evidências e instrumentos necessários para a implementação da PNAN. É necessário consolidar e fortalecer as fontes de informações existentes além de manter atualizada uma agenda de prioridades de pesquisa. Também é fundamental ampliar o apoio técnico e financeiro às linhas de investigação relacionadas à PNAN;

9 - Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): a intersectorialidade permite o estabelecimento de espaços compartilhados de decisão entre instituições e diferentes setores do governo que atuam na produção da saúde e da SAN. A PNAN deve interagir com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com outras políticas de desenvolvimento econômico e social, principalmente no tocante a aspectos relacionados ao diagnóstico e vigilância da situação alimentar e nutricional e à promoção da alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2012b). O detalhamento dessas diretrizes está apresentado no Anexo A.

Em 2006, ocorreu a publicação da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (BRASIL, 2006a), que, já em sua primeira versão, apontava a alimentação adequada e saudável como um dos temas prioritários para as ações de promoção da saúde (BRASIL, 2010d). Ela foi revisada em 2014, atualizando seus objetivos, princípios, valores, diretrizes, temas transversais, estratégias operacionais, responsabilidades e temas prioritários, reformulados e atualizados para esta política, mantendo a alimentação adequada e saudável como tema prioritário (BRASIL, 2014).

A criação, em 2006, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) como desdobramento da Lei 11.346/2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) foi outro importante marco das políticas públicas em alimentação e nutrição no Brasil (BRASIL, 2006b; BRASIL, 2006c). Antes de detalharmos o SISAN, cabe registrar, também, que as políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil ganharam força após a inserção da Emenda Constitucional nº 64, aprovada em 2009, que inclui o direito humano à alimentação adequada entre os direitos sociais que constam no artigo 6º da nossa Constituição Federal (BRASIL, 2006b; BRASIL, 2006c; ROCHET, 2011; BRASIL, 2012c).

O SISAN consiste em um sistema público intersectorial, de abrangência nacional, voltado à implementação de políticas de SAN, na perspectiva da

garantia do direito humano à alimentação adequada. Fazem parte do SISAN, de acordo com a Lei nº 11.346/2006, (a) a Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que indica ao CONSEA as diretrizes e prioridades da Política e Plano Nacional de SAN, além de avaliar o SISAN; (b) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA, que faz a articulação entre o governo e a sociedade civil nas questões de SAN; além de órgão consultivo, assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na resposta a questões de SAN; (c) a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN – integrada pelos Ministros de Estado coordenados pelo Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e que articula e integra as ações e os programas de governo a partir de propostas do CONSEA; (d) órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios relacionados com a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e (e) instituições privadas com e sem fins lucrativos que desejarem aderir ao SISAN (BRASIL, 2011f). Esta estrutura, de âmbito federal, precisa ser replicada nas instâncias dos Estados, Distrito Federal e Municípios para que o sistema se articule nacionalmente através dos Fóruns Bipartites (Estados com seus Municípios) e Tripartite (União, Estado/ Distrito Federal e Municípios) na formulação, execução, monitoração e avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (BRASIL, 2011f). O reatamento dessa estrutura federal para as outras esferas de governos ainda está em fase de concretização.

A definição de SAN, de acordo com o art. 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006b) é a seguinte:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, está estruturada em oito diretrizes, a saber:

1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança

alimentar e nutricional; 2 – Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do direito humano à alimentação adequada; 4 – Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o Decreto nº 6.040/2007 e povos indígenas; 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional; 6 – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura; 7 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais; 8 – Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Para cada uma das diretrizes, foi proposta a definição de um conjunto de objetivos. Para cada objetivo, estabeleceu-se, no I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), um conjunto de metas prioritárias para serem alcançadas no período de 2012 a 2015, além das iniciativas, definição do órgão responsável e dos parceiros e as ações orçamentárias correspondentes. O detalhamento do PLANSAN apresentado no Anexo B (BRASIL, 2011f). O PLANSAN foi revisto e republicado em julho de 2014, conforme previsto no Decreto nº 7.272/2010 (BRASIL, 2014d). Em novembro de 2015, ocorreu a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Com base em seus resultados, será elaborado o II PLANSAN, que norteará as ações da PNSAN no período de 2016 a 2019.

Um importante desafio para o SISAN é a maior articulação entre esse sistema e os demais sistemas de políticas públicas, em especial o SUS, em interface com a PNAN. Esta articulação favorece a intrasetorialidade e a intersetorialidade entre as políticas e permite que haja espaços de decisão conjunta. Entre as possibilidades de ação que podem fortalecer as interfaces entre PNSAN e PNAN estão: a) consolidar a ótica do DHAA no atendimento em

saúde e no atendimento nutricional no âmbito do SUS, em toda a rede de atenção à saúde; b) articular programas do setor saúde com programas de outros setores através de encaminhamentos formais ou informais dos próprios serviços e da ampliação das informações sobre direitos e programas públicos; c) fortalecer o diálogo entre as ações de nutrição clínica e de alimentação coletiva nos hospitais; d) consolidar princípios e ações no âmbito das Unidades de Alimentação e Nutrição para que sejam promotoras de SAN; e) desenvolver ações educativas na ótica da SAN (BURLANDY, 2011).

Por fim, outras ações de alimentação e nutrição foram institucionalizadas em várias esferas de gestão e merecem destaque por sua possibilidade de inserção em diversos níveis de atenção. Dentre elas está a “Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para Estados e Municípios”, lançada em maio de 2014 pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) numa atuação conjunta entre o governo federal, a sociedade civil e a Organização Pan Americana de Saúde no Brasil (OPAS/OMS) (BRASIL, 2014b). Esta estratégia tem o objetivo de

prevenir e controlar a obesidade na população brasileira, por meio de ações intersetoriais, promovendo a alimentação adequada e saudável e a prática de atividade física no ambiente que vivemos (BRASIL, 2014b, p.13).

Essa estratégia está estruturada em seis eixos de ação: disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis; ações de educação, comunicação e informação; promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos; vigilância alimentar e nutricional; atenção integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde; e regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos.

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, lançado em 2012, é outra ação voltada para apoiar os diferentes setores de governo em suas ações de Educação Alimentar e Nutricional, qualificando a agenda de alimentação e nutrição e contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população. Seu objetivo é o de promover um campo comum de reflexão e orientação prática Alimentar e Nutricional que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção,

distribuição, abastecimento e consumo de alimentos. Sua formulação se deu a partir de um Grupo de Trabalho composto pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares, Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional), da Saúde (Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição) e da Educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar); e também o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA, a Associação Brasileira de Nutrição- ABN, Conselho Federal de Nutricionistas- CFN e Universidade de Brasília através do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição.

No Marco o conceito de Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2012d, P. 23) é

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.

Esta ação deve obedecer aos princípios do campo onde está inserida, como por exemplo, SISAN, SUS, PNAE, e a esses princípios somam-se nove princípios: I - Sustentabilidade social, ambiental e econômica; II- Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade; III- Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; IV - A comida e o alimento como referências; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória; V - Promoção do autocuidado e da autonomia; VI - A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; VII - A diversidade nos cenários de prática; VIII- Intersetorialidade; IX - Planejamento, avaliação e monitoramento das ações.

Outra estratégia são os Guias alimentares, instrumentos que definem as diretrizes utilizadas na orientação de escolhas alimentares saudáveis pela população. São publicados pela Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN), do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, que tem como principal missão implementar ações de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e que, dentre outras ações vem atuando no sentido de disponibilizar informação com vistas a proporcionar à população possibilidades de escolhas alimentares saudáveis.

O Guia Alimentar para a População Brasileira foi publicado em 2006 e apresentou as primeiras diretrizes oficiais para a população brasileira. Foi revisado em 2010 em função das condições de saúde e nutrição da população, alteradas pelo impacto das transformações sociais vividas pela população brasileira (BRASIL, 2014c).

As recomendações do Guia estão sintetizadas na forma de ‘Dez Passos para uma Alimentação Saudável’. Passo 1 - Fazer de alimentos *in natura* ou minimamente processados a base da alimentação; Passo 2 - Utilizar óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias; Passo 3 - Limitar o consumo de alimentos processados; Passo 4 - Evitar o consumo de alimentos ultraprocessados; Passo 5 - Comer com possível, com companhia; Passo 6 - Fazer compras em locais que ofertem variedades de alimentos *in natura* ou minimamente processados; Passo 7 - Desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias; Passo 8 - Planejar o uso do tempo para dar à alimentação o espaço que ela merece; Passo 9 - Dar preferência, quando fora de casa, a locais que servem refeições feitas na hora; Passo 10 - Ser crítico quanto a informações, orientações e mensagens sobre alimentação veiculadas em propagandas comerciais (BRASIL, 2014c).

Para crianças menores de 2 anos de idade, o Ministério da Saúde desenvolveu um guia específico para esse grupo, o Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 Anos, publicado em 2002 (BRASIL, 2002). Em 2010 o Ministério da Saúde, em parceria com a Rede Internacional em Defesa do Direito de Alimentar (IBFAN), elaborou a Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável (ENPACS), com o objetivo de fortalecer as ações de apoio e promoção à alimentação complementar saudável no SUS,

e incentivar a orientação alimentar como atividade de rotina nos serviços de saúde e formar hábitos alimentares saudáveis desde a infância. A metodologia adotada foi a de formar tutores, capacitando profissionais de saúde, com monitoramento e avaliação periódica das ações (BRASIL, 2010e). Em 2012 foi lançada a "Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no SUS - Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil", já descrita anteriormente (BRASIL, 2010e, p. 47).

Outra ação desenvolvida em 2015 foi o lançamento do Pacto Nacional para Alimentação Saudável, a partir do Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015 voltado para a promoção do consumo de alimentos saudáveis e adequados e a ampliação das condições de oferta e disponibilidade desses alimentos e a redução de problemas como sobrepeso, obesidade e doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira. Podem fazer parte do Pacto os estados, municípios, organizações da sociedade civil, organismos internacionais e empresas para facilitar o acesso da população a produtos e serviços nutricionais de qualidade. Coube à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan a coordenação e gestão do Pacto. Para atingir seus objetivos em todo território e a diversidade brasileira, o Pacto deverá considerar as especificidades regionais, culturais e socioeconômicas e as necessidades alimentares especiais da população.

Pode-se observar, portanto, que, no que diz respeito a políticas públicas de alimentação e nutrição, um expressivo elenco de ações vem sendo desenvolvido em nosso país. No entanto, a implementação dessas ações tem se dado de forma heterogênea, e os indicadores de saúde e nutrição refletem desigualdades de renda e raça que ainda persistem no Brasil (VASCONCELOS, 2011). Entendemos que o papel da universidade é contribuir para a superação deste quadro e para a qualificação das políticas públicas, sendo a extensão universitária um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações nesse sentido.

3 CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO DO ESTUDO

3.1 UERJ

3.1.1 Caracterização

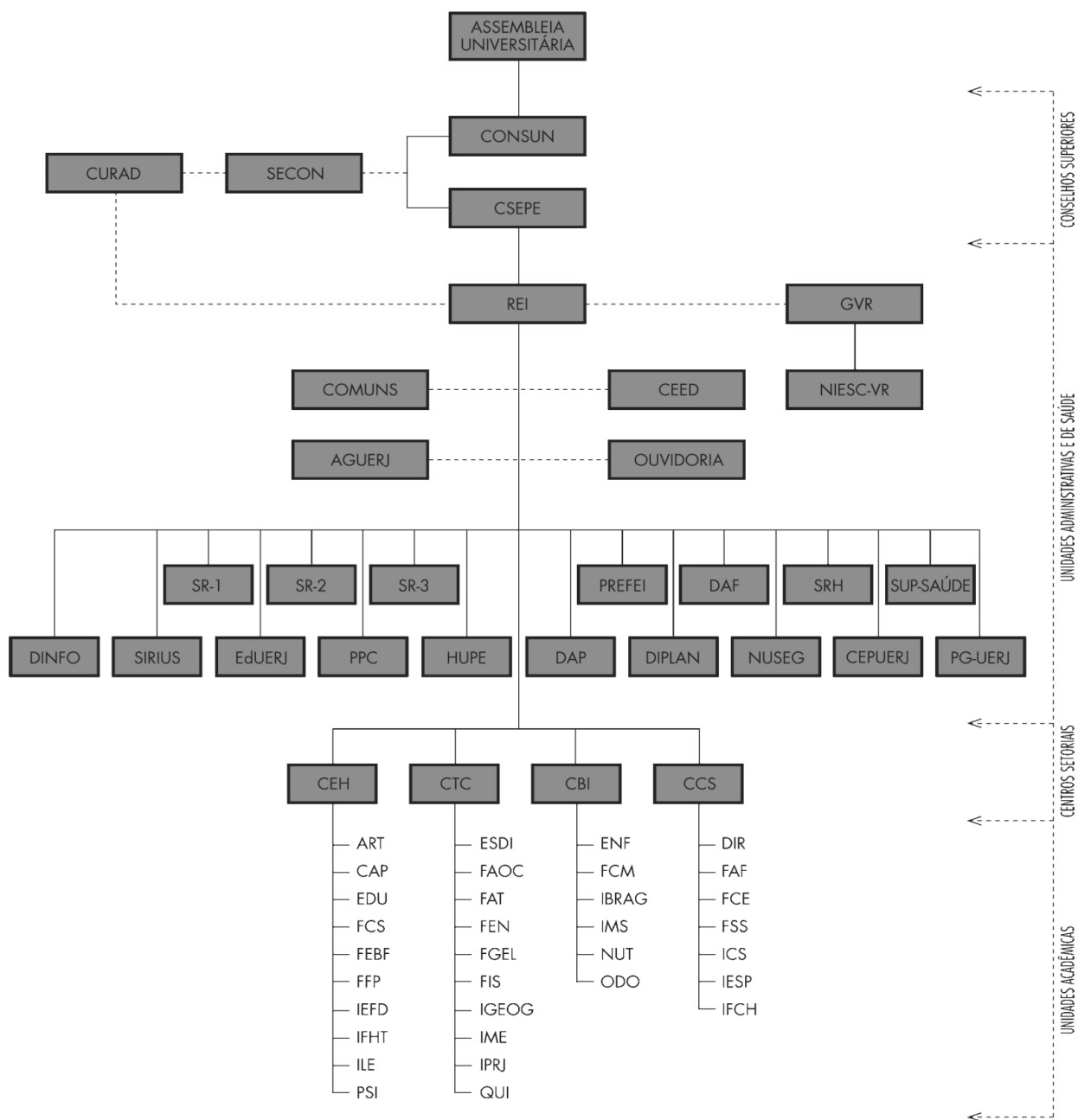
A UERJ é uma instituição estadual que foi criada em dezembro de 1950 pela Lei nº 547/50 com o nome Universidade do Distrito Federal – UDF, como resultado da junção de quatro faculdades privadas isoladas que se encontravam em dificuldades financeiras. Eram elas: a Faculdade de Ciências Jurídicas (FCJ), uma sociedade civil criada em 1935; a Faculdade de Ciências Médicas (FCM), sociedade anônima criada em 1935; a Faculdade de Ciências Econômicas, criada em 1930 como uma sociedade civil, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), criada em 1930 por quatro professores do Instituto La-Fayette, que se transformou em sociedade civil. Sua denominação sofreu alterações que acompanharam as transformações políticas do período. Em 1958, passou a se chamar Universidade do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei nº 909/ 1958 e, em 1961, com a mudança da capital brasileira para Brasília e a criação do estado da Guanabara, recebeu o nome de Universidade do Estado da Guanabara (Decreto Federal nº 51210/1961). Sua denominação definitiva veio quando da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro em 1975 e, de acordo com o Decreto-Lei nº 67 /1975, passou a ser denominada Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (VILA BELA, 1989; MANCEBO, 1996, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [sd]).

Com o passar dos anos, a UERJ cresceu e, aos cursos iniciais, se associaram outras unidades isoladas, como a Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), o Hospital Geral Pedro Ernesto (HUPE) e a Escola de Enfermagem Raquel Haddock Lobo. Além disso, novas unidades foram criadas para atender às demandas da sociedade e da comunidade científica.

A universidade, que inicialmente tinha cada curso atuando de forma independente, com uma administração isolada, ao longo desses 65 anos, sofreu reformulações de estrutura e gestão, contando hoje com a estrutura organizacional apresentada na Figura 1.

As 33 unidades acadêmicas são compostas por 156 departamentos que oferecem 32 cursos de graduação (o Instituto de Medicina Social não oferece graduação), que se desdobram em diferentes habilitações, licenciaturas e bacharelados. Os centros setoriais são quatro: Centro Biomédico; CBI; Centro de Ciências Sociais CCS; Centro de Educação e Humanidades – CEH; Centro de Tecnologia e Ciências – CTC. A UERJ conta ainda com quatro institutos e núcleos especializados: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas, NEPAD; Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente – NESA; Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura - NIESC-VR; Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Aberta Sobre A Terceira Idade - UnATI.; com quatro unidades de saúde, a saber, Controle do Câncer (CUCC), Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), Núcleo Perinatal e Policlínica Piquet Carneiro (PPC), e ainda, com o Instituto de Aplicação (CAp). Também compõem a estrutura da universidade a Editora da UERJ (Eduerj) e a Rede Sirius de bibliotecas. A universidade oferece, atualmente, 51 programas de pós-graduação *stricto sensu* com 42 cursos de mestrado acadêmico, dois de mestrado profissional, 23 de doutorado e, ainda, 100 cursos de especialização *lato sensu*, em variadas áreas do conhecimento (VILA BELA, 1989; DataUERJ, 2015).

Figura 1 – Organograma da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.



Fonte: DataUERJ, 2015.

Legenda: CURAD – Conselho de Curadores; SECON – Secretaria dos Conselhos; CONSUM – Conselho Universitário; CSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão; REI – Reitoria; GVR - Vice-reitoria; NIESC – VR - Núcleo de Informações e Estudos de Conjuntura - Vice-Reitoria; COMUNS – Comunicação Social; CEED - Coordenadoria de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento; AGUERJ - Auditoria Geral; SR-1 – Sub-reitoria de Graduação; SR-2 – Sub-reitoria de Pós-Graduação; SR-3 – Sub-reitoria de Extensão e Cultura; PREFEI – Prefeitura dos *Campi*; DAF – Diretoria de Assuntos Financeiros; SRH - Superintendência de Recursos Humanos; SUP- SAÚDE - Superintendência de Saúde; DINFO - Diretoria de Informática; SIRIUS - Rede Sirius; EdUERJ - Editora; PPC – Policlínica Piquet Carneiro; HUPE – Hospital Universitário Pedro Ernesto; DAP - Diretoria de Administração Patrimonial; DIPLAN - Diretoria de Planejamento e Orçamento; NUSEG - Núcleo de Estudos Governamentais;

CEPUERJ - Centro de Produção da UERJ; PGUERJ - Procuradoria Geral; CBI - Centro Biomédico; CCS - Centro de Ciências Sociais; CEH - Centro de Educação e ; Humanidades; CTC - Centro de Tecnologia e Ciências; ART - Instituto de Artes; CAP - Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira; EDU - Faculdade de Educação; FCS - Faculdade de Comunicação Social; FEBF - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense; FFP - Faculdade de Formação de Professores; IEFD - Instituto de Educação Física e Desportos; IFHT – Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias; ILE - Instituto de Letras; PSI - Instituto de Psicologia; ESDI - Escola Superior de Desenho Industrial; FAOC - Faculdade de Oceanografia; FAT - Faculdade de Tecnologia; FEN - Faculdade de Engenharia ;FGEL - Faculdade de Geologia; FIS - Instituto de Física Armando Dias Tavares; IGEOG - Instituto de Geografia; IME - Instituto de Matemática e Estatística; IPRJ - Instituto Politécnico; QUI - Instituto de Química; ENF - Faculdade de Enfermagem; FCM - Faculdade de Ciências Médicas; IBRAG - Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes; IMS - Instituto de Medicina Social; NUT - Instituto de Nutrição; Faculdade de Odontologia; DIR - Faculdade de Direito; FAF - Faculdade de Administração e Finanças; FCE - Faculdade de Ciências Econômicas; FSS - Faculdade de Serviço Social; ICS - Instituto de Ciências Sociais; IESP - Instituto de Estudos Sociais e Políticos; IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Seu crescimento em tamanho e estrutura também se deu pela criação de unidades acadêmicas no interior do estado, facilitando o acesso da população às atividades desenvolvidas na universidade. Todas as instâncias administrativas e de gestão e grande parte das unidades acadêmicas estão no *campus* Francisco Negrão de Lima e em seu entorno, no bairro do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, mas a Universidade está presente em outros municípios, como podemos ver na Figura 2. Em Duque de Caxias está a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense; em Nova Friburgo, o Instituto Politécnico; em Resende, a Faculdade de Tecnologia; em São Gonçalo, a Faculdade de Formação de Professores; em Angra dos Reis, na Ilha Grande, o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável e, em Teresópolis, o Departamento de Turismo do Instituto de Geografia. A interiorização tem se dado de maneira a auxiliar na solução dos problemas locais e em função da identificação do potencial de cada região, na perspectiva de contribuir com a melhoria das condições sociais e econômicas e com o desenvolvimento do município e da região (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO [sd]).

O *campus* Francisco Negrão de Lima é o maior de todos e está inserido no tecido urbano da cidade, com um espaço universitário vertical em seu campus central que propicia proximidade entre as unidades acadêmicas e administrativas, obedecendo a critérios de economia e funcionalidade. A localização do Campus evita a segregação oriunda da implantação de *campi* distantes dos centros das cidades. Assim sendo, a UERJ, pela sua

localização, tem facilidade em estabelecer uma relação mais próxima com a sociedade, o que pode favorecer a prática extensionista (NEVES *et al.*, 2012).

Figura 2 – Distribuição dos campi da Universidade do Estado do Rio de Janeiro pelos municípios do estado do Rio de Janeiro. 2014.



Fonte: UERJ. Disponível em <<http://www.uerj.br/campi.php>>.

3.1.2 Sub-reitora de Extensão e Cultura

A atual Sub-Reitoria de Extensão e Cultura – SR- 3 foi precedida pela Sub-Reitoria de Assuntos Comunitários, que foi criada em 1981, pela Resolução (RE) Nº503/81. Suas competências, no entanto, só foram definidas pelo Ato Executivo da Administração (AEDA) Nº 1363/84, e abarcavam o planejamento, a implementação, a execução e a supervisão de atividades comunitárias destinadas às comunidades interna e externa. As ações direcionadas à comunidade externa envolviam atividades extensionistas, conforme se vê abaixo:

II – quanto à comunidade externa:

- promover iniciativas de caráter cultural, esportivo e de extensão, abrindo os espaços da UERJ à participação da comunidade externa;
- interiorizar a ação da Universidade no interior do Estado do Rio de Janeiro, por meio de ações nas áreas de educação básica, saúde, saneamento e outras com vistas ao apoio às populações mais carentes, quer às urbanas e periféricas, quer às rurais;

c) manter e ampliar as atividades do Campus avançado Parintins.

A Sub-Reitoria de Assuntos Comunitários tinha uma estrutura composta por órgãos já existentes na estrutura organizacional da Universidade e que se incorporaram a ela, a saber: o Departamento Cultural (DECULT); o Centro de Tecnologia Educacional (CTE); o Centro de Produção; o Grupo de Trabalho Universitário e o Campus Avançado. Esta só viria a se transformar na Sub-Reitoria de Extensão e Cultura – SR- 3 em 1995, através da Resolução (RE) nº 03/1995. Da estrutura anterior permaneceram o DECULT e o CTE, mas o Departamento de Extensão (DEPEXT) só foi criado através do Ato Executivo de Decisão Administrativa (AEDA) Nº 002/94 – que reestruturou a Sub Reitoria para Assuntos Comunitários. Desde 1995 é responsabilidade da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura (SR-3) estabelecer diretrizes e normas que norteiem a atividade extensionista e cultural na Universidade. É também sua atribuição o gerenciamento dos programas e de bolsas de extensão, a programação cultural da UERJ e a administração dos espaços culturais (teatros, galerias e concha acústica).

A SR-3 é formada pelo DEPEXT, CTE, DECULT e UnATI, órgãos com atuações diferenciadas voltadas para atividade extensionista intra e extramuros, conforme descrito a seguir.

O Departamento de Extensão (DEPEXT) é responsável pela coordenação e supervisão das ações de extensão, pelo cadastramento de programas e projetos de extensão e, também, por outras ações como cursos, eventos e prestação de serviços desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e administrativas da UERJ. Os programas de extensão são regulamentados através de ato executivo do Reitor, sendo necessário que no mínimo três projetos cadastrados e aprovados no DEPEXT estejam vinculados ao mesmo. Este Departamento também é responsável pela avaliação anual dos projetos e programas, realizada pela Comissão de Avaliação da Extensão, que conta com docentes deste departamento e de diversas unidades acadêmicas. É também responsável pela alocação de bolsas para discentes inseridos nos projetos e programas de extensão, feita com base na avaliação anual já citada (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO [s.d.]; HENRIQUES, 2015).

Cabe também ao DEPEXT, em conjunto com a Diretoria de Informática e o Sistema de Bibliotecas da UERJ, a administração do Portal de Publicações Eletrônicas, que veicula as publicações eletrônicas produzidas pela UERJ. Atualmente, estão hospedadas 67 revistas: sendo 56 correntes, duas não-correntes disponíveis para acesso eletrônico, e nove em fase de publicação. Dentre as primeiras estão a revista DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde / Food, Nutrition & Health, que é um periódico científico interdisciplinar editado pelo Instituto de Nutrição (NUT), e a revista Interagir: pensando a extensão, dedicada à divulgação das reflexões produzidas com base em experiências de extensão universitária no país (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO [s.d.]).

Também compõe o leque de atividades do DEPEXT a manutenção das relações da UERJ com os municípios do estado do Rio de Janeiro através da COORDENADORIA DE INTERIORIZAÇÃO, que oferece a todos os municípios do Estado projetos e cursos de extensão e, ainda, serviços de assessoramento e planejamento, mediante convênios de cooperação técnica e científica com os municípios e, excepcionalmente, com organizações comunitárias, sociais e educacionais.

Em 2014 o DEPEXT assumiu uma nova estrutura organizacional, através da AEDA nº 062/Reitoria /2014 passando a ter a seguinte estrutura: Departamento de Programas e Projetos de Extensão (DEPEXT), ao qual estão subordinados a Coordenadoria de Interiorização da Extensão (CINEXT); Coordenadoria de Programas e Projetos de Extensão (COPROEXT); Coordenadoria de Cursos, Eventos e Publicações da Extensão (COCEPEXT); Coordenadoria de Divulgação Científica (CDCEXT).

O CTE tem como propósito a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de educação e comunicação que possam contribuir com as funções universitárias de ensino, pesquisa e extensão, usando novas linguagens e tecnologias a serviço do conhecimento. Suas atividades são: produção de vídeos educativos, científicos e culturais; produção de programas de TV; produção de programas de rádio; gravações em vídeo de atividades institucionais; webrádio e webtv; videoteca; cursos na área de produção de TV e vídeo e realização de videoconferências.

O DECULT tem como função planejar, assessorar e executar projetos e ações de natureza artística e cultural. Está organizado nos seguintes setores: Coordenadoria de Exposições (COEXPA), Coordenadoria de Artes e Oficinas de Criação (COART), Divisão de Teatro e Ecomuseu da Ilha Grande.

A UnATI/Uerj iniciou suas atividades em 25 de Agosto de 1993, como núcleo da Sub-Reitoria de Assuntos Comunitários. É um centro de estudos, ensino, debates, pesquisas e assistência voltado para questões sobre o envelhecimento e que, por meio da formação de força de trabalho em geriatria e gerontologia, vem contribuindo para a transformação do pensar da sociedade brasileira sobre os seus idosos. Seu objetivo é contribuir para a melhoria dos níveis de saúde físico-mental e social das pessoas idosas, utilizando as possibilidades existentes na instituição universitária.

De acordo com o DataUERJ (2015), anuário estatístico da Universidade, a UERJ, em 2014, desenvolveu 29 programas e 634 projetos de extensão, cujas atividades atingiram um público de 152.979 e 2.943.288 pessoas, respectivamente. Neste ano os projetos de extensão envolveram em suas equipes 1.128 docentes, 621 bolsistas, 686 alunos voluntários, 305 servidores e 1.327 membros da comunidade externa, expressando a vocação e a política extensionista da universidade (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO [s.d.], DataUERJ, 2015).

Com base nos dados obtidos na RENEX (www.renex.org.br), pode-se observar que a SR-3 vem tendo uma participação ativa no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira desde o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ocorrido em Brasília em 1987. Destacam-se a eleição do então Sub Reitor de Extensão e Cultura da UERJ para a presidência do Fórum no VIII Encontro (1994) em Vitória/ES, e no XXXV Encontro (2013), em Belém/PA. A UERJ também sediou o XXXIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, realizado em maio/2013 no Rio de Janeiro/RJ. Sua participação envolveu também a atuação em comitês científicos e de comissões de avaliação junto ao MEC e outras instituições, além da coordenação do FORPROEX da região Sudeste (1999, 2000 e 2013). Cabe acrescentar que a UERJ fez o tratamento e a apresentação dos dados da publicação “Perfil da Extensão Universitária no

Brasil”, publicada em 1995, por solicitação da Comissão Nacional de Extensão da SESu/MEC, constituída pelos então dirigentes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e coordenada pela SESu, com a finalidade de auxiliar a concessão de recursos via PROEXTE (RENEX, [s.d.]).

3.2 Instituto de Nutrição

O Instituto de Nutrição da UERJ (NUT/UERJ) tem suas origens em 1944, quando foi iniciado o Curso de Nutricionistas da Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, que era subordinada diretamente à Secretaria de Saúde e Assistência da Prefeitura do então Distrito Federal. Em 1947, a Secretaria Geral de Educação instituiu o programa municipal de alimentação escolar. Este programa, elaborado pela prefeitura com o auxílio do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ), incluía um curso de formação de nutricionistas com o objetivo de ampliar e melhorar a qualificação dos profissionais em atuação nas escolas municipais (COSTA; LIMA; RIBEIRO, 2002).

Em 13 de outubro de 1956 foi criado, com o nome de Instituto Municipal de Nutrição, o atual Instituto de Nutrição Annes Dias (INAD), diretamente subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura, pela necessidade administrativa da prefeitura de gerenciar um programa que tinha se ampliado e alcançado uma grande dimensão. O INAD, então, além da assistência passou a responder pelas atividades de pesquisa e de ensino, o que resultou na transferência do curso de nutrição da Escola de Assistência Social para lá (COSTA; LIMA; RIBEIRO, 2002).

O Curso de Graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição Annes Dias foi incorporado à estrutura e organização da UERJ pelo Decreto-lei nº 67 de 11 de abril de 1975, quando da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara. Ele foi anexado à Faculdade de Enfermagem (FENF/UERJ) como Departamento de Nutrição, lá permanecendo até 31 de outubro de 1984, quando se desligou desta unidade acadêmica para se constituir em uma

unidade autônoma. Por meio da Resolução 519/84, foi então criado o Instituto de Nutrição da UERJ (NUT) como uma unidade do Centro Biomédico, com autonomia acadêmica, didático-científica e administrativa.

O NUT, de acordo com o DataUERJ (2015), é formado pelos Departamentos de Nutrição Básica e Experimental (DNBE), Nutrição Aplicada (DNA) e Nutrição Social (DNS). Também possui sete Núcleos que foram criados entre os anos de 2007 e 2011 e desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, a saber: Núcleo de Estudos Sobre Alimentação Saúde e Cultura; Núcleo de Estudos Sobre Nutrição e Fatores de Estresse; Núcleo de Estudos Sobre Transtorno Alimentar e Obesidade; Núcleo de Estudos Sobre Epidemiologia Social de Nutrição Materno-Infantil; Núcleo de Alimentação e Nutrição Escolar; Núcleo de Estudos Sobre Alimentação, Nutrição, Saúde e Envelhecimento, Núcleo de Estudos em Ciência e Segurança dos Alimentos e, ainda, o Centro de Referência Nacional de Vigilância Nutricional na Atenção a pessoa com Doença Falciforme. Conta, também, assim como a maioria das unidades acadêmicas, com o Núcleo de Extensão, que tem como função primordial apoiar as atividades e ações de Extensão nesta unidade. Também fazem parte do NUT oito Laboratórios. São eles: Laboratório de Fisiopatologia e Bioquímica da Nutrição; Laboratório de Bromatologia; Laboratório de Bioatividade e Segurança Alimentar; Laboratório de Técnica Dietética; Laboratório de Tecnologia de Alimentos; Laboratório de Avaliação Nutricional; Laboratório para Estudo da Interação entre Nutrição e Genética; Laboratório de Ensaio biológicos e Nutricionais.

Desde 2008, o NUT tem na sua estrutura o Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde (PPGANS) - Portaria Nº87-DOU de 18/01/2008- que resulta da cooperação entre o Instituto de Nutrição, o Instituto de Medicina Social (IMS) e o Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes (IBRAG), ambos da UERJ. Iniciado com o curso de mestrado acadêmico, em 2010 abriu, também, o curso de doutorado. Os projetos desenvolvidos neste programa estão organizados em três linhas de pesquisa: 1- Adaptações fisiológicas e metabólicas: programação, nutrição e atividade física, 2- Determinantes individuais e contextuais do estado nutricional e seus impactos na saúde coletiva e políticas, 3- Saberes e práticas em alimentação, nutrição e saúde.

Com relação à Pós-Graduação *latu sensu*, o NUT conta, desde 2001, com o Curso de Especialização em Terapia Nutricional. Além disso, apoia o Programa de Residência em Nutrição, Coordenado pela Divisão de Nutrição (DINUTRI) do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE).

Segundo o DataUERJ- 2015, o NUT contava, em 2014, com um total de 55 docentes efetivos, 18 servidores técnico-administrativos, 438 alunos, sendo 352 alunos de graduação, 22 do curso de especialização em Terapia Nutricional, 26 de Mestrado e 38 de doutorado. Dos alunos de graduação que ingressaram no NUT em 2014, 33,4% o fizeram por meio do sistema de reserva de vagas (ou cotas). Do total de alunos com matrícula ativa em 2014, 21 eram bolsistas de extensão e 14 eram voluntários dos projetos do NUT, atuando nos 26 projetos cadastrados no DEPEXT.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo de caráter historiográfico, baseado em pesquisa bibliográfica e na análise dos documentos coletados em arquivos e registros institucionais da UERJ, complementadas com entrevistas com informantes chave.

Para estudos voltados para a História e Ciências humanas, a memória é fundamental. Podemos definir memória não no sentido de propriedade da inteligência, ou do campo da psicologia, e sim como ela aparece nas ciências humanas, como uma memória coletiva, um estudo da memória social visando a abordar os problemas do tempo e da história, como propriedade de conservar e atualizar informações (LE GOFF, 2003). A memória pode se expressar em monumentos e em documentos. Os primeiros são uma herança que pode evocar o passado, perpetuar a recordação na forma, por exemplo, de esculturas, obra comemorativa ou monumento funerário, escolhido como legado à memória coletiva. Já a palavra documento deriva do latim *docere*, que significa ensinar. Desde o século XIX, num sentido mais moderno, significa testemunho histórico, uma prova que, embora fundamente o fato histórico, é, na verdade, uma prova escolhida pelo historiador/pesquisador. Pode-se acrescentar que, nos dias de hoje, não há história sem documentos, devendo seu significado ser ampliado para documento escrito, ilustrado, transmitido por som e imagem ou de qualquer outra maneira. Portanto, documentos não são quaisquer objetos que ficam do passado, mas são produtos da sociedade que os elabora e que, se não são registrados, se perdem (LE GOFF, 2003; CELLARD, 2012).

O uso de documentos em pesquisa apresenta vantagens: subsidia a reconstituição histórica de um tema, permitindo entender determinados contextos e seus desdobramentos, tem custo reduzido, e também permite que se volte aos documentos várias vezes para consulta. Entretanto, traz algumas limitações, pois o documento pode não ser representativo da informação que se busca nem ter credibilidade, pode ter sua validade questionável, e é “surdo”, isto é, não responde questões além do que está escrito. Podemos dizer que o pesquisador não tem controle sobre o documento e que precisa avaliar sua

credibilidade e representatividade antes de iniciar suas análises (CELLARD, 2012).

Este trabalho está baseado em pesquisa documental, que SÁ-SILVA e colaboradores (2009) definem como a utilização de métodos e técnicas voltadas para obtenção, compreensão e análise de documentos de variados tipos, usando metodologias adequadas para analisar um problema e concluir uma investigação científica, uma pesquisa. Minayo (2008, p. 22) acrescenta que, em relação às pesquisas de modo geral, “a metodologia abrange as concepções teóricas da abordagem, o conjunto das técnicas que permitem apreender a realidade e, também, o potencial criativo do pesquisador”.

A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica guardam semelhanças, pois se baseiam em documentos, porém diferem pela natureza das fontes. Enquanto a pesquisa documental se baseia em documentos primários, dados originais, que ainda não foram trabalhados e analisados, a pesquisa bibliográfica se utiliza de dados secundários, ou seja, dados já analisados e trabalhados por diferentes autores, que já são de domínio público, sobre um mesmo tema central. No entanto, o conceito de documento é amplo, pois, além de textos escritos, os documentos como fonte de pesquisa podem ser também filmes, vídeos, fotografias, gravuras, desenhos, produções artísticas, testemunhos registrados, fontes de informação cujo conteúdo permita responder perguntas e elucidar questões (SÁ-SILVA et al., 2009). Na pesquisa bibliográfica são utilizados documentos escritos, como livros, periódicos, ensaios críticos e artigos científicos que tratam de um mesmo tema, e sejam de reconhecimento geral da comunidade científica como fontes confiáveis. Já na pesquisa documental, como a busca de informações é feita em documentos primários, é necessário um trabalho muito criterioso, visto que os documentos não sofreram nenhum processo de análise. Em muitas situações, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental são usadas de forma combinada, associadas também a entrevistas (SÁ-SILVA et al., 2009; CELLARD, 2012). Esta foi a estratégia por nós adotada, conforme detalhado a seguir.

A pesquisa bibliográfica sobre o assunto foi feita utilizando-se as seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da

Saúde), Portal Periódicos da Capes, SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), RENEX (Rede Nacional de Extensão), Redalyc. Org (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*). Essas bases foram escolhidas pela qualidade das informações que publicam e por serem bases de dados que abarcam a área de conhecimento que nos interessa. Os descritores utilizados foram: extensão universitária; políticas públicas de alimentação e nutrição; história da nutrição; pesquisa documental; Instituto de Nutrição da UERJ; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. A pesquisa forneceu o suporte necessário ao aprofundamento teórico sobre a extensão universitária e ao planejamento e organização da análise documental.

Para esta análise, baseamo-nos fundamentalmente em LE GOFF (2003), que discorre sobre memória, documento e monumento; PIMENTEL (2001), que apresenta o processo de investigação historiográfica, discutindo o percurso metodológico, a tomada de decisões e a técnica de manuseio dos documentos com base na organização, classificação do material e montagem das categorias de análise; CORSETTI (2006), que aborda a técnica de análise documental, descreve as fontes documentais e seu tratamento metodológico; SÁ-SILVA e colaboradores (2009), que apresentam apontamentos conceituais, teóricos e metodológicos sobre a pesquisa documental, conceituando documento e apresentando critérios metodológicos para sua pré-análise e apresentam as etapas da análise documental; e Cellard (2012), que fala da análise documental, caracterizando o documento escrito, as principais categorias de documentos e os procedimentos para chegar até eles, discorrendo sobre a análise preliminar dos documentos em seus diferentes aspectos e sobre a análise propriamente dita.

O tratamento dos documentos depende do percurso metodológico do pesquisador. No presente estudo, numa perspectiva histórica, buscamos traçar a trajetória da extensão universitária do NUT no período de 1990 até 2014. A escolha deste período se deu em função de alguns fatos, como o surgimento do primeiro projeto de extensão do NUT formalmente registrado, identificado em 1990, as ações de institucionalização da extensão universitária na UERJ, que se fortaleceram a partir da década de 1990, e o momento histórico relacionado ao lançamento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, ocorrido em 1999, considerada um dos marcos para as políticas públicas nesta

área (BRASIL, 2012b). Tal fato serviria como base para trabalhar os projetos de extensão e sua relação com as políticas públicas de alimentação e nutrição.

Embora, na UERJ, as ações estejam institucionalizadas na forma de projetos, programas, cursos e eventos, optamos por privilegiar a análise dos projetos de extensão porque é basicamente por meio deles que o NUT tem concretizado sua vocação extensionista. O mapeamento das demais ações extensionistas desenvolvidas pelo NUT se baseou, fundamentalmente, nas atividades realizadas nas diversas edições do evento UERJ sem Muros, descritas adiante.

Para complementar a análise do histórico da extensão universitária no NUT, além das informações referentes às atividades de extensão propriamente ditas (aí incluídos os projetos), também mapeamos como se deu o desenvolvimento do corpo docente deste Instituto (em termos numéricos e de qualificação) e a sua dedicação a ações de extensão (considerando a carga horária alocada para tais atividades).

O processo da pesquisa documental foi feito em três etapas: 1 - identificação de fontes e obtenção de documentos sobre a institucionalização da extensão universitária na UERJ e a atividade extensionista no NUT; 2 - organização do material coletado; 3 - procedimentos de análise divididos em três vertentes: sistematização do histórico de institucionalização da extensão universitária na UERJ, caracterização do conjunto de projetos desenvolvidos no NUT até 2014 e análise dos projetos ativos nos últimos 10 anos (2005-2014) com pelo menos cinco anos de vigência.

Na primeira etapa, para localizar as fontes iniciais de pesquisa e os documentos, selecionamos como locais de busca o Arquivo Inativo do NUT, os acervos dos departamentos que compõem o NUT, o Depext/SR3, o Centro de Memória da Faculdade de Enfermagem e o Núcleo de Memória, Informação e Documentação (MID) da UERJ, que coordena as ações voltadas à promoção e divulgação da Rede Sirius de bibliotecas e seus programas para preservação da memória institucional e disseminação de informações. No Quadro 1 estão sistematizadas as fontes primárias selecionadas, sua descrição, os números consultados e as informações extraídas de cada uma delas.

Quadro 1 - Fontes primárias consultadas para identificação de marcos da institucionalização da extensão universitária na UERJ, da atividade extensionista no Instituto de Nutrição e das ações extramuros desta unidade acadêmica.

Documentos	Descrição	Números/ anos consultados e observações complementares	Informações extraídas para o estudo
Catálogo do USM^a	Anual. Contém os resumos das apresentações dos projetos na Mostra de Extensão da USM	Em brochura os números referentes aos anos: 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003; em (CD): de 2004 até 2014:	Projetos e atividades extensionistas do NUT
Catálogo de Extensão	Anual. Apresentava as atividades de extensão cadastradas no DEPEXT ^d . Não é mais publicado.	1(1994), 2(1995), 3(1996), 4(1997), 5(1998), 6(1999)	Projetos e atividades extensionistas do NUT
DataUERJ	Anual. Anuário estatístico da UERJ com informações institucionais, dados e indicadores sobre os diversos aspectos da atuação da Universidade.	1994 até 2015. Houve descontinuidade de publicação nos anos 2001, 2002 e no período de 2004 a 2007.	Corpo docente (número, formação, distribuição de CH por atividades), servidores (número), alunos de graduação e pós-graduação (número daqueles inseridos em atividades de extensão no NUT, como público atingido, tipos e número de pessoa envolvidas na equipe).
Boletim UERJ	Publica os Atos Normativos oficiais da Universidade como as Resoluções do Conselho Universitário, as Deliberações do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, os Provimentos do Conselho de Curadores, os Atos Executivos e Portarias da Reitoria	Em brochura e em publicação eletrônica na página da UERJ. Publicação anual	Legislação UERJ
Banco de dados de projetos de extensão	Arquivo organizado com base nos dados obtidos dos relatórios dos projetos arquivados no SIEXT ^b e armazenados eletronicamente	De 2005 até 2010	Objetivo geral, população alvo, abrangência, equipe do projeto, situação curricular, parcerias, AT ^f , palavras-chave
Cadastro e relatório anual de Projetos de Extensão	Documentos eletrônicos armazenados no SIEXT ^b na SR-3, Disponível para consulta	De 2010 até 2015 (cadastros (ou recadastros), e relatórios)	Objetivo geral, população alvo, abrangência, equipe do projeto, situação curricular, AT ^f , parcerias, palavras-chave
1. Relatórios de Projetos de extensão; 2.Documentação do NUT; 3.Documentação do NAE^c 4 Centro de Memória FENF^e	1. Versões impressas de relatórios; 2. Atas de reuniões de Departamentos e memorandos expedidos pelo NUT referentes a Atividades extensionistas; 3.Cadastro e relatórios de projetos; relação dos projetos /ano; Documentação Campus Avançado Parintins e Internato Rural	1990 a 2014. Documentos obtidos no Arquivo Inativo do NUT, departamentos e direção do NUT, Centro de Memória da FENF	Relação dos projetos, ano de início, situação, duração em anos.

^a UERJ SEM MUROS; ^bSistema de Extensão; ^c Núcleo de Extensão; ^d Departamento de Extensão; ^e Faculdade de Enfermagem; ^f Área Temática.

Para realizar a consulta aos cadastros e relatórios dos anos de 2010 até 2014 e arquivados na íntegra no SIEXT bem como às planilhas contendo os dados dos projetos de 2005 até 2010, solicitamos aos coordenadores dos projetos de extensão do NUT sua autorização para acesso aos documentos através da assinatura do Termo de Autorização para Acesso aos Relatórios de Extensão (Apêndice A) e solicitamos autorização do DEPEXT/SR-3 para acesso ao SIEXT e às planilhas.

Os documentos selecionados foram datados e ordenados pelos locais de busca e organizados em um arquivo eletrônico. Alguns deles foram fotografados, outros fotocopiados, e outros tiveram trechos de interesse transcritos. Paralelamente, foi mantida a busca bibliográfica, o que facilitou a contextualização dos achados, de acordo com a época e período de gestão administrativa da UERJ. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: projetos de extensão universitária, relatórios de projetos, núcleo de extensão, Depext, SR-3.

Na segunda etapa foi feita a organização do material coletado. Num primeiro momento foi feita leitura preliminar de cada documento para avaliar se ele se aplicava ao estudo. Em seguida, os documentos que se aplicavam ao estudo foram listados e arquivados em pastas, organizados por data. As informações de identificação referentes a cada documento foram registradas em planilha eletrônica (em Excel), que contemplou: o tipo de documento (projeto, relatório, memorando, atas de reunião), data, descrição do seu conteúdo e todos os aspectos que pudessem ser de interesse para o estudo. Essa planilha foi estruturada de forma que, sempre que necessário, ela pudesse ser reordenada segundo o tópico de interesse de acordo com o andamento do estudo.

Foi realizada uma segunda leitura dos documentos, incluindo os relatórios anuais dos projetos de extensão, agora de forma detalhada, e estes foram fichados e foram registradas observações iniciais sobre cada um deles.

Na terceira etapa, referente à análise do material coletado, a reconstituição do histórico da institucionalização da extensão universitária na UERJ foi feita com base nos documentos oficiais da UERJ (detalhados no

Quadro 1), conforme já dito. Identificamos os marcos desse processo que consideramos mais expressivos e os sistematizamos em uma linha de tempo.

Já para a caracterização do conjunto dos projetos desenvolvidos no NUT no período de interesse, levantamos o título, o objetivo geral, a população-alvo, o ano de início; a duração do projeto em anos até 2014 e sua situação (ativo/encerrado) naquele ano. Ainda para a caracterização dos projetos, utilizamos as categorias adotadas na avaliação da extensão universitária, proposta pelo FORPROEX (2001) e que estão presentes nos formulários de cadastramento dos projetos de extensão e seus relatórios anuais utilizados na UERJ. São elas: área temática de Extensão (principal e secundária), palavras-chave, abrangência geográfica, parcerias internas e externas, situação curricular (que, num sentido restrito, é o conjunto de matérias a serem ministradas em determinado curso ou grau de ensino e, num sentido mais amplo, abrange todas as atividades desenvolvidas na instituição ou escola), equipe do projeto (número de docentes, funcionários técnico administrativos, alunos de graduação e de pós-graduação e membros da comunidade envolvidos). Os motivos para a escolha destas categorias estão esclarecidos nos parágrafos abaixo. As fontes primárias onde encontramos informações para cada um dos projetos estão indicadas no Apêndice B.

Para a categoria de análise área temática, consideramos aquelas adotadas desde o Plano Nacional de Extensão aprovado pelo FORPROEX em 1998 e reiteradas como um dos eixos orientadores das ações extensionistas (FÓRUM..., 2007). Elas sistematizam as ações de Extensão Universitária em oito áreas consideradas, à época, prioritárias para as políticas sociais e que guardam relação com as Áreas do Conhecimento propostas pelo CNPq. São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. Assim como adotado nos formulários de relatórios de projetos de extensão na UERJ, no momento em que fizemos nossa classificação consideramos duas áreas temáticas por projeto, uma principal e uma secundária, em resposta à crítica feita por Nogueira (2005). Segundo ela, “há uma incoerência entre os princípios norteadores da extensão e sua operacionalização em áreas temáticas, pois, ao se propor que ações extensionistas sejam interdisciplinares e

transdisciplinares, parece uma contradição que esta mesma ação seja classificada em uma área temática”.

Para análise das palavras-chave montamos um quadro baseado na convergência temática das palavras. Já as parcerias, tanto interna como externa, expressam a dimensão Relação Universidade/Sociedade no processo de avaliação da Extensão Universitária. Elas sinalizam o envolvimento entre os departamentos, as unidades acadêmicas, outros setores da administração da universidade e, também, as relações com instituições públicas, privadas e com setores da sociedade civil. São desejáveis pela interdisciplinaridade, pela interprofissionalidade e pela diversidade de ideias e de propostas que podem propiciar, potencializando as ações do projeto. Além disso, consideram a complexidade inerente às comunidades, trazendo soluções diferenciadas no que tange ao trabalho comunitário, podendo aumentar sua efetividade (FÓRUM..., 2001; FÓRUM..., 2012).

Quanto à equipe que integra os projetos de extensão, identificamos a sua composição com base no DataUERJ, uma vez que havia inconsistência dos dados disponíveis nos relatórios. Essa composição poderia abranger: docentes efetivos - coordenadores e membros da equipe; servidores técnico-administrativos - assim nomeados como um único grupo que abarca profissionais de nível médio e superior com diferentes atribuições; alunos de graduação – bolsistas, alunos voluntários e alunos matriculados em estágio curricular; alunos de pós-graduação e membros da comunidade externa onde o projeto está inserido.

Com o intuito de fornecer elementos para uma análise temporal do desenvolvimento da extensão universitária no NUT, para as categorias para as quais havia informação disponível desde o início do período estudado (a saber: abrangência geográfica, parcerias estabelecidas e áreas temáticas), apresentamos os resultados para o total do período estudado e segundo dois intervalos de tempo: 1990-2004 e 2005-2014. Optou-se por realizar este estudo em intervalos de tempos distintos para podermos analisar a evolução e as mudanças observadas em cada categoria sendo o intervalo de tempo delimitado em função do aumento das informações disponíveis e pela evolução positiva da institucionalização da extensão universitária na Universidade.

Na segunda vertente da análise dos projetos, dirigimos nossos esforços para o exame daqueles vigentes no período de 2005 a 2014 com pelo menos cinco anos de atividade. Consideramos que os projetos que se inseriam no recorte proposto expressariam o perfil da ação extensionista mais consolidada no NUT na última década. Além disso, a escolha desse recorte se deu pelos seguintes motivos: (a) há mais informações disponíveis sobre os projetos a partir de 2005; (b) projetos com pelo menos cinco anos de vigência tiveram a chance de amadurecer seus objetivos e práticas; (c) nesse período de 10 anos, como se verá adiante, já haviam ocorrido avanços importantes na institucionalização da extensão universitária na UERJ, portanto, os caminhos dos projetos de extensão no NUT nesse período expressam as escolhas e decisões de seus protagonistas em um contexto institucional mais favorável para a realização dos mesmos; e (d) nesse período de 10 anos, tanto as políticas de alimentação e nutrição quanto as diretrizes da Extensão Universitária, temas de interesse do presente estudo, conforme descrito nos capítulos 1 (Extensão universitária no Brasil: antecedentes e histórico) e 2 (Referencial teórico-conceitual), vivenciaram importantes avanços.

A análise dos projetos vigentes nos últimos 10 anos com pelo menos cinco anos de atividade se deu, primeiramente, com base na sistematização do desenvolvimento de cada um dos projetos. Para isso, foram lidos e resumidos os projetos e relatórios de atividades disponíveis para cada um deles. Em seguida, analisamos os projetos segundo sua convergência com as linhas de extensão. Denominadas de linhas programáticas até 2006 (FÓRUM..., 2007), as linhas de extensão podem ser considerados como eixos integradores que permitem a identificação de pontos comuns nos projetos, podendo, inclusive, contribuir para a construção de programas de extensão. Por esse motivo as linhas de extensão não precisam estar vinculadas a uma área temática específica, flexibilizando, assim, os arranjos temáticos (FÓRUM..., 2007). São 53 as linhas de extensão, listadas no Anexo C. Para realizar essa análise, examinamos a linha de extensão indicada pelo coordenador do projeto no momento do seu (re) cadastramento e a complementamos (ou modificamos) com base na leitura que fizemos dos cadastros e relatórios de cada projeto.

Também analisamos esses projetos por meio do seu cotejamento com as políticas públicas de alimentação e nutrição. Para isso, adotamos como

referenciais teóricos a PNAN (BRASIL, 2012b) e a PNSAN (BRASIL, 2011). A escolha dessas duas políticas se deu pelo fato de elas serem os principais marcos das políticas públicas em alimentação e nutrição no Brasil na atualidade. Suas diretrizes orientam a agenda de alimentação e nutrição tanto no âmbito do setor saúde quanto nos demais setores, conforme abordado no item 2.1 – Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil desta tese. As diretrizes da PNAN e da PNSAN estão detalhadas, respectivamente, nos Anexos A e B.

Aqui cabe comentar por que adotamos como referencial teórico a segunda edição da PNAN, publicada em 2014, em vez de optar por sua primeira edição, publicada em 1999. Além de haver grande convergência entre as diretrizes de ambas as edições, como se viu no item 2.1 (Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil) desta tese, a publicação da segunda edição, em 2014, foi o resultado de um processo de amadurecimento do escopo dessa política que se deu no decorrer dos anos à luz dos avanços do Sistema Único de Saúde e dos avanços referentes à agenda de políticas públicas voltadas para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. A publicação da segunda edição da PNAN foi, então, o culminar de um processo e, ao mesmo tempo, consiste em uma referência para a construção de respostas aos desafios atuais enfrentados no campo da Alimentação e Nutrição no Sistema Único de Saúde.

Cabe também registrar que a identificação das diretrizes de cada política que tinham interface com cada projeto de extensão, bem como a definição de qual seria a principal e a secundária, foram realizadas pela autora desta tese. A identificação foi feita com base no cotejamento do título, objetivo e das atividades desenvolvidas em cada projeto com cada diretriz (e seu detalhamento) de cada política. Nesse cotejamento, foram identificadas as diretrizes que pudessem ser caracterizadas como preponderantes em cada projeto. Em geral, foi identificada a interface com uma ou duas diretrizes para cada política. Vale dizer que a identificação da interface entre um determinado projeto e uma determinada diretriz não implica que aquela diretriz se concretize por completo naquele projeto. Indica, isso sim, uma convergência de aspectos centrais do projeto com um ou mais elementos constitutivos daquela diretriz.

No processo de organização e análise do material coletado, foram adotados os seguintes procedimentos e tomadas as seguintes decisões: (a) os

dados retirados dos relatórios anuais de cada projeto referem-se sempre às informações contidas no último relatório encontrado; (b) os dados foram registrados da forma como foram encontrados, ainda que, em alguns casos, identificássemos registros equivocados (por exemplo, a informação da abrangência geográfica como local, quando se refere à abrangência estadual) ou incoerentes (por exemplo, registrar a parceria com a Faculdade de Serviço Social e usar a sigla FFS no lugar de FSS); (c) quando houve conflito de informações entre as fontes primárias (listagem de projetos de extensão enviados pelo NUT, relação do DEPEXT, catálogo da UERJ SEM MUROS entre outras fontes), a opção foi manter a informação contida no registro mais antigo; (d) nos documentos em que iniciativas realizadas entre 1990 e 1999 estavam listadas em conjunto, não sendo possível identificar se elas se tratavam de um projeto ou evento, só foram considerados projetos se essa informação estivesse explícita, caso contrário, interpretamos como não sendo projeto de extensão; (e) projetos iniciados na década de 1990 para os quais se dispunha somente do título, data de início e data de conclusão foram mantidos na sistematização.

Para complementar as informações levantadas na pesquisa documental no tocante à institucionalização da extensão universitária na UERJ, realizamos entrevistas com três professores (aqui denominados de informantes chave) que atuaram em períodos diferentes na Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ. Eles foram convidados pelo conhecimento que tinham do tema com o intuito de preencher algumas lacunas de informação. As entrevistas foram conduzidas com base em um questionário semiestruturado com questões abertas (Apêndice B), previamente enviado ao professor convidado, e sujeito a ampliação no decorrer de cada conversa. As entrevistas foram realizadas após apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C).

Outras entrevistas foram também realizadas com duas professoras do NUT, que atuaram como coordenadoras de projetos de extensão ao longo do período de interesse do presente projeto. Essas entrevistas foram semiestruturadas e baseadas em perguntas norteadoras da conversa que foram concebidas levando-se em conta as informações que já haviam sido acumuladas sobre o tema (NOGUEIRA; MARTINS; BÓGUS, 2004).

As entrevistas foram gravadas em Tablet Samsung Galaxy Note 10.1 com o aplicativo de gravação *EasyVoice Recorder* e transcritas livremente pela autora desta tese, como um fichamento, buscando-se os elementos essenciais para transformar os relatos em informações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Institucionalização da extensão universitária na UERJ

Ao analisarmos a história da UERJ e o desenvolvimento das atividades de extensão, percebemos que elas se faziam presentes na vida universitária desde sua fundação em 1950 (VILA BELA, 1989). Como primeiro marco para a consolidação da atividade extensionista na UERJ, podemos citar a participação da então UEG (hoje UERJ, conforme já relatado), quando foi proposto o projeto Rondon, em 1966 em plena ditadura militar (MANCEBO, 1996; SOUZA, 2000). O segundo marco foi a criação, em 1971, do Campus Avançado Parintins, no estado do Amazonas. Seu objetivo era proporcionar prática profissional aos alunos, por meio de um estágio baseado em prestação de serviços, com atividades ligadas a seus currículos escolares, além de participação no processo de desenvolvimento local e regional. Muitos questionavam esta atividade extensionista tão distante do Rio de Janeiro tanto geograficamente quanto em termos de realidade socioeconômica e cultural.

Até o início dos anos 1980, as iniciativas extensionistas eram raras, isoladas e pouco institucionalizadas. A maioria delas se dava nas áreas de saúde (por exemplo, ações de vacinação e campanhas educativas em saúde), inicialmente no Campus Avançado Parintins, e, mais tarde, também no interior do estado do Rio de Janeiro. Muitas dessas ações aconteciam ligadas aos cursos de Enfermagem e Medicina, principalmente ao Instituto de Medicina Social, e se constituíram nos antecedentes do Internato Rural, no qual o NUT veio a se inserir em 1986, conforme detalhado mais adiante. Além da área de saúde eram comuns atividades ligadas à de educação que enfocavam a prestação de serviço para as comunidades.

A partir da década de 1980, a UERJ desenvolveu vários eventos e ações institucionais que criaram condições para que a extensão universitária se fortalecesse no cenário institucional da época. Um destes marcos foi a criação, em 1981, da Sub-Reitoria para Assuntos Comunitários (SRAC), que era responsável pelo planejamento, implementação, execução e supervisão das

atividades comunitárias tanto para comunidade interna da UERJ como externa, sendo também responsável por manter e ampliar o Campus Avançado Parintins.

Em outubro de 1984 foi realizado o I Congresso Interno da UERJ, cujas resoluções continham recomendações para a definição de uma política para a Extensão Universitária (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1984; UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1989). Desde então, outros acontecimentos contribuíram para o crescimento e a consolidação da atividade de extensão na Universidade, como o estabelecimento, em 1988, do Plano de carreira docente, no qual estava explicitado que as atividades de extensão fariam parte das atividades docentes; a criação do Núcleo de Extensão da Faculdade de Enfermagem da UERJ (NEXT/FENF), em 1992, que se constituiu no primeiro espaço de coordenação de atividades de extensão universitária no âmbito da UERJ; a criação do Departamento de Programas e Projetos de Extensão, em 1994, quando da reestruturação da Sub Reitoria de Assuntos Comunitários (AE-002-Reitoria-94); a transformação da Sub-Reitoria de Assuntos Comunitários na Sub-Reitoria de Extensão e Cultura – SR- 3 em 1995; a inclusão da Extensão nas atribuições de um dos Conselhos Superiores da universidade, com alteração de seu nome de Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CSEP), para Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CSEPE).

O processo de redemocratização do país, iniciado em 1984, se refletiu na Universidade com discussões sobre seu papel, função, autonomia universitária e seu compromisso social (TAVARES, 1997; RIBEIRO, 2011), gerando desdobramentos em relação à reflexão sobre a extensão universitária e sua institucionalização na UERJ. Podemos citar, por exemplo, como um marco, a publicação do Relatório da Comissão Acadêmica de Análise Institucional (1989, p. 5), que, em relação à Extensão Universitária, preconizava que:

A Universidade proceda a uma avaliação aprofundada de seus atuais serviços de extensão, tendo em vista sua conveniência científica, técnica e pedagógica e estabeleça mecanismos permanentes de supervisão e acompanhamento das atividades de extensão por parte das respectivas unidades e departamentos.

Assim, internamente, foram tomadas medidas no sentido de organizar instâncias e processos de trabalho em relação à extensão universitária, como o aprimoramento das atividades, a sistematização e o registro de informações e a instituição de processos avaliativos. No âmbito externo, conforme já relatado, a UERJ se inseriu nos fóruns de discussão da extensão universitária, ocupando cargos de direção e comissões temáticas.

Um importante marco nesse período foi a realização, em 1990, da primeira edição do evento UERJ sem Muros (USM). Esse evento tinha por objetivo apresentar à comunidade do Rio de Janeiro os serviços e atividades de extensão promovidas pela UERJ, constituindo-se como uma oportunidade ímpar de apresentar a outros setores da sociedade o que era produzido pelos projetos de extensão.

Até 1996, esse evento era composto por atividades como: cursos, feira de serviços, exposições, oficinas, palestras, visitas a laboratórios e outros locais na UERJ, além da programação cultural. O exame dos catálogos do USM revelou que, de 1993 a 1996, o NUT participava do evento por meio de atividades de diferentes modalidades, entre elas: cursos de curta duração, feira de prestação de serviços, mostra de produção científica e mesas redondas. Nessas atividades, as temáticas abordadas abarcavam, entre outras: avaliação e orientação nutricional em diferentes momentos do curso da vida, educação nutricional, segurança no trabalho, cuidado em nutrição, alimentos e sua relação com a saúde.

Em 1997, seu escopo foi ampliado, incluindo a Semana de Iniciação Científica (em sua sexta edição àquele ano) e a Mostra de Extensão (em sua primeira edição). Com esta mudança o NUT concentrou sua participação na apresentação de trabalhos oriundos de projetos de pesquisa e extensão, ainda que sua apresentação não fosse obrigatória, abrangendo temas como: internato rural, avaliação e educação nutricional e cuidado em nutrição de diferentes grupos de interesse (escolares, idosos, cardiopatas, diabéticos).

O USM seguiu acontecendo anualmente, tendo realizado sua 25ª edição em 2014. Atualmente, é realizado no período de uma semana, envolvendo as seguintes atividades: Semana de Graduação, Semana de Iniciação Científica e Mostra de Extensão, além dos eventos também promovidos pela SR-3 como a Feira de Prestação de Serviços, Espaço Ciência e Eventos Culturais. Ele

também permite o contato da comunidade interna com alunos de escolas públicas e particulares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio que são convidados para participar do Evento, em particular na Feira de Prestação de Serviços e no Espaço Ciência e os Eventos Culturais.

Outro marco decisivo para a institucionalização da extensão universitária na UERJ da forma como ela ocorre hoje foi a criação, em 1994, do Departamento de Projetos e Programas de Extensão - DEPEXT. Esse departamento passou a coordenar, a supervisionar e a acompanhar os projetos e programas de extensão desenvolvidos pela UERJ, bem como desenvolveu as normas e procedimentos para controle das ações extensionistas.

Com a publicação do Plano Nacional de Extensão, ocorrida em dezembro de 1999, coube à UERJ, assim como às demais universidades, organizar sua atividade de extensão universitária, adequando-se às metas propostas. Era necessário implantar um banco de dados e um programa de avaliação da extensão universitária coerente com aquela proposta pelo Fórum, adotar os indicadores quantitativos e qualitativos de extensão nas análises de mérito em relação aos projetos e alocação de bolsas. Nesta etapa de reestruturação, uma docente do NUT assumiu a Coordenação de Projetos e Programas de Extensão (COPREXT) na SR-3, no período de 1999-2003.

Coube à COPREXT, em 2001, a implantação do Sistema de Extensão com o objetivo de armazenar dados referentes a todas as atividades de extensão desenvolvidas e cadastradas no DEPEXT. Para isso, foi necessário reestruturar os instrumentos de cadastro e relatórios de ações extensionistas. Os modelos de relatórios foram atualizados em 2004 e, outra vez, em 2010, com inserção de itens que se adaptassem ao Sistema Nacional de Extensão (SIEXBRASIL), já apresentado no capítulo 1. Extensão universitária no Brasil: antecedentes e histórico, que permitiu o acesso universal dos dados da Extensão universitária das universidades públicas (CASTRO, 2001,2002, 2003; FÓRUM..., 2007).

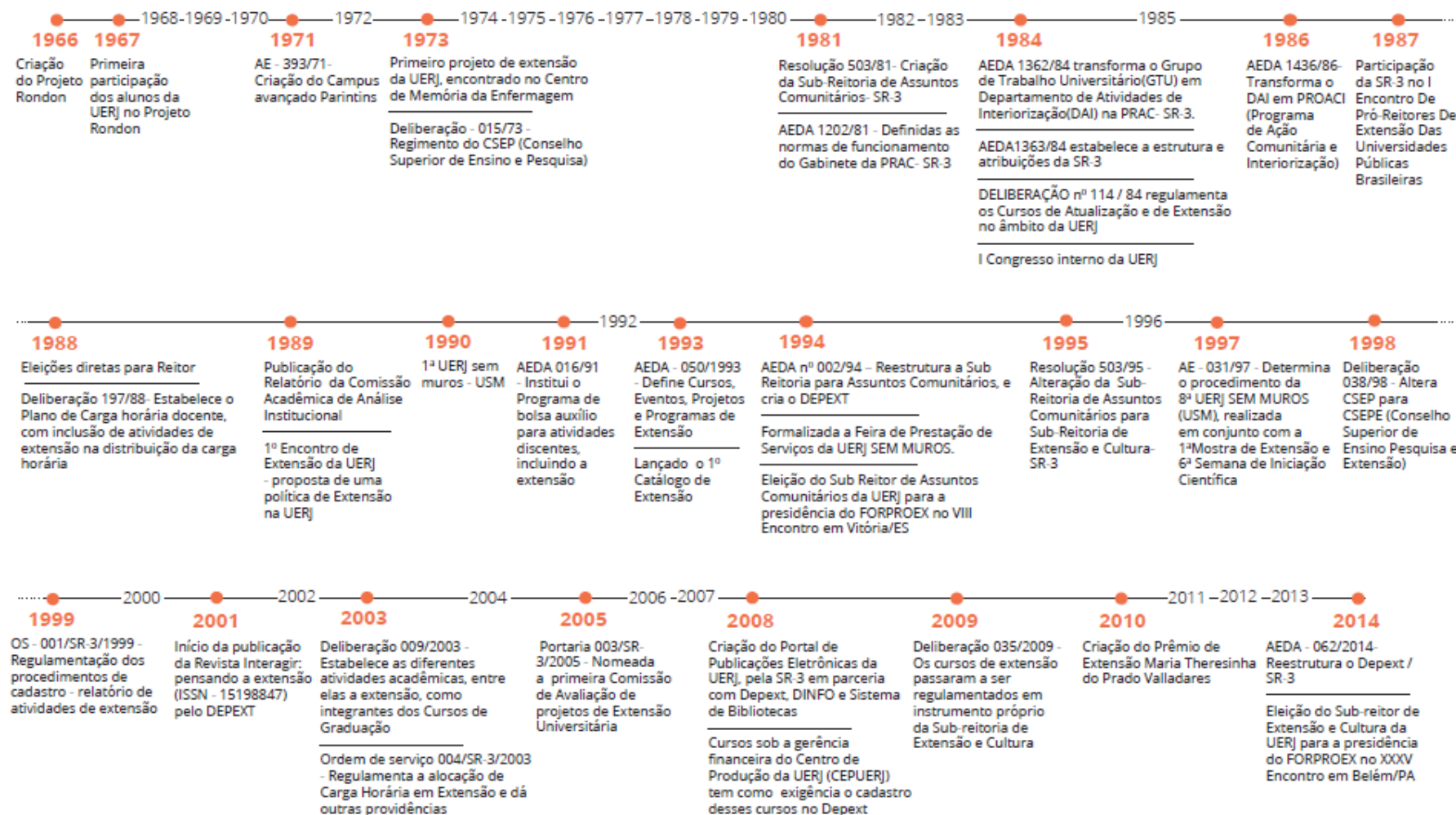
Ainda na década de 2000, a UERJ iniciou a publicação da revista de extensão Interagir (em 2001), ampliou o número de programas de extensão e estabeleceu que as diferentes atividades acadêmicas, entre elas a extensão, passariam a integrar os Cursos de Graduação, na perspectiva de apoiar a

institucionalização da extensão e fortalecer a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, conforme destacado no artigo 1º da DE 009/2003:

Art. 1º - Entende-se como atividades curriculares dos cursos de Graduação as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, as atividades extraclasse realizadas por alunos para o aprimoramento de sua formação e o fortalecimento da relação universidade sociedade, sob a orientação de um docente, em projetos e programas reconhecidos por uma das sub-reitorias da UERJ: SR-1, Sub-reitoria de Graduação, Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa ou Sub-reitora de Extensão e Cultura (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2003).

Na última década, além da consolidação de processos de trabalho iniciados nos anos anteriores, merece destaque a criação do portal de publicações eletrônicas da UERJ, em 2008. Os fatos que, até 2014, marcaram a institucionalização da extensão universitária na UERJ até 2014 estão sistematizados na linha do tempo apresentada na Figura 3.

Figura 3 – Marcos da institucionalização da extensão universitária na UERJ e da inserção desta universidade no debate nacional sobre esta temática



Legenda: AEDA - Ato executivo de decisão administrativa; DEPEXT - Departamento de Programas e Projetos de Extensão; DINFO- Diretoria de Informática; FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.

Design por Carolina do Valle

5.2 Histórico da extensão universitária no Instituto de Nutrição

O Quadro 2 nos oferece um panorama geral dos 73 projetos de extensão universitária desenvolvidos no período de interesse. Nele estão sistematizadas as seguintes informações referentes a esses projetos: título, objetivo geral, população alvo, ano de início, duração até 2014 e situação (ativo/encerrado) nesse ano. Os documentos consultados para identificar e analisar cada projeto estão no Apêndice C. Como subsídio adicional para a análise, indicamos os períodos correspondentes às gestões da universidade por meio de sombreamento das linhas utilizando diferentes matizes de cinza. Cabe lembrar que o primeiro período corresponde aos dois anos finais da gestão iniciada em 1988 e que o período de 2012-2014 se refere aos três primeiros anos da última gestão da UERJ. Vale também registrar que, nesse último período, a gestão da universidade foi conduzida pela mesma equipe que a geriu no período anterior (2008-2011).

Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	Objetivo geral	População-alvo	Início	Duração (anos)	Situação
Nutri-clipping	s/inf.	s/inf.	1990	5	Encerrado
Avaliação e educação nutricional para escolares - Cap/UERJ	Fomentar práticas adequadas de alimentação e nutrição visando a fixação de bons hábitos alimentares na população-alvo.	Comunidade do Cap; estudantes, responsáveis, docentes e funcionários.	1990	7	Encerrado
Internato de nutrição em saúde coletiva	Incentivar e propor ações em nutrição, associando extensão, ensino e pesquisa direcionados à realidade social, buscando integração docente/discente/ população rural e reciclagem de conhecimentos.	Graduandos de nutrição, profissionais e população residente no município do Rio de Janeiro e Duque de Caxias (desde 2013.2).	1990	25	Ativo
Ações básicas de atenção em nutrição, saúde, vigilância nutricional, montagem e Implantação de posto de saúde para atendimento comunitário	Devolver à comunidade, através de conhecimentos técnicos e acadêmicos o direito à saúde e uma alimentação saudável, resgatando sua cidadania.	Comunidade Morro 117- Rio Comprido.	1991	3	Encerrado
Creche- Forma de intervenção nutricional - estudo de caso II	Monitorar o estado nutricional das crianças e orientar nutricionalmente as refeições servidas na creche.	Crianças de 2-6 anos da Igreja Metodista de Irajá	1992	3	Encerrado
Monitoramento do estado nutricional da creche Esperança do Amanhã- estudo de caso III	Avaliar e monitorar o estado nutricional das crianças. Orientar nutricionalmente as razões alimentares junto à creche e às mães.	Crianças de 1-6 anos da creche da Igreja Pinhel Batista.	1993	1	Encerrado
Aprimoramento do sistema de informações sobre mercado de trabalho do nutricionista no CRN-4 - 1ª fase	Desenvolver sistema de informações sobre mercado de trabalho para nutricionistas no CRN-4.	Nutricionistas inscritos no CRN/4.	1994	1	Encerrado
Nutrição e saúde do adolescente	Promover a saúde do adolescente através do componente nutricional atuando em equipe multiprofissional	Adolescentes do morro do Pau da Bandeira	1994	1	Encerrado
Monitoramento rotineiro das cantinas permissionárias da UERJ	Monitorar as refeições servidas pelas cantinas permissionárias da UERJ quanto aos aspectos qualitativo, quantitativo e higiênico-sanitário.	Usuários das cantinas permissionárias e manipuladores das cantinas.	1994	1	Encerrado

Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	Objetivo geral	População-alvo	Início	Duração (anos)	Situação
Nutrição e saúde da criança e adolescente-avaliação nutricional dos escolares do CIEP Salvador Allende	Traçar o diagnóstico nutricional dos escolares como subsídio a vigilância e intervenção.	Escolares do CIEP Salvador Allende.	1994	4	Encerrado
Acompanhamento do estado nutricional de cardiopatas	Avaliar e monitorar o EN dos participantes do programa de reabilitação cardíaca da UERJ e realizar orientação nutricional através de atendimento atualizado.	Cardiopatas do NPRC ^b , participantes do Programa de Reabilitação Cardíaca.	1994	10	Encerrado
Alimentação, nutrição e envelhecimento	Desenvolver atividade de avaliação e educação nutricional com idosos na perspectiva de trabalhar questões inerentes a relação entre a alimentação, nutrição e envelhecimento saudável.	Indivíduos acima de 60 anos (idosos).	1994	21	Ativo
Nutrição na biblioteca da UERJ – Apoio à produção Acadêmica em Nutrição e Saúde	Indexação do acervo da biblioteca da UERJ na área de Nutrição.	Usuários da biblioteca da UERJ na área de Nutrição e Saúde.	1995	1	Encerrado
Implantação do internato rural de nutrição em Paracambi	Desenvolver um modelo de vigilância alimentar e nutricional adaptado ao programa médico familiar do município de Paracambi/RJ.	Residentes nas áreas de implantação do médico da família de Paracambi.	1996	1	Encerrado
Avaliação da qualidade dos méis comercializados no município do Rio de Janeiro	s/inf.	s/inf.	1996	1	Encerrado
Avaliação nutricional de populações carentes e análise de rigor metodológico dos dados antropométricos para propostas de solução/RJ	Avaliar o estado nutricional através de inquéritos antropométricos e dietéticos, analisar o rigor metodológico dos estudos realizados, propor mudanças nutricionais quantitativas e qualitativas	Internos de 5 -13 anos do Orfanato N. S. da Pompéia - Méier/RJ.	1996	1	Encerrado
Grupos de Prevenção e Promoção da Saúde na Terceira Idade (GPPS)	Prevenir e promover saúde na terceira Idade através de atividades educativas, preventivas e assistenciais, elaborando modelo de atenção que estimule bem-estar, autonomia e integração social do idoso.	Idosos frequentadores da UnATI, da comunidade; triagem do Núcleo de Atenção aos Idosos (NAI).	1997	1	Encerrado

Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	Objetivo geral	População-alvo	Início	Duração (anos)	Situação
Intervenção nutricional em creche comunitária	Analisar o estado nutricional do de crianças assistidas na creche comunitária visando propor medidas de intervenção.	Crianças de 0-6 anos da creche comunitária Noel Rosa - Vila Isabel.	1998	1	Encerrado
Sistema de vigilância alimentar e nutricional em saúde da família - Alto Simão	Contribuir para a reorientação do modelo assistencial, propondo a integração ensino/serviço a partir da atenção básica, em conformidade com os princípios do SUS, imprimindo uma nova dinâmica de atuação na PPC ^c , com definição de responsabilidades entre os serviços de saúde e a população, através da integralidade e interdisciplinaridade	Comunidade do Alto Simão.	1998	5	Encerrado
Educação nutricional em puericultura - Uma parceria INU/DNS/PPC/UERJ	Monitorar o estado nutricional de crianças, privilegiando o atendimento de crianças de 6 a 10 anos com diagnóstico de sobrepeso e obesidade a partir da primeira consulta de Nutrição.	Crianças na faixa etária de 6 a dez ano e seus responsáveis.	1998	17	Ativo
Capacitação em vigilância em saúde do trabalhador nos novos cenários de trabalho.	Capacitar a rede do SUS e o movimento sindical a realizar intervenção nos ambientes de trabalho terceirizados.	Técnicos do serviço de saúde e Sindicatos.	1999	1	Encerrado
Cozinha escola: processo produtivo de refeições padrão para comercialização	Promover o treinamento de pescadores e suas famílias para manipulação e preparo de produtos caseiros para venda.	Moradores da Ilha Grande.	1999	3	Encerrado
Garantia de qualidade do processo produtivo de restaurantes para coletividade	Avaliação de boas práticas de pizzarias na região de Friburgo/RJ.	Donos e gerentes de restaurantes comerciais de Nova Friburgo	1999	2	Encerrado
Organização do restaurante do CEADS: Vila Dois Rios – Ilha Grande	Organização de todo o processo produtivo de refeições, desde a compra de matéria-prima até o número de pessoas atendidas.	Funcionários CEADS/ alunos da UERJ, Vila de Dois Rios- Ilha Grande.	1999	2	Encerrado
Processamento e beneficiamento tecnológico de recursos pesqueiros: cultivo de mexilhões	Aproveitamento e agregador de valor para grande produção de mexilhão.	Maricultores da Ilha Grande	1999	2	Encerrado

Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	Objetivo geral	População-alvo	Início	Duração (anos)	Situação
Vigilância alimentar e nutricional em creches públicas do município de Niterói	Dar continuidade ao processo de Segurança Alimentar através de atividades de educação nutricional junto aos segmentos que atuam em creches.	Alunos e responsáveis, professores, cozinheiros, auxiliares e diretores de creches da FME de Niterói.	1999	2	Encerrado
Técnica Dietética associada à educação nutricional no tratamento de adultos obesos e/ou diabéticos atendidos na PPC: uma parceria INU/PPC	Promover orientação dietética à população-alvo na busca do equilíbrio orgânico associando a técnica dietética à educação nutricional.	Adultos obesos e/ou diabéticos atendidos na PPC ^c .	1999	5	Encerrado
Série Textos Sobre Envelhecimento	s/inf.	s/inf.	2001	2	Encerrado
Segurança Alimentar: controle de qualidade das cantinas permissionárias da UERJ	Monitorar as refeições servidas pelas cantinas permissionárias da UERJ quanto aos aspectos qualitativo, quantitativo e higiênico-sanitário.	Usuários das cantinas permissionárias da UERJ e os manipuladores de alimentos que lá trabalham.	2001	11	Encerrado
Avaliação Nutricional e antropométrica de atletas	Intervir na alimentação de atletas competitivos de diferentes modalidades esportivas e faixas etárias, modificando hábitos alimentares errôneos melhorando sua qualidade de vida e consequentemente seu desempenho físico.	Atletas competitivos de triatlo, ações militares, judô e rúgbi para cadeirantes; crianças e adolescentes da escola de basquete-projeto Cesta Cidadã -AVBRJ	2001	11	Encerrado
Avaliação nutricional de trabalhadores de alimentação coletiva	Contribuir com a promoção de saúde dos trabalhadores de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) na cidade do Rio de Janeiro.	Trabalhadores de alimentação coletiva de restaurantes populares localizados no estado do Rio de Janeiro.	2001	11	Encerrado
Avaliação do programa de alimentação escolar no estado do Rio de Janeiro	Análise do programa de alimentação escolar do estado do Rio de Janeiro.	Escolas públicas da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (amostra representativa)	2003	1	Encerrado
Centro de qualidade alimentar	Analisar hortifrutí, quanto à sua qualidade microbiológica.	IPRJ /UERJ ^e .	2003	1	Encerrado
Clínicas tecnológicas do setor de refeições coletivas e fast-foods	Treinamento para pequeno comércio sobre boas práticas e legislação da ANVISA.	Pequenos comerciantes.	2003	1	Encerrado
Acompanhamento nutricional de crianças desnutridas, menores de 5 anos, no município de São Pedro da Aldeia	Acompanhar a evolução do estado nutricional das crianças de ambos os sexos desnutridas graves, no Município de São Pedro da Aldeia, através do SISVAN.	Crianças menores de cinco anos e suas famílias.	2004	3	Encerrado

Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	Objetivo geral	População-alvo	Início	Duração (anos)	Situação
Ações educativas para pacientes com linfoma e seus familiares tratados no Hospital Universitário Pedro Ernesto	Identificar o nível socioeconômico e o EN de pacientes com diagnóstico de linfoma; Desenvolver material educativo ; Orientar o paciente no preparo de fórmulas enterais (oral ou via cateter).	Pacientes e familiares tratados no Hospital Universitário Pedro Ernesto.	2004	4	Encerrado
Observatório da exposição ocupacional à sílica (OBES)	Construir um instrumento capaz de monitorar e avaliar a situação da exposição ocupacional a sílica entre os trabalhadores formais ocupados no Brasil.	Técnicos do sistema de Saúde, Área técnica de Saúde e Segurança, sindicato dos trabalhadores e demais interessados no risco da exposição ocupacional à sílica no Brasil.	2004	4	Encerrado
Assistência Nutricional ao paciente atendido na Policlínica Piquet Carneiro (PPC/UERJ)	Prestar assistência Nutricional ampliada, de caráter individual e grupal aos pacientes atendidos no ambulatório de Nutrição da PPC ^c .	Pacientes atendidos no ambulatório de nutrição e no ambulatório de Clínica Médica da PPC/UERJ.	2004	8	Encerrado
Avaliação do Estado Nutricional de Diabéticos	Prestar assistência Nutricional ampliada, de caráter individual e grupal aos pacientes atendidos no ambulatório de Nutrição da PPC ^c .	Funcionários do HUPE ^f e do Campus Maracanã e comunidade externa com diabetes mellitus tipo 1, tipo 2 e com diabetes gestacional e seus familiares.	2004	10	Encerrado
Grupo AMIGOS: ação multidisciplinar no tratamento da obesidade	Reduzir o excesso de gordura corporal de adolescentes com sobrepeso e obesidade por meio de dietas balanceadas, mudança de hábito alimentar, estilo de vida saudável e diminuir o risco de doenças crônico-degenerativas na vida adulta.	Adolescentes obesos, atendidos no Núcleo de Atenção Básica do NESA, na PPC ^c e IESC ^g da Santa Casa de Misericórdia	2004	11	Ativo
Nutrição e internet: uma integração para novas perspectivas	Desenvolver o processo de informação através da rede internacional de comunicação virtual (Internet), de forma ética, junto ao corpo discente do Instituto de Nutrição, visando o desenvolvimento científico e tecnológico, comprometido com as demandas sociais e educacionais.	Corpo discente de nutrição e demais profissões interligadas; população interessada em nutrição.	2005	1	Encerrado
Saúde da família no Alto Simão: a integralidade e interdisciplinaridade na assistência e no ensino	Contribuir para reorientação do modelo assistencial, propondo integração ensino/serviço a partir da atenção básica, em conformidade com os princípios do SUS, imprimindo uma nova dinâmica de atuação na PPC ^c , com definição das responsabilidades entre	Moradores da comunidade do Alto Simão e aluno de graduação e pós-graduação das diversas Unidades Acadêmicas.	2005	1	Encerrado

Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	Objetivo geral	População-alvo	Início	Duração (anos)	Situação
	os serviços de saúde e a população, através da integralidade e a interdisciplinaridade.				
Acompanhamento ambulatorial de adolescente e portadores de sobrepeso e obesidade	Reduzir excesso de gordura corporal de adolescentes com sobrepeso e obesidade por meio de dietas balanceadas, mudança do hábito alimentar, estilo de vida saudável e diminuir o risco de doenças crônico-degenerativas na vida adulta.	Adolescentes de 10 a 20 anos, de ambos os sexos, atendidos na clínica de adolescentes da Policlínica Piquet Carneiro/UERJ, município do Rio de Janeiro.	2005	2	Encerrado
Acolhimento de gestantes, nutrizes e lactentes atendidos na Policlínica Piquet Carneiro	Promover a prática de aleitamento materno exclusivo até os 6 meses.	gestantes, nutrizes e crianças.	2005	8	Encerrado
Vigilância alimentar e nutricional em creches públicas do município de Niterói	Contribuir para o melhoramento do estado alimentar e nutricional da população em questão através de sistema de informação e diagnóstico visando subsidiar o processo de intervenção pelos órgãos competentes.	Crianças menores de 5 anos e suas famílias.	2005	4	Encerrado
Assistência nutricional aos pacientes atendidos no ambulatório de Medicina Integral (HUPE/UERJ)	Prestar assistência nutricional, através de interconsulta aos residentes e internos de medicina que estão inseridos no ambulatório de medicina integral do HUPE ^f .	Pacientes atendidos no ambulatório de medicina integral, residentes de medicina de família e comunitária.	2005	10	Ativo
DEMETERA: Alimentação, Nutrição & Saúde	Criar um instrumento de divulgação que possa subsidiar discussões, contribuir para o aprofundamento das questões e promover o intercâmbio de práticas, atinentes ao campo da alimentação, nutrição e saúde.	Alunos, pesquisadores, acadêmicos, profissionais de saúde; do campo Biomédico, Ciências Sociais, Humanas, Agrárias ou Engenharias.	2005	10	Ativo
Alimentos <i>diet</i> e <i>light</i> : orientação aos consumidores	Orientar os alunos e funcionários da UERJ sobre o consumo de alimentos <i>diet</i> e <i>light</i> .	Consumidores de produtos <i>diet</i> e <i>light</i> .	2006	3	Encerrado
Estratégias visando o aumento da adesão à reeducação alimentar	Promover ação educativa com pacientes DRC ^h , e pessoas envolvidas com seu cuidado, para aplicação do manuseio dietético de alimentos, do seu consumo habitual, conhecimento sobre alimentos fonte e diminuição dos teores de sódio	Pacientes portadores de DRC ^h na fase não dialítica e seus familiares.	2006	9	Ativo

Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	Objetivo geral	População-alvo	Início	Duração (anos)	Situação
	(Na) e fósforo (P). E também promover avaliação da inclusão da técnica/manuseio dietético na rotina alimentar, e adesão ao tratamento.				
Desenvolvimento de receitas hipoprotéicas voltadas ao pacientes com doença renal crônica	Elaborar um livro de receitas hipoproteicas e hipossódicas para pacientes portadores de DRC ^h .	Pacientes portadores de DRC ^h e familiares, portadores de co- morbididades da DRC ^h como: diabetes, doença cardiovascular, dislipidemias, obesidade, desnutrição.	2009	7	Ativo
Internato multidisciplinar em vigilância sanitária: alimentos e nutrição (IMVISA)	A criação, o desenvolvimento e o aprimoramento de atividades curriculares em vigilância sanitária na área de alimentos para os alunos da graduação do curso de Nutrição desta Universidade, com a parceria de alguns laboratórios do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) no Estado do Rio de Janeiro.	Alunos do 4º ao 8º período do Curso de Graduação do Instituto de Nutrição da UERJ.	2009	4	encerrado
Grupo Técnico em Segurança Alimentar – GTSA	Assessoria acadêmico-técnico-científica ao Núcleo de Estudos em Ciência e Segurança dos Alimentos (NECSA), do Instituto de Nutrição, do Departamento de Nutrição Básica e Experimental e, também, atuar na interface com outros Núcleos de Estudos Científicos e/ou instituições afins.	Núcleo de Estudos em Ciência e Segurança dos Alimentos - NECSA, do Instituto de Nutrição da UERJ, do Departamento de Nutrição Básica e Experimental.	2009	5	encerrado
Garantia de Qualidade do Processo Produtivo das Refeições Servidas no Restaurante Universitário da UERJ - Campus Maracanã	Desenvolver e aplicar instrumentos que assegurem a garantia da qualidade do processo produtivo das refeições servidas no Restaurante Universitário da UERJ – Campus Maracanã.	Comunidade interna do Campus Maracanã da UERJ, usuários do RU; estudantes, docentes e técnico-administrativos do INU; manipuladores de alimentos e gestores do RU.	2009	6	Ativo
Monitoramento epidemiológico da Situação da Silicose no Brasil e contribuições para a vigilância em saúde	Identificar, registrar e analisar a tendência epidemiológica da situação da silicose enquanto contribuição para a vigilância em saúde do	Serviços de Saúde do SUS ⁱ , Centros de referência em Saúde do Trabalhador, Serviços de Epidemiologia.	2009	6	Ativo

Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	Objetivo geral	População-alvo	Início	Duração (anos)	Situação
	trabalhador.				
O Nutricionista no programa TELESSAÚDE	Desenvolver ações de segurança alimentar e nutricional junto às equipes da ESF ⁱ no âmbito dos núcleos do Telessaúde do estado do RJ e local interessados através da TICs ^k .	Nutricionistas; equipes da estratégia de saúde da família; estudantes de IES ^l e profissionais de saúde.	2009	6	Ativo
Promoção de alimentação saudável e atividade física aos trabalhadores dos Restaurantes Populares do Rio de Janeiro	Ampliar a compreensão dos trabalhadores sobre alimentação como aspectos intervenientes na saúde.	Trabalhadores dos restaurantes cidadão - Estado do Rio de Janeiro	2009	6	Ativo
Assistência nutricional e práticas educativas em crianças e adultos com anemia falciforme	Prestar assistência nutricional a pessoas com doença falciforme, e desenvolver atividades educativas sobre alimentação saudável para os pacientes e sobre o manejo nutricional na doença falciforme para os nutricionistas.	Pessoas com doença falciforme.	2009	6	Ativo
Qualificação das ações de alimentação e nutrição na rede pública de ensino básico dos municípios do estado do Rio de Janeiro	Qualificar as ações de alimentação e nutrição na rede pública de ensino básico dos municípios do estado do Rio de Janeiro.	Responsáveis técnicos pela área de Alim. e Nut. nas SMS ^m e SME ⁿ dos municípios do RJ, professores e alunos do curso do INU/UERJ.	2009	6	Ativo
Caminhando juntos na direção de creche "Amiga da alimentação saudável"	Divulgar para pais e responsáveis da creche os princípios fundamentais da alimentação infantil que garantam a segurança alimentar e nutricional.	Crianças menores de 5 anos matriculadas nas creches municipais pertencentes à 3a CRE ^o e responsáveis pela alimentação das crianças no domicílio e creches participantes.	2011	4	Ativo
Nutrição e saúde óssea	Oferecer orientação nutricional direcionada para indivíduos em diferentes momentos fisiológicos considerados críticos para o desenvolvimento e manutenção da saúde óssea.	Pessoas em fase crítica para atividade óssea tais como adolescentes, gestantes, nutrízes, e mulheres na pós-menopausa.	2011	4	encerrado
O "olhar" do usuário para um atendimento nutricional responsável e humanizado	Investigar sobre o que os usuários estão pensando em relação ao atendimento nutricional de uma unidade de saúde com perfil acadêmico.	Frequentedores dos ambulatórios de Nutrição da PPC ^o .	2011	2	encerrado


Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	Objetivo geral	População-alvo	Início	Duração (anos)	Situação
Desenvolvimento de hortas domésticas e comunitárias para prevenção de distúrbios nutricionais	Estimular o consumo de hortaliças e frutas.	Pessoas com doença falciforme.	2012	3	Ativo
Produção de alimentos para geração de renda familiar	Orientar a comunidade da UERJ e comunidade externa quanto à produção de alimentos que permitam geração de renda familiar.	Comunidade da UERJ; cozinheiros e pais/responsáveis dos alunos do GEO ^a	2012	3	Ativo
Projeto Cogitatus: rede de saberes e modos de fazer o cuidado em nutrição	Desenvolver os modos de fazer (práticas) o cuidado em nutrição em atividades culturais e em conversas interativas em sala de espera.	Alunos, professores, usuários das atividades desenvolvidas em torno do cuidado em nutrição.	2012	3	Ativo
Núcleo de Assistência e Pesquisa em Transtornos Alimentares	Diagnosticar e acompanhar transtornos alimentares usando parcerias com a SMS ^m para integrar o atendimento, considerando-se a complexidade de relações dos transtornos alimentares.	Pacientes com transtornos alimentares: anorexia alimentar, bulimia alimentar e transtorno de compulsão alimentar periódica.	2012	3	Ativo
Desenvolvimento de estratégias voltadas à organização da atenção nutricional de pacientes com doença renal crônica nos estágios 1 a 5 da doença na rede municipal de saúde do Rio de Janeiro	Desenvolver estratégias voltadas à organização da atenção nutricional de pacientes com DRC ^h nos estágios 1 a 5 da doença, na rede municipal de saúde do RJ.	Nutricionistas da rede municipal do Rio de Janeiro.	2013	2	Ativo
EcoBuffet: formação comunitária com ênfase em sustentabilidade, aproveitamento integral dos alimentos e boas práticas sanitárias.	Formar jovens e adultos de comunidades da região da Tijuca em culinária, aproveitamento integral dos alimentos, higiene alimentar e serviço de buffet.	Jovens e adultos da Comunidade da Tijuca.	2013	1	Encerrado
Projeto de Reorientação da Formação em Saúde	Ampliar as possibilidades de formação do graduando de nutrição e dos nutricionistas, ampliando também a atuação tanto dos docentes quanto dos profissionais da rede de saúde ao privilegiar a relação ensino serviço no currículo.	Discentes, docentes, nutricionistas e profissionais de saúde.	2013	2	Ativo
INOVANUTRI Jr.- Empresa Junior de Nutrição da UERJ	Promover melhor experiência de mercado aos alunos de nutrição, a qual ela é vinculada.	Alunos da UERJ do curso de Nutrição, micro e pequenas empresas da área de alimentos.	2013	2	Ativo
Núcleo de Assistência e Pesquisa em Prevenção de Aterosclerose – NAPPA	Prevenção de Aterosclerose na abordagem primária, secundária ou terciária;	Pacientes com aterosclerose, alunos de graduação, pós-graduação de áreas da	2014	1	Ativo

Quadro 2- Objetivo geral, população alvo, ano e gestão^a de início, duração (até 2014) e situação em 2014 (ativo/encerrado) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

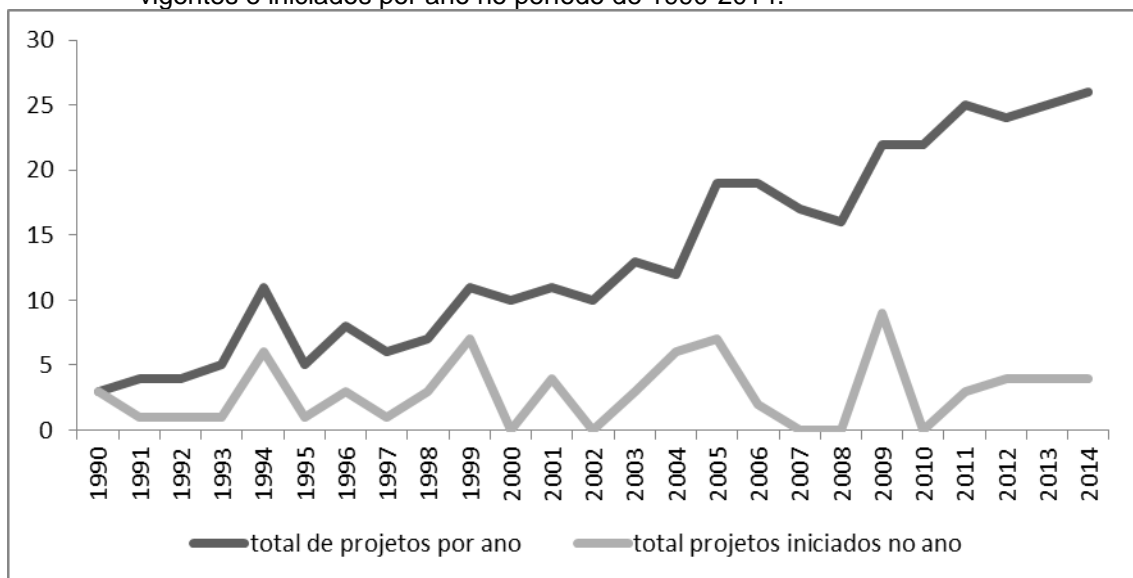
Projeto	Objetivo geral	População-alvo	Início	Duração (anos)	Situação
		saúde principalmente de nutrição.			
Projeto de Atuação do Grupo de Extensão e Pesquisa em Epidemiologia do Câncer – GEPEC – Estratégias de atuação junto ao Sistema Único de Saúde e ao poder judiciário.	Implementar ações GEPEC/UERJ atendendo as demandas do SUS ⁱ , do Ministério Público e das organizações sociais.	Demandas apresentadas à UERJ pelas Secretarias Municipais de Saúde e pelo Ministério Público Estadual.	2014	1	Ativo
Promoção da alimentação adequada e saudável na perspectiva do turismo solidário	Criar oportunidades para a promoção da alimentação adequada e saudável no contexto do desenvolvimento do turismo solidário no Rio de Janeiro.	Moradores de territórios que desenvolvem iniciativas de turismo solidário.	2014	1	Ativo
Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno em Banco de Leite Humano do Município do Rio de Janeiro	Fortalecer as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, e de doação de leite humano, no âmbito do BLH ^p do Hospital Maternidade Herculano Pinheiro, conjugando atividades de extensão, pesquisa e ensino.	Nutrizes, recém-nascidos, profissionais de saúde.	2014	1	Encerrado

^a Gestão da universidade em que o projeto foi iniciado; ^b Núcleo de Prevenção e Reabilitação Cardíaca; ^c Policlínica Piquet Carneiro; ^d Associação de Basquetebol de Veteranos do Rio de Janeiro; ^e Instituto Politécnico; ^f Hospital Universitário Pedro Ernesto; ^g Instituto de Endocrinologia da Santa Casa; ^h doença renal crônica; ⁱ Sistema Único de Saúde; ^j Estratégia de saúde da família; ^k tecnologia de informação e comunicação; ^l Instituição de ensino superior; ^m Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; ⁿ Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro; ^o Coordenação Regional de Educação do RJ; ^p Banco de leite humano; ^q Ginásio Experimental Olímpico;

 1990-1991; 1992-1995; 1996-1999; 2000-2003; 2004-2007; 2008-2011; 2012-2014.

No período estudado, pode-se observar consistente aumento do número de projetos vigentes em cada ano. Enquanto, em 1990, eram três os projetos ativos, em 2014 esse número chegou 26 projetos (Figura 4). Quanto ao número de projetos iniciados por ano, estes acompanham a evolução do número de projetos vigentes nos anos 1990. No período posterior, à medida que alguns projetos se consolidam e se mantiveram ativos, o número de novos projetos a cada ano deixou de acompanhar essa tendência.

Figura 4 – Evolução do número de projetos de extensão do Instituto de Nutrição da UERJ vigentes e iniciados por ano no período de 1990-2014.



Dos projetos identificados, dois terços (66%) já estão encerrados. Desses, 81% se encerraram nos primeiros cinco anos de atividade, sendo que mais da metade se encerrou nos primeiros dois anos de atividade (54%). Por outro lado, seis (24%) dos 25 projetos em atividade estão ativos há pelo menos dez anos (Tabela 1). O tempo de duração de um projeto depende de vários fatores, entre eles: sua natureza e propósito; mudanças no contexto em que está inserido, tornando-o superado ou inviável; permanência ou não do coordenador do projeto no corpo docente da UERJ, entre outros. No período estudado, foram desenvolvidos projetos que tinham objetivos bastante pontuais e que eram encerrados quando esses eram atingidos. Foi o caso, por exemplo, do projeto que se dedicou a organizar o refeitório e a estrutura de funcionamento da cozinha local do Centro de Estudo Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS) coordenado pela Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (SR2), na Ilha Grande. Por outro lado, a característica

comum aos três projetos mais longevos (com 17, 21 e 25 anos de atividade) é estarem articulados à formação curricular em Nutrição conforme se verá no item 5.2.

Tabela - 1. Distribuição do tempo de duração (em anos) dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ no período de 1990 a 2014, segundo situação (ativo/encerrado) em 2014.

Duração (em anos)	Número de projetos		
	Total	Ativos	Encerrados
1	22	3	19
2	10	3	7
3	9	4	5
4	6	1	5
5	4	0	4
6	6	6	0
7	2	1	1
8	2	0	2
9	1	1	0
10	4	2	2
11	4	1	3
17	1	1	0
21	1	1	0
25	1	1	0
Total	73	25	48

Outro aspecto a ser comentado com base na análise da trajetória individual dos projetos é o fato de que oito projetos (que, até 2014, tinham duração de 4, 4, 7, 10, 11, 11, 21 e 25 anos respectivamente), mudaram de título ao longo de sua existência. Isto ocorreu para atender a mudanças nos objetivos, no escopo, no enfoque ou no local de atuação do projeto e refletem a dinâmica de atuação das equipes, que renovam seu olhar sobre a temática do projeto e/ ou precisam se adequar a novas realidades que surgem no desenvolvimento das ações propostas. Um exemplo é o projeto que foi iniciado em 1994 com o título “Nutrição na terceira idade” e que, em 2014, se chamava “Alimentação, Nutrição e Envelhecimento”. A evolução dos títulos desses sete projetos está sistematizada no Apêndice D.

Analisando o envolvimento dos docentes do NUT em atividades extensionistas no período de interesse, observamos aumento dessa participação em termos absolutos (de 12 professores em 1993 (primeiro ano para o qual esta informação está disponível) para 36 em 2014). Isso era de se esperar, já que o

quadro de docentes efetivos cresceu de 33 para 55 entre 1993 e 2014 (Tabela 2). Além disso, esse aumento também se deu em relação ao percentual de professores envolvidos nessas atividades: de 36,4% do total de professores em 1993 para 65,5% em 2014. Estes achados convergem com o relatório de gestão da SR-3 referente ao período de 2008 a 2014, que registrou um aumento expressivo da participação docente em projetos de extensão para toda a universidade (SR-3, 2015).

O aumento do envolvimento com a Extensão também pode ser observado na carga horária semanal alocada pelos docentes em atividades extensionistas (Tabela 3). O percentual médio de carga horária semanal alocada, que era de 6,8% em 1992, passou para mais de 14,0% ao final do período estudado. Isso pode ser explicado, ao menos em parte, pelo aumento, em termos absolutos e percentuais, de professores efetivos com contrato de 40 horas semanais neste período, permitindo àqueles que antes possuíam contratos de 20 horas semanais a alocação de carga horária em atividades de extensão. Outro fato que ajuda a entender esse achado foi a regulamentação da alocação da carga horária em extensão, por meio da Ordem de Serviço 004/SR-3/2003, de 21/08/2003, que estabeleceu, entre outros, parâmetros para declaração de carga horária máxima de extensão em PLANIND de coordenadores e membros de equipe.

Cabe observar, ainda, que esse aumento se deu simultaneamente ao processo de qualificação do corpo docente do NUT (17,40% eram doutores em 2002 (primeira informação no DataUERJ) enquanto que 70,9% tinham esse título em 2014) e de implantação, nesta unidade acadêmica, do Programa de Pós-Graduação em Alimentação Nutrição e Saúde, iniciado em 2008 (mestrado) e ampliado em 2010 (doutorado), o que se traduziu em maior carga horária alocada em pesquisa e ensino de pós-graduação (Tabela 3).

Em 2014, dos 55 docentes efetivos do NUT, 26 eram coordenadores de projetos de extensão e foram registradas 78 participações nos projetos existentes, o que indica que parte dos docentes estava inserida em mais de um projeto de extensão (DataUERJ, 2015), reforçando a constatação da consolidação da prática extensionista no NUT no período estudado.

Tabela 2 – Frequência (absoluta e percentual) de docentes efetivos, segundo tipo de atividade declarada. Instituto de Nutrição – UERJ, 1993 – 2014.

Atividade	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2002	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	n (%)	n (%)	n (%)	N (%)	N (%)	n (%)	n (%)	n (%)	N (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Ensino graduação	20 (60,1)	21 (63,6)	26 (76,5)	28 (73,7)	30 (76,9)	30 (76,9)	37 (80,4)	31 (63,3)	41 (83,7)	35 (72,9)	36 (73,5)	38 (74,5)	43 (82,7)	45 (83,3)	44 (80)	45 (81,8)
Ensino pós-graduação	7 (21,2)	5 (15,2)	4 (11,8)	1 (2,63)	1 (2,56)	0	5 (10,9)	2 (4,1)	9 (18,4)	12 (25)	17 (34,7)	17 (33,3)	14 (26,9)	13 (24,1)	17 (30,9)	16 (29,1)
Pesquisa	9 (27,3)	12 (36,4)	15 (44,1)	15 (39,5)	13 (33,3)	14 (35,9)	12 (26,1)	17 (34,7)	31 (63,3)	33 (68,8)	28 (57,1)	31 (60,8)	37 (71,2)	36 (66,7)	36 (65,5)	40 (72,7)
Extensão	12 (36,4)	12 (36,4)	15 (44,1)	7 (18,4)	10 (25,6)	15 (38,4)	17 (37)	16 (32,7)	27 (55,1)	26 (54,2)	27 (55,1)	29 (56,9)	31 (59,6)	33 (61,1)	32 (58,2)	36 (65,5)
Total de docentes	33	33	34	38	39	39	46	49	49	48	49	51	52	54	55	55

Fonte: DataUERJ. Publicação iniciada em 1992 e descontinuada em 2000-2001 e 2004-2007. As informações sobre estes dados iniciaram-se em 1993. As informações sobre número de docentes efetivos segundo tipo de atividade declarada referente ao ano de 2003 não foram apresentadas por estarem inconsistentes.

Tabela 3 – Distribuição percentual da carga horária semanal dos professores efetivos segundo atividade acadêmica. Instituto de Nutrição– UERJ no período de 1992- 2014.

Atividade	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2002	2003	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ens. Graduação^{a,b}	43,1	53,7	50,3	55,4	52,3	51,7	47,3	50,5	40,7	47,4	39,9	32,1	37,0	34,3	36,6	36,6	33,7	33,3
Ens. Pós-Grad.^{a,b}	0	3,1	3,2	2,2	0,3	0,2	0	1,8	0,4	1,3	1,1	3,8	6,3	7,2	5,5	4,2	5,4	4,9
Pesquisa	9,8	8,4	12	14	17,1	16,3	16,5	11,2	20,1	19,9	31,2	36	27,7	29,7	28,3	29,9	29,6	29,6
Extensão	6,8	13,8	11,7	9,3	6,6	6,7	10,2	10,3	8,6	9,1	11,5	11,7	11,7	13,7	13,1	14,5	14,4	14,3
Outras^c	40,3	21,0	22,8	19,1	23,7	23,3	26,0	26,2	30,2	22,3	16,3	16,4	17,3	15,1	16,5	14,8	16,9	17,9

Fonte: DataUERJ. Publicação iniciada em 1993 e descontinuada em 2000-2001 e 2004-2007.

^a Ens. Graduação – ensino de graduação; Ens. Pós-Grad. – ensino de pós-graduação.

^b As cargas horárias apresentadas como destinadas ao Ensino de Graduação e ao Ensino de Pós-Graduação contabilizam também a carga correspondente à preparação de aulas e avaliação de trabalhos.

^c Na categoria "Outras" estão incluídos os percentuais referentes à carga horária semanal dedicada a atividades administrativas e de apoio acadêmico.

A coordenação dos projetos de extensão do NUT desenvolvidos até 2014 se distribuiu pelos departamentos da seguinte forma: 21, 23 e 29 projetos, respectivamente, coordenados por professores do Departamento de Nutrição Aplicada, do Departamento de Nutrição Básica e Experimental e do Departamento de Nutrição Social. Esse dado expressa, em parte, a inserção dos departamentos nos projetos, já que os professores de cada departamento podem se inserir como membros de equipe nos diversos projetos de extensão. Entretanto, a informação sobre esse segundo tipo de inserção não estava disponível para o período estudado.

Ao fazermos essa análise considerando os Núcleos existentes no NUT, observamos que quatro possuem projetos de extensão vinculados a eles: Núcleo de Estudos Sobre Alimentação Saúde e Cultura; Núcleo de Alimentação e Nutrição Escolar; Núcleo de Estudos Sobre Alimentação, Nutrição, Saúde e Envelhecimento, e o Centro de Referência Nacional de Vigilância Nutricional na Atenção a pessoa com Doença Falciforme. Vale registrar que nenhum projeto de extensão formalizou a participação dos laboratórios do NUT às suas atividades, embora se saiba que alguns laboratórios foram utilizados para a realização de atividades específicas, como oficinas práticas de alimentos.

5.3 Análise dos projetos de extensão universitária desenvolvidos no NUT de 1990 a 2014

5.3.1 Análise dos projetos segundo categorias de interesse

O Quadro 3 resume as categorias presentes nos formulários de cadastramento e relatório dos projetos de extensão disponibilizados pela SR-3. Em relação às áreas temáticas (AT) estabelecidas pelo FORPROEX (FÓRUM..., 2007), dos 73 projetos identificados no NUT, 29 não dispunham dessa informação. Esta ausência justifica-se pelo fato de que ela não era solicitada nos formulários de relatório e cadastramento utilizados até 2001. Dos 44 projetos que dispunham dessa informação, 40 deles indicaram também AT secundária. Saúde foi apontada como AT principal em 41 e como AT secundária em dois deles. Já Educação foi

apontada como principal em um e como secundária em 31 deles. Ou seja, das 84 citações de AT, 75 (89,3%) se referiram a essas duas. Depreende-se, portanto, que, em sua história, o perfil dos projetos de extensão universitária do NUT no tocante às AT tem sido, basicamente, de saúde articulada com educação, que são focos tradicionais de atuação da extensão (FÓRUM..., 2007). Esse perfil converge com o campo de atuação da unidade acadêmica onde esses projetos estão inseridos, o Instituto de Nutrição, que tem em seus pilares a educação e a saúde. Outras AT citadas foram: Tecnologia e Produção (três citações, sendo duas como AT secundária), Trabalho (três citações, todas como AT secundária), Meio Ambiente (duas citações, sendo uma como AT secundária) e Comunicação (uma citação como AT secundária).

Quadro 3 - Área temática, palavras-chave, abrangência geográfica, parcerias (internas e externas) e situação curricular dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	AT ^a principal	AT ^a secundária	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3	Abrangência geográfica ^b	Parceria interna ^c	ID ^d parceria interna	Parceria externa ^e	ID ^d parceria externa	Situação Curricular ^e
Nutri-clipping	s/ inf. ^f	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.
Avaliação e Educação nutricional para escolares do Cap/UERJ	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	2
Internato de nutrição em Saúde coletiva	Saúde	Educação	Saúde	Educação	Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição	2	1	NUCANE ^g	1	INAD ^h	1
Ações básicas de atenção em nutrição, Saúde, vigilância nutricional, montagem e Implantação de posto de Saúde para atendimento comunitário	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	2	s/ inf.	1	Centro Comunitário Comunidade 117- Rio Comprido	2
Creche- Forma de intervenção nutricional - estudo de caso II	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	2	s/ inf.	1	SMDS- RJi	2
Monitoramento do estado nutricional da creche Esperança do Amanhã- estudo de caso III	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	2	s/ inf.	1	DATEMEC	2
Aprimoramento do sistema de informações sobre mercado de trabalho do nutricionista no CRN-4 - 1ª fase	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	3	2	s/ inf.	1	CRN/4	2
Nutrição e Saúde do adolescente	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	1	Unidade Clínica de Adolescentes - UCA/ HUPE	2	s/ inf.	2
Monitoramento rotineiro das cantinas permissionárias da UERJ	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	2
Nutrição e Saúde da criança e adolescente- avaliação nutricional dos escolares do CIEP Salvador Allende	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	2	s/ inf.	1	CIEP Salvador Allende - SME - RJ	2
Acompanhamento do estado nutricional de cardiopatas	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	2	s/ inf.	2	s/ inf.	2
Alimentação, nutrição e envelhecimento	Saúde	Educação	Alimentação	Nutrição	Terceira idade	1	1	UNATI/UERJ	1	Instituto de Nutrição Josué de Castro- UFRJ	1

Quadro 3 - Área temática, palavras-chave, abrangência geográfica, parcerias (internas e externas) e situação curricular dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	AT ^a principal	AT ^a secundária	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3	Abrangência geográfica ^b	Parceria interna ^c	ID ^d parceria interna	Parceria externa ^c	ID ^d parceria externa	Situação Curricular ^e
Nutrição na biblioteca da UERJ – Apoio à produção Acadêmica em Nutrição e Saúde	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	2	s/ inf.	2	s/ inf.	2
Implantação do internato rural de nutrição em Paracambi	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	2	1	FENF	1	Prefeitura de Paracambi.	1
Avaliação da qualidade dos méis comercializados no município do Rio de Janeiro	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.
Avaliação nutricional de populações carentes e análise de rigor metodológico dos dados antropométricos para propostas de solução/RJ	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	1	Educação Artística	1	FEEN / Secretaria Municipal de Saúde- RJ	2
Grupos de Prevenção e Promoção da Saúde na Terceira Idade (GPPS)	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	1	NAI - HUPE	2	s/ inf.	2
Intervenção nutricional em creche comunitária	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	2	s/ inf.	1	Creche Comunitária Noel Rosa	2
Sistema de vigilância alimentar e nutricional em Saúde da família - Alto Simão	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	1	DINUTRI ^k /HUPE e PPC	2	s/ inf.	2
Educação nutricional em puericultura - Uma parceria INU/DNS/PPC/UERJ	Saúde	Educação	Vigilância alimentar e nutricional	Educação nutricional	Obesidade Infantil	2	1	IME ^l e PPC	2	s/ inf.	1
Capacitação em vigilância em Saúde do trabalhador nos novos cenários de trabalho.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	2	s/ inf.	2	s/ inf.	2
Cozinha escola: processo produtivo de refeições padrão para comercialização	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	1	Instituto de Oceanografia e CEADS ^m	2	s/ inf.	2
Garantia de qualidade do processo produtivo de restaurantes para coletividade	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	2	s/ inf.	1	SEBRAE	2

Quadro 3 - Área temática, palavras-chave, abrangência geográfica, parcerias (internas e externas) e situação curricular dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	AT ^a principal	AT ^a secundária	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3	Abrangência geográfica ^b	Parceria interna ^c	ID ^d parceria interna	Parceria externa ^c	ID ^d parceria externa	Situação Curricular ^e
Organização do restaurante do CEADS: Vila Dois Rios – Ilha Grande	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	1	CEADS ^m	2	s/ inf.	2
Processamento e beneficiamento tecnológico de recursos pesqueiros: cultivo de mexilhões	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	1	Instituto de Oceanografia e CEADS ^m	2	s/ inf.	2
Vigilância alimentar e nutricional em creches públicas do município de Niterói	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	2	2	s/ inf.	1	FME ⁿ - Niterói, Fac. Nutrição UFF	2
Técnica dietética associada à Educação nutricional no tratamento de adultos obesos e/ou diabéticos atendidos na PPC: uma parceria INU/PPC	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	1	PPC	2	s/ inf.	2
Série Textos Sobre Envelhecimento	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.
Segurança alimentar: controle de qualidade das cantinas permissionárias da UERJ	Saúde	Tecnologia e Produção	Condições higiênic-sanitárias	Contaminação alimentar	Doenças transmitidas por alimentos	2	1	Colégio de Aplicação e Prefeitura dos Campi	2	s/ inf.	2
Avaliação nutricional e antropométrica de atletas	Saúde	Educação	atletas	Nutrição	Saúde	3	2	s/ inf.	1	Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército	2
Avaliação nutricional de trabalhadores de alimentação coletiva	Saúde	Trabalho	Saúde do Trabalhador	Alimentação Coletiva	Antropometria	3	1	IEFD	1	SEASDRH/RJ	2
Avaliação do programa de alimentação escolar no estado do Rio de Janeiro	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.
Centro de qualidade alimentar	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	1	2	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.
Clínicas tecnológicas do setor de refeições coletivas e fast-foods	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	2	2	s/ inf.	1	SEBRAE, REDETEC	s/ inf.
Acompanhamento nutricional de crianças desnutridas, menores de 5 anos, no município de São Pedro da Aldeia	Saúde	Educação	SISVAN	Desnutrição	Crianças	2	2	s/ inf.	1	Prefeitura de São Pedro d"Aldeia	2

Quadro 3 - Área temática, palavras-chave, abrangência geográfica, parcerias (internas e externas) e situação curricular dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	AT ^a principal	AT ^a secundária	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3	Abrangência geográfica ^b	Parceria interna ^c	ID ^d parceria interna	Parceria externa ^c	ID ^d parceria externa	Situação Curricular ^e
Ações educativas para pacientes com linfoma e seus familiares tratados no Hospital Universitário Pedro Ernesto	Saúde	Educação	Situação socioeconômica	Linfoma	Orientação nutricional	1	1	HUPE	2	s/ inf.	2
Observatório da exposição ocupacional à sílica (OBES)	Saúde	Epidemiologia	Exposição Ocupacional	Observatório	Câncer ocupacional	4	2	s/ inf.	1	INCA/ CONPREV e FAPERJ	2
Assistência Nutricional ao paciente atendido na Policlínica Piquet Carneiro	Saúde	Educação	Atendimento nutricional	Ambulatório	Educação em Saúde	3	1	PPC	2	s/ inf.	2
Avaliação do Estado Nutricional de Diabéticos	Saúde	Educação	Diabetes mellitus	Nutrição	Educação em Saúde	3	1	Associação dos diabéticos do HUPE	1	Sociedade Brasileira de Diabetes, seção Rio de Janeiro	2
Grupo AMIGOS: ação multidisciplinar no tratamento da obesidade	Saúde	Educação	Obesidade	Adolescente	adesão ao tratamento	3	1	PPC	1	IESC/ SCMisericórdia	2
Nutrição e internet: uma integração para novas perspectivas	Educação	Saúde	Nutrição	Internet	Informática	4	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	s/ inf.	2
Saúde da família no Alto Simão: a integralidade e interdisciplinaridade na assistência e no ensino	Saúde	s/ inf.	Saúde da Família	Ensino	Saúde	1	1	INU, FENF, UNATI	1	Sec. Municipal de Assistência Social/ RJ	2
Acompanhamento ambulatorial de adolescente e portadores de sobrepeso e obesidade	Saúde	Saúde	Atendimento ambulatorial	Adolescente	Excesso de gordura corporal	1	1	PPC	2	s/ inf.	2
Acolhimento de gestantes, nutrizas e lactentes atendidos na Policlínica Piquet Carneiro	Saúde	Educação	Gestantes	Nutrizas	Crianças	2	1	PPC	2	s/ inf.	1
Vigilância alimentar e nutricional em creches públicas do município de Niterói	Saúde	Educação	Creche	Educação nutricional	Avaliação Nutricional	2	2	s/ inf.	1	Fundação de Educ. Mun. Niterói e Fac. Nutrição- UFF	2
Assistência nutricional aos pacientes atendidos no ambulatório de Medicina Integral (HUPE/UERJ)	Saúde	Educação	Saúde da família	Assistência Nutricional	Educação em Saúde	2	1	FCM, HUPE	2	s/ inf.	2

Quadro 3 - Área temática, palavras-chave, abrangência geográfica, parcerias (internas e externas) e situação curricular dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	AT ^a principal	AT ^a secundária	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3	Abrangência geográfica ^b	Parceria interna ^c	ID ^d parceria interna	Parceria externa ^c	ID ^d parceria externa	Situação Curricular ^e
DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde	Saúde	Comunicação	Nutrição	Alimentação	Saúde	6	2	s/ inf.	2	s/ inf.	2
Alimentos <i>diet</i> e <i>light</i> : orientação aos consumidores	Saúde	Saúde	Diet	Light	Rotulagem de alimentos	1	2	s/ inf.	2	s/ inf.	2
Estratégias visando o aumento da adesão à reeducação alimentar	Saúde	Educação	Doença renal crônica	Dieta restrita em proteína	Ação educativa; estratégias de adesão à dieta.	2	2	s/ inf.	2	s/ inf.	2
Desenvolvimento de receitas hipoprotéicas voltadas ao pacientes com doença renal crônica	Saúde	Educação	Doença renal crônica	Tratamento dietoterápico	Dieta hipoproteica e hipossódica	2	1	FCM	2	s/ inf.	2
Internato multidisciplinar em vigilância sanitária: alimentos e nutrição (IMVISA)	Saúde	Educação	Vigilância Sanitária em Alimentos	Inocuidade de Alimentos	APPCC	4	2	s/ inf.	1	INCQS/FIOCRUZ	1
Grupo Técnico em Segurança Alimentar – GTSA	Saúde	Educação	Saúde	Nutrição	Bromatologia	3	1	FCM, FENF,NUT	1	SSAR-RJ; F. Farmácia/ UFRJ; EMBRAPA; FIOCRUZ e REDETEC	2
Garantia de Qualidade do Processo Produtivo das Refeições Servidas no Restaurante Universitário da UERJ - Campus Maracanã	Saúde	Trabalho	Qualidade	Boas Práticas	Produção de refeições	3	1	NUT e Prefeitura dos Campi	2	s/ inf.	2
Monitoramento epidemiológico da Situação da Silicose no Brasil e contribuições para a vigilância em Saúde	Saúde	Trabalho	Epidemiologia	Vigilância em Saúde	Saúde Pública	5	1	FFS	1	Min TE; SUS/MS	2
O Nutricionista no programa TELESSAÚDE	Saúde	Educação	Nutrição	TIC	Qualidade de Vida	3	1	FCM	1	SMS/RJ	2
Promoção de alimentação saudável e atividade física aos trabalhadores dos Restaurantes Populares do Rio de Janeiro	Saúde	Educação	Promoção da Saúde	Alimentação	Serviços de alimentação	3	2	s/ inf.	1	SSEADH/RJ	2

Quadro 3 - Área temática, palavras-chave, abrangência geográfica, parcerias (internas e externas) e situação curricular dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	AT ^a principal	AT ^a secundária	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3	Abrangência geográfica ^b	Parceria interna ^c	ID ^d parceria interna	Parceria externa ^e	ID ^d parceria externa	Situação Curricular ^e
Assistência nutricional e práticas educativas em crianças e adultos com anemia falciforme	Saúde	Educação	Práticas educativas	Nutrição na doença falciforme	Doença falciforme	3	1	Serviço de Hematologia/FCM	1	Associação de Falcêmicos e Talassêmicos do RJ - AFARJ	2
Qualificação das ações de alimentação e nutrição na rede pública de ensino básico dos municípios do estado do Rio de Janeiro	Saúde	Educação	Alimentação escolar	REANE	Promoção da alimentação saudável em escolas	3	1	NUT; Telenutrição	1	UNIRIO; UFRJ-Macaé; SEEDU/RJ; SES/RJ; SMSDC/UERJ; CRN-4; ANERJ; UNDIME; UFF; OPAS/OMS; MDA/RJ	2
Caminhando juntos na direção de creche "Amiga da alimentação saudável"	Saúde	Educação	Educação nutricional	Alimentação complementar	Aleitamento materno	2	1	IME ^f	1	CAP ^g 3.2/ SMS / RJ e 3 ^a CRE ^g /SME/RJ	2
Nutrição e Saúde óssea	Saúde	Educação	Nutrição	Saúde óssea	Cálcio e vit. D	3	2	s/ inf.	1	Maternidade Escola/ UFRJ	2
O "olhar" do usuário para um atendimento nutricional responsável e humanizado	Saúde	Educação	Segurança alimentar e nutricional	Atendimento dietético	Satisfação do usuário	2	1	IME ^f , PPC	2	s/ inf.	2
Desenvolvimento de hortas domésticas e comunitárias para prevenção de distúrbios nutricionais	Saúde	Educação	Hortas comunitárias	Anemia e/ou doença falciforme	Segurança alimentar e nutricional	2	2	s/ inf.	1	Associação de Falcêmicos e Talassêmicos RJ	2
Produção de alimentos para geração de renda familiar	Saúde	Tecnologia e produção	Produção de alimentos	Geração de renda familiar	Segurança alimentar e nutricional	4	2	s/ inf.	2	s/ inf.	2
Projeto Cogitatus: rede de saberes e modos de fazer o cuidado em nutrição	Saúde	Educação	Nutrição	Cuidado em nutrição	Educação em Saúde	3	1	DECULT ^o , Fac. Odontologia, NUT	2	s/ inf.	2
Núcleo de Assistência e Pesquisa em Transtornos Alimentares	Saúde	Educação	Anorexia nervosa	Bulimia nervosa	Transtorno e compulsão alimentar	2	1	PPC/UERJ	2	s/ inf.	2

Quadro 3 - Área temática, palavras-chave, abrangência geográfica, parcerias (internas e externas) e situação curricular dos projetos de extensão desenvolvidos no Instituto de Nutrição-UERJ, no período de 1990 a 2014.

Projeto	AT ^a principal	AT ^a secundária	Palavra-chave 1	Palavra-chave 2	Palavra-chave 3	Abrangência geográfica ^b	Parceria interna ^c	ID ^d parceria interna	Parceria externa ^c	ID ^d parceria externa	Situação Curricular ^e
Desenvolvimento de estratégias voltadas à organização da atenção nutricional de pacientes com doença renal crônica nos estágios 1 a 5 da doença na rede municipal de Saúde do Rio de Janeiro	Saúde	Educação	Doença renal crônica	Nutrição	Capacitação	2	2	s/ inf.	1	INAD	2
EcoBuffet: formação comunitária com ênfase em sustentabilidade, aproveitamento integral dos alimentos e boas práticas sanitárias.	Saúde	Meio ambiente	Alimentos sustentáveis	Aproveitamento integral dos alimentos	Higiene alimentar	3	2	s/ inf.	1	Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro	2
Projeto de Reorientação da Formação em Saúde	Saúde	Educação	Formação em Saúde	Saúde coletiva	Alimentação e nutrição	2	1	INU	1	INAD	2
INOVANUTRI Jr.- Empresa Junior de Nutrição da UERJ	Tecnologia e Produção	Educação	Nutrição	Gestão	Inovação tecnológica	5	1	SR-2	1	REDETEC- Rede de Tecnologia do Est do RJ	2
Núcleo de Assistência e Pesquisa em Prevenção de Aterosclerose – NAPPA	Saúde	Educação	Nutrição	Aterosclerose	Prevenção	2	1	Cardiologia/HUPE	1	Instituto Nacional de Cardiologia - INC	2
Projeto de Atuação do Grupo de Extensão e Pesquisa em Epidemiologia do Câncer – GEPEC – Estratégias de atuação junto ao Sistema Único de Saúde e ao poder judiciário.	Meio Ambiente	Saúde	Câncer	Ambiente	Vigilância em Saúde	3	1	Faculdade de Engenharia; Instituto de Química	1	SMS/Cantagalo; Ministério Público Estado do Rio de Janeiro	2
Promoção da alimentação adequada e saudável na perspectiva do turismo solidário	Saúde	Educação	Alimentação	Saúde	Turismo solidário	2	2	s/ inf.	2	s/ inf.	2
Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno em Banco de Leite Humano do Município do Rio de Janeiro	Saúde	Educação	Aleitamento materno	Banco de leite humano	Nutrição Materno Infantil	2	2	s/ inf.	1	Hospital Municipal Herculano Pinheiro/RJ	2

^a Área temática; ^b Para abrangência geográfica considerar: 1 – local; 2- municipal; 3- estadual; 4- regional; 5- nacional; 6- internacional; ^c Para parcerias, considerar: 1- sim, 2 – não; ^d Identificação das instituições parceiras; ^e Situação curricular considerar: 1- vinculado a atividade curricular, 2 – não vinculado a atividade curricular, ^f s. inf.- sem informação; ^g – Núcleo de alimentação e nutrição escolar; ^h – Instituto Annes Dias; ^j – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – RJ; ^k – Divisão de Nutrição; ^l – Instituto de Matemática e Estatística; ^m - Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável; ⁿ - Fundação Municipal de Educação; ^o – Departamento de Cultura; ^p - Coordenadoria Geral de Saúde da Área Programática; ^q - Coordenadoria Regional de Educação.

A Política Nacional de Extensão Universitária (2012), no tocante à articulação com as políticas públicas, recomenda que, na proposição de projetos de extensão, se dê prioridade a pelo menos uma das oito áreas de atuação, a saber: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica; melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira; melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso; melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária; promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência; formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos. A política recomenda, ainda, que a proposição do projeto se baseie em três eixos de integração, a saber: território, grupos populacionais e áreas temáticas. Essas últimas, de interesse para o presente estudo, são consideradas prioritárias para as políticas sociais, conforme comentado no capítulo 4 (Percurso Metodológico). São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.

Nessa perspectiva, podemos dizer que os projetos de Extensão do NUT desenvolvem suas atividades baseadas principalmente em duas das áreas de atuação, a saber, “Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira” e “Formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos”.

A análise das palavras-chave foi realizada com base em 135 citações de 101 palavras ou termos referidos nos 45 projetos que dispunham dessa informação. Assim como a informação de AT, até 2001, o formulário de relatório e cadastramento não solicitava esta informação. As palavras-chave foram reunidas por convergência temática nos seguintes grupos (número total de citações em cada grupo indicado entre parênteses): Alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional (n=20); Agravos e condições nutricionais (n=19); Educação/ formação (n=14); Cuidado em alimentação, nutrição e saúde (n=12); Saúde, promoção da saúde, prevenção (n=12); Grupos populacionais específicos (n=11); Alimentação coletiva (n=7); Segurança e regulação de alimentos (n=7); Avaliação nutricional, vigilância nutricional, vigilância em saúde (n=6); Alimentação e nutrição na infância (n=6); Nutrientes e alimentos (n=5); Tecnologias (n=4); Palavras-chave não

agrupadas (n=12) (Tabela 4). Das 135 citações, 1/3 (n=45) se concentrou nas 11 seguintes palavras, que foram citadas pelo menos duas vezes (número de citações entre parênteses): nutrição (n=12); saúde (n=6); alimentação, educação em saúde (n=4); doença renal crônica, educação nutricional, segurança alimentar e nutricional, adolescente (n=3); aleitamento materno, crianças, saúde da família, vigilância em saúde (n=2). O restante das citações (2/3 das 135) se distribuiu nas 90 palavras-chave que foram citadas somente uma vez. O Quadro 4 apresenta a sistematização desse agrupamento.

Quadro 4 – Palavras-chave identificadas nos projetos de extensão do Instituto de Nutrição desenvolvidos no período 1990-2014, agrupadas por convergência temática. (continua)

Grupo^a e palavra-chave	Número de Citações
Alimentação, nutrição e SAN	20
Nutrição	12
Alimentação	4
SAN	3
alimentação e nutrição	1
Agravos e condições nutricionais	19
DRC	3
anemia e/ou doença falciforme; anorexia nervosa; aterosclerose; bulimia nervosa; câncer; câncer ocupacional; desnutrição; diabetes mellitus; doença falciforme; excesso de gordura corporal; linfoma; nutrição na doença falciforme; obesidade; obesidade infantil; saúde óssea; transtorno de compulsão alimentar ^b	1
Educação/ Formação	14
educação em saúde	4
educação nutricional	3
ação educativa; capacitação; educação; ensino; formação em saúde; práticas educativas; promoção da alimentação saudável nas escolas ^b	1
Cuidado em alimentação, nutrição e saúde	12
adesão ao tratamento; ambulatório; assistência nutricional; atendimento ambulatorial; atendimento dietético; atendimento nutricional; cuidado em nutrição; dieta hipoprotéica e hipossódica; dieta restrita proteína; orientação nutricional; satisfação do usuário; tratamento dietoterápico ^b	1
Saúde, promoção da saúde, prevenção	12
Saúde	6
saúde da família	2
prevenção; promoção da saúde; saúde coletiva; saúde pública ^b	1
Grupos populacionais específicos	11
crianças; adolescente ^c	2
atletas; exposição ocupacional; gestantes; nutrição materno-infantil; nutrízes; saúde do trabalhador; terceira idade ^b	1
Alimentação coletiva	7
alimentação coletiva; APPCC; boas práticas; qualidade; produção de alimentos; produção de refeições; serviços de alimentação ^b	1
(conclusão)	7
Segurança e regulação de alimentos	
condições higiênico-sanitárias; contaminação alimentar; doenças transmitidas por alimentos; higiene de alimentos; inocuidade de alimentos; rotulagem de alimentos; vigilância sanitária de alimentos ^b	1
Avaliação nutricional, vigilância nutricional, vigilância em saúde	6

antropometria; avaliação nutricional; sistema de vigilância alimentar e nutricional; vigilância alimentar e nutricional ^b	1
vigilância em saúde	2
Alimentação e nutrição na infância	6
aleitamento materno	2
alimentação complementar; alimentação escolar; banco de leite humano; creche ^b	1
Nutrientes e alimentos	5
alimentos sustentáveis; bromatologia; cálcio e vitamina D; diet; light ^b	1
Tecnologias	4
informática; inovação tecnológica; internet; TIC ^b	1
Palavras-chave não agrupadas	12
ambiente; aproveitamento integral dos alimentos; epidemiologia; geração de renda familiar; gestão; hortas comunitárias; observatório; políticas públicas de alimentação e nutrição; qualidade de vida; REANE; situação socioeconômica; turismo solidário ^b	1

^a Agrupamento das palavras-chave por convergência temática.

^b Cada uma dessas palavras-chave foi citada uma vez.

^c Cada uma dessas palavras-chave foi citada duas vezes.

Siglas: SAN – Segurança alimentar e nutricional; DRC- Doença renal crônica; APPCC- Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle; TIC – Tecnologia de informação e comunicação.

A análise da abrangência geográfica dos projetos (informação disponível para 68 dos 73 projetos analisados) aponta que, até 2004, 60% dos projetos tinham abrangência local, 20%, abrangência municipal e 20%, abrangência estadual e, ainda, que nenhum projeto apresentava abrangência regional, nacional ou internacional. Já na última década, esse perfil se altera profundamente: menos de 10% apresentavam abrangência local, mais de 40% apresentavam abrangência municipal, 30%, estadual e aproximadamente 18% apresentavam abrangência maior (regional, nacional ou internacional) (Tabela 4). Essa mudança parece expressar não somente uma resposta do NUT à política de interiorização da UERJ desenvolvida ao longo da década dos anos 90 (UERJ, 1993) e que se consolidou nas décadas seguintes, mas também um amadurecimento do NUT na concretização de sua ação extensionista. Aqui cabe destacar o projeto DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, que foi o único projeto que se autotransformou com sendo de abrangência internacional. Por ser uma revista eletrônica e bilíngue, pode ser acessada no mundo todo. Outro projeto que merece ser comentado é aquele intitulado “O Nutricionista no programa TELESSAÚDE”. Ele direciona a maioria de suas atividades para a formação continuada de profissionais que atuam nos municípios do estado do Rio, e, por isso, se autotransformou como de abrangência estadual. No entanto, por usar tecnologias da informação e comunicação baseadas em sistemas de informação e redes de computadores, tem tido seus produtos (cursos a distância, mesas redondas, entre outros) acessados por profissionais de

outros estados do País e, também, de outros países de língua portuguesa. Desta forma, tem, na prática, abrangência nacional e internacional.

Tabela 4- Distribuição dos projetos desenvolvidos no Instituto de Nutrição da UERJ de 1990 a 2014 segundo abrangência geográfica e parcerias estabelecidas por período de início. (continua)

Categorias	1990-2004 (n=40)		2005-2014 (n=33)		Total (n=73)	
	n	% ^a	N	% ^a	N	% ^a
Abrangência geográfica						
Local	21	60,0	3	9,1	24	35,3
Municipal	7	20,0	14	42,4	21	30,9
Estadual	6	17,1	10	30,3	16	23,5
Regional	1	2,9	3	9,1	4	5,9
Nacional	0	0,0	2	6,1	2	2,9
Internacional	0	0,0	1	3,0	1	1,5
Sem informação	5		0		5	
Parcerias Internas^b (%)						
Sim	18	75,0	19	95,0	37	84,1
Não	6	25,0	1	5,0	7	15,9
Sem informação	16		13		29	
Tipo de parcerias entre aqueles que as faziam						
Somente área de saúde	9	50,0	11	57,9	20	54,1
Somente outras áreas ou setores	8	44,4	4	21,1	12	32,4
Área de saúde e outras áreas ou setores ^c	1	5,6	4	21,1	5	13,5
Parcerias externas						
Sim	19	57,6	19	59,4	38	58,5
Não	14	42,4	13	40,6	27	41,5
Sem informação	7		1		8	

(continuação)

Tipo de instituição entre as parcerias externas estabelecidas

Pública	12	63,2	16	84,2	28	73,7
Sociedade civil	5	26,3	2	10,5	7	18,4
Privada	1	5,3	0	0,0	1	2,6
Pública e sociedade civil	1	5,3	1	5,3	2	5,3

^a Percentual calculado com base no total de projetos que dispunham de informação.

^b Parcerias estabelecidas com outras unidades acadêmicas e instâncias da UERJ.

^c Outras áreas do conhecimento e outros setores da estrutura administrativa da UERJ.

Quanto às parcerias estabelecidas pelos projetos, pudemos observar que predominam aquelas com outras unidades acadêmicas e com instituições externas à universidade, sendo pouco frequentes e mais recentes as parcerias tanto entre os

departamentos que compõem o NUT quanto entre os projetos coordenados por essa unidade acadêmica (dados que podem ser observados no Quadro 3, não sistematizados em tabela).

Em relação às parcerias internas à UERJ, observa-se um aumento dessa prática nos dois períodos examinados (de 75% para 95%). É notória a predominância de parcerias exclusivamente com unidades acadêmicas e setores da área da saúde em ambos os períodos (50% e 57,9%, respectivamente), merecendo também destaque o aumento de parcerias com essa área em articulação com outras áreas e setores (de 5,6% para 21,1%). Destacam-se aquelas estabelecidas com a Faculdade de Ciências Médicas (FCM) e seus departamentos e o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), especialmente com seus serviços hospitalares e ambulatoriais. Também foram identificadas parcerias com outras unidades que compõem a “Área da Saúde”, como a Faculdade de Enfermagem (FENF), Faculdade de Odontologia (FO) e a Policlínica Piquet Carneiro (PPC).

Com relação às parcerias externas (Tabela 4), estas foram registradas em 38 (58%) dos 65 projetos que dispunham dessa informação. No Quadro 3 pode-se observar que, por vezes foram estabelecidas parcerias com mais de uma instituição. Nos dois períodos analisados, predominam as parcerias estabelecidas exclusivamente com outras instituições públicas (63,2% e 84,2% respectivamente), instituições estas que, por vezes, se relacionavam (ou ainda se relacionam) com mais de um projeto. Por exemplo, a Rede de Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro (REDETEC) e o CRN/4 são parceiros em três e dois projetos, respectivamente. Ao longo de todo o período de estudo, identificamos também sete projetos que estabeleceram parcerias somente com movimentos sociais organizados, dois, com instituição pública em articulação com movimentos sociais e um, com instituição privada.

Parcerias internas e externas são desejáveis pela interdisciplinaridade e interprofissionalidade que promovem, pela diversidade de ideias e de propostas que potencializam o enriquecimento do projeto e suas ações, e também porque consideram a complexidade inerente às comunidades, trazendo soluções diferenciadas no que tange ao trabalho comunitário, aumentando sua efetividade (FÓRUM..., 2001; FÓRUM..., 2012).

Dos 73 projetos identificados, 11 (15%) não informaram se eram ou não curriculares. Dos 62 projetos que dispunham dessa informação, 58 (93,5%)

informaram que não eram curriculares, isto é, não faziam parte do currículo ou das disciplinas que compõem o currículo de Nutrição, e quatro (6,5%) informaram serem curriculares. Dois deles, desde sua criação (1990 e 1994) até o momento da realização desse estudo, eram campos de estágio para estudantes matriculados nas disciplinas “Estágio Supervisionado de Nutrição em Saúde Coletiva” (projeto Alimentação, Nutrição e Envelhecimento) e “Internato em Saúde Coletiva” (projeto Internato de Nutrição em Saúde Coletiva). Os outros dois também foram campos de estágio: Educação Nutricional em Puericultura - Uma parceria INU/DNS/PPC/UERJ, iniciado em 1978, e ainda ativo, foi campo de estágio para a disciplina “Estágio Supervisionado de Nutrição em Saúde Coletiva” até 2010; e Internato Multidisciplinar em Vigilância Sanitária: Alimentos e Nutrição (IMVISA), iniciado em 2009 e que já está encerrado, que foi campo de estágio para a disciplina “Internato em Segurança e Ciência dos Alimentos”. Cabe comentar que os três primeiros projetos mencionados são os mais longevos do NUT e foram concebidos com a intenção de criar campos de estágio curricular, em conformidade com a proposta contida no I Congresso Interno da UERJ, realizado em 1984 (UERJ, 1984).

Compartilhamos do entendimento de que a Extensão Universitária é um processo acadêmico que viabiliza a flexibilização curricular, alterando a estrutura acadêmica, em geral muito rígida e conservadora, e favorece mudanças com base nas demandas da sociedade. O eixo pedagógico passa a ser aluno-professor-comunidade (NOGUEIRA, 2005). O fato de os projetos estarem vinculados ao processo de formação dos alunos e ao ensino faz do aluno o protagonista de sua própria formação profissional, empenhado em obter as competências necessárias com sensibilidade para atender as demandas da comunidade, tornando-se responsável pela transformação social decorrente de suas ações (FÓRUM..., 2012). Neste sentido, chama atenção o fato de a grande maioria dos projetos de extensão do NUT não ter envolvimento com o currículo nem mesmo por meio de experiências e vivências que pudessem se articular com atividades de ensino no âmbito das disciplinas. Porém, algumas interfaces da Extensão Universitária com o Ensino já vêm sendo realizadas, conforme pudemos observar nos relatórios e por relatos das entrevistas. São exemplos disso: a disciplina de Educação Nutricional, que convida bolsistas de projetos de extensão para falar sobre as ações educativas que desenvolvem nesses projetos, a disciplina de Nutrição Clínica em Pediatria, que também convida representantes de um projeto para falar sobre ele, e um projeto de

Extensão que propôs e apoia a oferta da disciplina optativa “Alimentação e Nutrição em Creches e Escolas” no currículo do curso de graduação do NUT. Mais recentemente, com a implantação do Trabalho de Conclusão de Curso no currículo de graduação de nutrição, está se iniciando a prática de desenvolvimento desse trabalho no âmbito de alguns projetos de extensão.

No tocante à equipe que compunha cada projeto, em todos eles havia a presença de estudantes de graduação, como bolsistas, alunos colaboradores. Cabe acrescentar que a participação em projetos de extensão pode ser contabilizada como horas para cumprimento das atividades complementares obrigatórias do curso de nutrição. Os projetos vêm recebendo alunos voluntários numa proporção maior do que bolsistas, e o fator limitante é o número de bolsas de extensão que são concedidas anualmente pela SR-3 para o conjunto de unidades acadêmicas da UERJ, que tem estado em torno de 400 desde 1995. Junte-se a este fato o aumento do número de projetos cadastrados neste período, bem como o número de docentes envolvidos com extensão, conforme já apresentado.

Já os servidores técnico-administrativos só passaram a compor a equipe de alguns projetos a partir de 2012. Desde então, cinco deles contam com estes profissionais na sua equipe, em sua maioria nutricionistas, que participam de projetos voltados para a área clínica, seja no HUPE ou na PPC ou, ainda, em alimentação coletiva, no Restaurante Universitário.

A Política Nacional de Extensão Universitária (2012) sugere que os estudantes de pós-graduação façam parte da equipe de projetos e ações extensionistas, já que é desejável que estas atividades sejam incorporadas aos programas de mestrado, doutorado ou especialização, qualificando-as. Na edição de 2015 do DataUERJ, constava que nenhum aluno de pós-graduação estava envolvido com extensão universitária no NUT. Entretanto, com base na leitura dos relatórios anuais dos projetos, verificamos que alguns deles envolvem (ou envolveram) alunos de mestrado e doutorado do PPGANS, com a finalidade de desenvolver seus projetos de dissertação ou de tese, demonstrando que há um início de interlocução entre a pós-graduação e a extensão universitária.

A participação da comunidade externa na equipe dos projetos de extensão ainda é pequena. Esta participação, além de desejável, possibilita, em tese, a participação da comunidade nas etapas de elaboração, desenvolvimento e avaliação da ação extensionista.

A articulação com ensino e pesquisa é assinalada em 100% dos relatórios anuais lidos. No entanto, não temos informações para 26 (35,6%) dos 73 projetos, principalmente os iniciados na década de 1990. Em alguns dos projetos estudados, observamos, em seus relatórios anuais, a associação com projetos de pesquisa numa relação bem estabelecida com a extensão, conforme já relatado. No entanto, as relações com o ensino são pouco citadas. As relações ensino-pesquisa-extensão se apoiam no artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, que dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. No entanto, a literatura aponta que o que é cotidiano são as relações duais como ensino - pesquisa, voltadas para a tecnologia e o conhecimento científico; ensino - extensão, voltadas para a formação pautada nos problemas sociais; e extensão - pesquisa, pautada pela exclusão do ensino, com perda do aspecto formativo, essencial no papel da universidade (MOITA, 2009).

Uma forma de avaliar os projetos de extensão é o exame quantitativo de determinados parâmetros, como, por exemplo, o público atingido. Na Tabela 5 podemos observar que, de 2003 até 2014 (período para o qual essa informação está disponível), enquanto o número de projetos dobrou, o público atingido aumentou cerca de quinze vezes.

Outra informação sistematizada na tabela 5 diz respeito aos projetos vinculados, ou seja, aqueles que se associam a outros projetos, configurando um programa. No caso do NUT, temos apenas um projeto vinculado ao Programa UnATI, que foi registrado a partir de 2010, muito embora o projeto, Alimentação, Nutrição e Envelhecimento, iniciado em 1994, tenha estado ligado a este programa desde a sua criação. Além disso, a busca documental realizada apontou que, até 2014, não havia outro projeto vinculado a programas coordenados por outras unidades acadêmicas nem havia programa coordenado pelo no NUT.

Tabela 5 - Número de projetos vinculados e não vinculados a programas de extensão e público atingido pelos projetos de extensão do Instituto de Nutrição no período de 2003 a 2014^a.

Projetos	2003	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Projetos vinculados^b									
Número	0	0	0	0	1	1	1	1	1
Público atingido	0	0	0	0	800	330	400	250	335
Projetos não vinculados^b									
Número	12	15	15	17	21	23	23	24	25
Público atingido	2.108	3.909	3.909	4.200	181.830	25.405	29691	26.558	30.203
Total									
Número	12	15	15	17	22	24	24	25	26
Público atingido	2.108	3.909	3.909	4.200	182.630	25.735	30.091	26.808	30.538

Fonte: DataUERJ.

^a As informações sobre público atingido pelos projetos só estão disponíveis no DataUERJ a partir de 2003; ^b Projetos vinculados a programa de extensão.

5.3.2 Análise dos projetos de extensão no NUT ativos no período de 2005-2014, com cinco ou mais anos de atividade.

5.3.2.1 Descrição dos projetos

Foram identificados 21 projetos ativos no período 2005-2014, com cinco ou mais anos de atividade, sendo que 14 estavam ativos e sete, encerrados. Neste tópico, estão apresentadas, de forma sucinta, as informações de cada um dos 21 projetos analisados que complementam aquelas apresentadas nos quadros 2 e 3. Quando oportuno, foram incluídos comentários da autora desta tese sobre aspectos específicos de cada projeto.

Segurança Alimentar: controle de qualidade das cantinas permissionárias da UERJ. Projeto já encerrado, iniciado em 2001, teve a duração de 11 anos nos quais teve seu nome alterado duas vezes ao longo do tempo para melhor se adequar à evolução dos objetivos propostos: O primeiro título foi Segurança Alimentar: treinamento dos manipuladores de alimentos e monitoramento dos pontos de controle na produção de refeições e/ou alimentos das cantinas permissionárias da UERJ”. Já o segundo foi “Garantia de qualidade alimentar: treinamento dos manipuladores de alimentos e monitoramento das condições higiênico-sanitárias das cantinas permissionárias da UERJ”. A ação central do projeto era o monitoramento dos pontos de controle de seis cantinas do campus Maracanã e do Colégio de Aplicação/CAP desde o ano de 2001 até 2011. Com base nos dados obtidos, eram emitidos relatórios contendo o diagnóstico da situação e as recomendações para sua melhoria. Estas últimas eram encaminhadas à prefeitura dos campi da UERJ e aos responsáveis pelas cantinas. Esperava-se, ainda, capacitar os manipuladores de alimentos com a implementação de programas de treinamento, mas esta atividade não chegou a acontecer. Foi encerrado em 2011, em função da falta de perspectiva para melhoria das condições higiênico sanitárias das cantinas e do processo de produção de refeições.

Avaliação Nutricional e antropométrica de atletas. Projeto iniciado em 2001 e encerrado em 2011. O título do projeto foi alterado quando se ampliou a ação para avaliação nutricional com base também na antropometria e não somente em dados dietéticos. A idéia central do projeto era a de contribuir para a incorporação de novos hábitos alimentares e de noções de saúde por atletas e paratletas, com vistas à melhoria de seu estado nutricional e de seu desempenho esportivo. Contou com a parceria do Instituto de Educação Física e Desportos da UERJ até 2009. Também fez parcerias com o Laboratório de Bioquímica Nutricional do Instituto de Química da UFRJ e, mais recentemente, com Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEX) e o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD). Apoiou a Pós-Graduação tanto *lato* como *stricto sensu* do NUT e da IEFD, pois deu suporte para monografias, dissertações e teses. O projeto sempre esteve atento às necessidades do grupo por ele contemplado, colaborando na preparação de atletas para os Jogos Pan-americanos de 2007, no Rio de Janeiro, e para as Olimpíadas Militares, realizadas nesta cidade em 2011.

Avaliação Nutricional de Trabalhadores de Alimentação Coletiva. Projeto iniciado em 2001 e encerrado em 2011. Tinha como foco a melhoria da qualidade de vida e prevenção de agravos entre trabalhadores de cozinhas industriais. Nesse projeto eram coletados dados antropométricos e bioquímicos num primeiro momento e, trimestralmente, era realizada avaliação do consumo alimentar concomitantemente a práticas educativas. Essas práticas se davam com base no diálogo e partiam das experiências dos trabalhadores. As temáticas abordadas abarcaram a alimentação e nutrição, na ótica da alimentação saudável, riscos ocupacionais e intervenções voltadas para ergonomia. Nove restaurantes populares da cidade do Rio de Janeiro foram contemplados nesse projeto. Após a coleta de dados, foram sistematizadas as dificuldades encontradas para a realização das atividades. Esse projeto foi substituído por outro, com foco central em atividades educativas, descrito adiante.

Assistência Nutricional ao paciente atendido na Policlínica Piquet Carneiro (PPC/UERJ). Projeto iniciado em 2004 e encerrado em 2012. Tinha como objetivo prestar assistência nutricional ampliada, de caráter individual e de grupo aos usuários do ambulatório de nutrição da Policlínica Piquet Carneiro/UERJ. O

atendimento ambulatorial não fazia parte do escopo do projeto, pois este já era feito por alunos do Internato em Nutrição e em Medicina. A idéia central era trabalhar com atividades de sala de espera, com temas escolhidos pelos usuários daquele serviço. As propostas de temas e de ações de educação nutricional eram definidas com base na aplicação de questionários, do diálogo com os usuários. A população-alvo, em sua grande maioria com excesso de peso, frequentemente associado a doenças crônicas não transmissíveis, tinha reconhecida dificuldade de adesão ao tratamento e acompanhamento, apresentando alta taxa de recidiva. O projeto buscou desenvolver iniciativas criativas, reflexivas e informativas que estimulasse a autonomia das pessoas, seu reconhecimento enquanto sujeitos sociais e históricos. Buscando-se a promoção da saúde e o cuidado integral usou-se a metodologia participativa e dialógica, com uma escuta crítica, compreensiva, interativa, recíproca, reflexiva e problematizadora. O projeto foi encerrado porque não havia clientela suficiente para as atividades de sala de espera, devido ao baixo número de usuários que passaram a ser atendidos com horários marcados e, também, pelo pequeno número do efetivo de nutricionistas à época. Tentativas como a transferência das atividades educativas desenvolvidas no projeto para o Hospital Universitário Pedro Ernesto não alcançaram o resultado previsto.

Avaliação do Estado Nutricional de Diabéticos. O projeto foi iniciado em 2004 e encerrado em 2013. Fruto da parceria dos três departamentos do NUT realizava atividades envolvendo portadores de Diabetes Mellitus tanto da comunidade interna quanto externa à universidade, por meio de intervenções dietéticas e ações de educação em saúde. Fez parceria com a Associação dos diabéticos do Hospital Universitário Pedro Ernesto e com a Sociedade Brasileira de Diabetes, seção Rio de Janeiro. As ações eram desenvolvidas por uma equipe multiprofissional e abarcavam orientação dietética individualizada, atividades de sala de espera, atividades de educação em saúde para crianças, adolescentes, adultos e idosos com distribuição de material educativo relacionado com cada tema. Foi campo para atividades práticas de sala de espera da disciplina de Educação Nutricional, do curso de graduação em nutrição e, desde seu início, esteve associado a projeto de pesquisa, de mesmo nome.

Grupo AMIGOS: ação multidisciplinar no tratamento da obesidade de crianças e adolescentes. Este projeto foi iniciado em 2004 e ainda ativo em 2014. Sua população alvo são adolescentes obesos, atendidos tanto no Instituto de Endocrinologia da Santa Casa de Misericórdia quanto no Núcleo de Atenção Básica do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA) da UERJ, na PPC. Tem como objetivo a ação interdisciplinar no tratamento à obesidade na adolescência, por meio do incentivo e apoio ao desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. O projeto se apoia na Estratégia Global de Alimentação, Atividade Física e Saúde (EG), de 2004, que aponta diretrizes para a redução da obesidade, um dos fatores de risco para doenças não transmissíveis. Participam deste projeto adolescentes que apresentem excesso de peso. Eles são convidados a participar de encontros de grupo e de atendimento individualizado multiprofissional. As atividades presenciais são complementadas com mídias sociais, utilizadas como forma de ampliar o acesso da comunidade adolescente às informações produzidas no projeto e motivar o adolescente e sua família para a adesão ao tratamento. Essas mídias incluem um blog, uma página no Facebook e um Instagram, rede social que permite a produção de fotos com telefone celular e sua postagem.

Acolhimento de gestantes, nutrizes e lactentes atendidos na Policlínica Piquet Carneiro (PPC/UERJ). O projeto, iniciado em 2005 e encerrado em 2012 em função da aposentadoria da coordenadora, tinha o objetivo de promover o aleitamento materno exclusivo (AME) até os seis meses de vida da criança, promovendo um espaço onde gestantes e nutrizes pudessem partilhar experiências. Buscava, também, oferecer um atendimento diferenciado e humanizado para a mãe e seu bebê como estratégia de promoção da saúde e em conformidade com a política de incentivo ao aleitamento materno e das diretrizes da atenção integral e humanizada ao recém-nascido (RN) no SUS. Suas atividades incluíam a atenção pré-natal com acompanhamento nutricional, consulta nos primeiros dez dias pós-parto, ações de incentivo ao aleitamento materno e orientações e acompanhamento da introdução da alimentação complementar até dois anos de idade. As atividades de atendimento individual eram complementadas por atividades coletivas como encontros e sala de espera.

Assistência Nutricional aos pacientes atendidos no ambulatório de Medicina Integral (HUPE/UERJ). Projeto iniciado em 2005 e ainda ativo em 2014. É desenvolvido em parceria com o Departamento de Medicina Integral Familiar e Comunitária da Faculdade de Ciências Médicas/ UERJ, integrando o projeto ampliado de atenção integral à saúde, desenvolvido por esta unidade, sendo voltado à educação profissional. Realiza prestação de serviço através do apoio ao atendimento individualizado de pacientes adultos e idosos encaminhados ao ambulatório de Medicina Comunitária, mas com o diferencial de também promover a educação continuada dos internos de medicina que acompanham as consultas. Utiliza o método da interconsulta, com a interação com a psicologia, na busca pelo aperfeiçoamento da formação de residentes e internos de medicina, no que tange ao conhecimento na área de nutrição. Também são desenvolvidas ações educativas em sala de espera, com práticas que se apoiam em metodologias participativas, oportunizando-se as falas da clientela e partilhando-se os saberes de cada indivíduo sobre os temas selecionados.

DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde. Iniciado em 2006 e ainda ativo em 2014. O projeto consiste na criação e consolidação de uma revista científica virtual na área de alimentação, nutrição e saúde. Inicialmente se chamava CERES: nutrição & saúde. Sua periodicidade, que era anual desde o seu lançamento até 2008, modificou-se ao longo dos anos e, em 2014, passou a ser trimestral. Em 2011, passa a usar o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER/OJS). A revista Ceres: nutrição & saúde (ISSN 1981-0881), publicada eletronicamente esteve em atividade de 2006 até 2011. Em 2012 é reformulada e passa a se chamar DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, ISSN 2238-913X, e a ser publicada nos idiomas português e inglês. Ao acrescentar a palavra “Alimentação”, expressa o entendimento ampliado do escopo desse campo, valorizando a alimentação como prática social. Contribuíram para a consolidação dessa Revista: o início das atividades do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde (mestrado e doutorado); a criação do Portal de Publicações Eletrônicas da UERJ, fruto da parceria entre a Sub-reitoria de Extensão e Cultura, (através do Departamento de Extensão), a Diretoria de Informática e o Sistema de Bibliotecas da UERJ; a implantação do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER/OJS) e o aumento do número de docentes envolvidos. Seu caráter extensionista se dá por

meio da ampla difusão de informação científica de qualidade, que vem atingindo um número cada vez maior leitores, dada sua abrangência nacional e seu alcance internacional.

Estratégias visando o aumento da adesão à reeducação alimentar. Projeto iniciado em 2006 e ainda ativo em 2014. Tem como foco de atenção desenvolver ações educativas dirigidas ao portador de Doença Renal Crônica (DRC) e sua família no manuseio dos alimentos e elaboração de preparações de forma a reduzir os teores de sódio e fósforo na dieta. A metodologia se baseia em reuniões periódicas com os usuários do ambulatório de DRC do HUPE, com a finalidade de identificar o grau de conhecimento do grupo sobre alimentos e alimentação adequada e saudável para portadores de DRC na fase não dialítica, sendo também utilizados questionários fechados para complementar a coleta de informações. Estes dados, uma vez tabulados e analisados, serviram de base para a elaboração e o desenvolvimento de uma intervenção baseada em ações educativas em grupo sobre alimentação adequada a este agravo e o uso de alimentos pobres em sódio, fosforo e proteína, com distribuição de material educativo de apoio para cada tema abordado. Essas atividades compõem um novo tipo de abordagem de tratamento associado ao atendimento individualizado. A etapa seguinte foi a avaliação do impacto da intervenção sobre o consumo alimentar habitual destes usuários. Também foram avaliados os materiais de apoio e as metodologias educativas utilizadas. Em seguida, foram realizadas novas atividades educativas com os temas identificados como de menor compreensão. A avaliação de impacto foi realizada associada a um projeto de pesquisa. . A estratégia, incluindo o material educativo produzido e questionários, vem sendo divulgada em eventos, palestras, cursos, e publicada na forma de artigos, com troca de experiências tanto entre os profissionais interessados como com a comunidade atendida. Este projeto está relacionado àquele intitulado Desenvolvimento de receitas hipoproteicas voltadas ao pacientes com doença renal crônica, descrito a seguir.

Desenvolvimento de receitas hipoproteicas voltadas aos pacientes com doença renal crônica. Projeto iniciado em 2009 e ainda ativo em 2014. Consiste na elaboração de um livro de receitas e manuais /folders voltados para o controle de um agravo específico – a doença renal crônica (DRC). O propósito desse projeto é

contribuir para o aumento da adesão dos portadores de DRC um tratamento nutricional que é bastante restritivo. Já foi publicado um livro de receitas com restrição de proteína e sódio para grandes refeições (almoço e jantar) e, no momento da realização desse estudo, estavam sendo desenvolvidas receitas para pequenas refeições (colação, lanche e ceia). A ação extensionista do projeto abrange o atendimento individualizado, práticas educativas, elaboração de receitas, testes de degustação com os usuários do ambulatório de DRC, reformulação da receita. A interação universidade e comunidade é bem estabelecida, proveitosa e duradoura, com resultados difíceis de serem obtidos de forma desarticulada da atividade extensionista.

Grupo Técnico em Segurança Alimentar – GTSA. Iniciado em 2009 e encerrado em 2013, deu continuidade a um projeto iniciado em 2006 no Instituto de Física da UERJ, voltado para a segurança e a qualidade dos alimentos e produtos alimentícios. Tinha por objetivo a assessoria técnico-científica a duas Superintendências Governamentais do estado do Rio de Janeiro, organizando metodologias e legislação relativas a processos, análises de alimentos e bebidas, e organizando programas de treinamento e ferramentas educativas, com foco em Vigilância Sanitária, voltados para a Segurança Alimentar e Nutricional. O projeto se propunha a ser um repositório das metodologias e legislação relacionadas aos processos e análises de alimentos e bebidas. Para sua execução, realizou parcerias internas(Faculdade de Ciências Médicas e Faculdade de Enfermagem da UERJ) e externas(FIOCRUZ / INCQS / RJ - Ministério da Saúde e UFRJ / FACULDADE DE FARMÁCIA), com órgãos relacionados à temática do projeto e tinha caráter multiprofissional. Este projeto foi reorganizado em 2012, passando a assessoria a ser feita para o então recém-criado Núcleo de Estudos e Segurança de Alimentos-NECSA do NUT, voltado para assessorias e consultorias sobre alimentos, como manejo de agricultura orgânica e convencional, avaliação das indústrias de alimento, embalagens, metodologias de análise, legislação, manejos, laudos, entre outras atividades.

Garantia de Qualidade do Processo Produtivo das Refeições Servidas no Restaurante Universitário da UERJ - Campus Maracanã. Iniciado em 2009 e ainda ativo em 2014. Tem por objetivo desenvolver e aplicar instrumentos que garantam a

qualidade do processo produtivo das refeições servidas no Restaurante Universitário da UERJ – Campus Maracanã. São desenvolvidos e aplicados instrumentos como o Manual de Boas Práticas (MBP), contendo os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) e lista de verificação adequada à realidade do RU. Já foram atualizados os Procedimentos Operacionais Padronizados de higienização de legumes e frutas, higienização de mãos e antebraços, aferição de temperaturas de amostras, recepção de alimentos e armazenamento de alimentos semiperecíveis no estoque seco. Todos estes procedimentos foram validados in loco e disponibilizados à empresa terceirizada. Também vêm sendo realizadas, regularmente, análises microbiológicas das mãos de manipuladores de alimentos, de hortaliças cruas e da água. Outro método que vem sendo aplicado é o de Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio, por meio da qual se verifica se o cardápio está nutricional e sensorialmente adequado. Outros itens de análise se referem ao cálculo dos fatores de correção de hortaliças, frutas e carnes, bem como, índices de sobras de produção e de restos alimentares, para o controle do desperdício. O Restaurante Universitário recebe alunos em estágio curricular, e pretende-se que este projeto também sirva de campo de estágio, atividades práticas e internato para alunos do NUT e de outras unidades acadêmicas da UERJ.

Monitoramento epidemiológico da Situação da Silicose no Brasil e contribuições para a vigilância em saúde. Iniciado em 2009 e ainda ativo em 2014. O projeto tem por objetivo acompanhar os indicadores da situação da exposição à sílica e da sua morbimortalidade, com base na articulação entre a Universidade e a área de Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS). A metodologia utilizada é baseada na utilização do número de internações e nos valores correspondentes a cada procedimento por ano e município obtidos através do sistema DATASUS. A notificação compulsória de doenças se dá através do Sistema Nacional de Notificação de Agravos (SINAN). O acesso aos dados é feito através de convênio com o Ministério da Saúde. Com base nos resultados tem sido realizado o estudo da tendência epidemiológica da situação da silicose no estado do Rio de Janeiro e no Brasil, como contribuição para a vigilância em saúde do trabalhador. Os relatórios produzidos são apresentados à Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro e aos municípios do estado do Rio que contam com Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Uma síntese da situação tem sido enviada ao Ministério

da Saúde, e o Relatório analítico com informações sobre a qualidade dos dados do SINAN e sobre a tendência da notificação por estado vem sendo enviado ao Ministério da Saúde.

O Nutricionista no programa TELESSAÚDE. Iniciado em 2009 e ainda ativo em 2014. Acontece em parceria com o Laboratório de TELESSAUDE RJ, vinculado à UERJ, e com o Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª região (CRN-4). O Programa Nacional de Telessaúde foi criado em 2007 e é mantido pelos Ministérios da Saúde, Ciência & Tecnologia e Educação. Consiste em utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação para formação permanente das Equipes de Saúde da Família (ESF) e equipes de atenção básica. Este projeto é responsável pelos conteúdos de alimentação e nutrição do Telessaúde. Por meio dele, são realizadas teleconferências, teleseminários, teleconsultorias e cursos de atualização à distância. Oferece inúmeras possibilidades de atuação junto ao NUT, seja atuando como colaborador de outros projetos de pesquisa e extensão, seja em atividades extensionistas, no apoio à pós-graduação. Permite trocar conhecimento científico com toda a comunidade conectada à rede mundial de computadores.

Promoção de alimentação saudável e atividade física aos trabalhadores dos Restaurantes Populares do Rio de Janeiro. Iniciado em 2009 e ativo e 2014. Tem relação com outro projeto de extensão (2001-2011), “Avaliação Nutricional de Trabalhadores de Alimentação Coletiva”, desenvolvido pela mesma equipe de professores, já encerrado e apresentado anteriormente. Seu objetivo é contribuir para ampliação da compreensão dos trabalhadores sobre a alimentação e a atividade física como promotoras da saúde. Vem desenvolvendo atividade do tipo pesquisa-ação. As atividades do projeto são realizadas nos diversos restaurantes populares da cidade do Rio de Janeiro. São desenvolvidas atividades de promoção da alimentação adequada e saudável, fortalecimento da ação comunitária e desenvolvimento de habilidades pessoais, sendo os dois últimos campos de ação propostos na I Conferência de Promoção da Saúde, realizada em Ottawa em 1986, e que hoje norteiam as ações de promoção da saúde em nosso país. Este trabalho está sendo desenvolvido em duas etapas: uma de identificação das práticas e comportamentos em relação a alimentação e a segunda, de intervenção e monitoramento. Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC e dissertações de

Mestrado vêm sendo produzidos por estudantes de graduação e pós-graduação que compõem a equipe do projeto. A abordagem referente à atividade física, embora presente no título, na palavra-chave e nos objetivos até 2010, não foi desenvolvida até o momento, ainda que, no início, o projeto contasse com a parceria do Instituto de Educação Física e Desportos da UERJ.

Assistência Nutricional e Práticas Educativas em Crianças e Adultos com Anemia Falciforme. Iniciado em 2009 e ainda ativo em 2014, é uma iniciativa de caráter extensionista desenvolvida pelo Centro de Referência de Nutrição à Pessoa com Doença Falciforme (NUTRIFAL), centro este que é fruto de uma parceria do NUT com o Ministério da Saúde. Tem por objetivo prestar assistência nutricional a pessoas com doença falciforme e orientar nutricionistas quanto ao manejo nutricional adequado nestes casos. Seu objetivo inicial de atendimento a indivíduos falcêmicos foi ampliado para o desenvolvimento de atividades educativas. A assistência aos indivíduos falcêmicos é feita por meio de atendimento nutricional ambulatorial individualizado em interconsultas e de atividades educativas sobre alimentação saudável. A formação de profissionais se dá por meio de cursos dirigidos a nutricionistas da rede pública de saúde. Conta com equipe multiprofissional (nutricionista, médico, enfermeiro, psicólogo e envolve docentes de todos os departamentos do NUT. Estudantes de graduação e pós-graduação compõem a equipe, e alguns alunos de pós-graduação vêm desenvolvendo teses e dissertações.

Qualificação das ações de alimentação e nutrição na rede pública de ensino básico dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Coordenado pelo Núcleo de Alimentação e Nutrição Escolar (NUCANE), foi iniciado em 2009 e ainda ativo em 2014. Tem por objetivo potencializar as ações de qualificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de promoção da alimentação saudável nas escolas dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Seu público-alvo são os responsáveis técnicos pela área de Alimentação e Nutrição nos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, além de professores e alunos do curso de Nutrição da UERJ. Desenvolve suas atividades prioritariamente por meio da Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar (REANE), que é coordenada por um comitê gestor que reúne diferentes universidades, instâncias dos governos estadual e municipal do

Rio de Janeiro e entidades, como o CRN-4 e a Associação de Nutrição do Estado do Rio de Janeiro (ANERJ). São realizadas plenárias semestrais da Rede e oficinas de formação com temas escolhidos pelos seus membros, além de serem oferecidos cursos à distância e realizados teleseminários, por meio de parceria com o projeto de Telessaúde. Elaborou e apoia a oferta da disciplina eletiva “Alimentação e Nutrição em Creches e Escolas” no curso de graduação em nutrição do NUT. Estudantes de pós-graduação que compõem a equipe vêm desenvolvendo teses e dissertações sobre o tema.

Os três projetos comentados a seguir são os mais longevos, variando de 17 a 25 anos de duração quando da realização do presente estudo. Por esse motivo, serão relatados mais detalhadamente.

Internato de Nutrição em Saúde Coletiva. Iniciado em 1990 e ainda ativo em 2014.. Sua criação foi um desdobramento da proposta de Internato Rural surgida no curso de Medicina, em meados da década de 1980, como proposta de ensino, em decorrência da experiência adquirida no Campus avançado Parintins. Essa proposta foi o embrião de um projeto de formação em saúde coletiva para os cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia e Nutrição. Nele também esteve envolvido, ainda que por pouco tempo, o curso de Serviço Social.

A formação profissional em nutrição fora dos muros da universidade remonta a 1982, quando, pela primeira vez, uma aluna do curso de nutrição participou das atividades no Campus Avançado da UERJ em Parintins no Pará, como atividade curricular. Estas atividades envolviam também alunos dos cursos de graduação em Medicina e Enfermagem. Os estagiários em nutrição desenvolviam atividades de treinamento prático por cerca de um mês, estimulando a vocação extensionista desta universidade (UERJ, 1994).

Atividades foram desenvolvidas neste período de 1982-1990, com equipe multiprofissional e ocorreu nos Municípios de Cantagalo, Itaocara, Natividade e Varre-e-sai. Inicialmente a equipe multiprofissional era composta por docentes e discentes dos cursos de Medicina e Enfermagem. Em 1984, membros do curso de Nutrição se inseriram na equipe e, em 1988, o mesmo se deu com a Odontologia. A inserção do curso de Nutrição nas atividades foi apenas no município de Natividade, servindo como base para a proposta do projeto de extensão.

O Internato Rural em Nutrição se iniciou como uma proposta de formação extramuros na forma de estágio curricular bimestral do curso de nutrição, com duração 360 horas. Sua finalidade era a de incentivar, propor e desenvolver ações no campo da Nutrição, dentro da realidade social vigente, associando ensino e pesquisa, buscando a troca de conhecimentos através da integração entre docentes, discentes e comunidade, fora dos muros da Universidade e da sala de aula. Era também seu objetivo oferecer ao aluno a oportunidade de vivenciar atividades com equipe multidisciplinar na recuperação nutricional de indivíduos dentro de suas condições socioeconômicas e culturais, com propostas de atuação variadas junto a diferentes grupos populacionais. Itaocara foi o primeiro município de atuação do projeto. Nele foram desenvolvidas atividades no hospital local, em unidades básicas de saúde, escolas, creches e unidades de apoio ao idoso.

É um projeto curricular desde o seu início, sendo uma proposta inovadora à época. Embora a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tenha implantado no currículo a disciplina Internato Rural em 1978, ela contava apenas com alunos de medicina nesta época. Posteriormente, ela passou a fazer parte do currículo de graduação de Odontologia e de Enfermagem, mas não contava com alunos de nutrição, pois o curso de Nutrição só foi criado em 2004, na Escola de Enfermagem. O relato mais antigo de internato rural em Nutrição é de 1982, na Universidade Federal de Viçosa, com o objetivo de mobilização comunitária como prática de saúde pública e aproximação do estudante de nutrição com a realidade rural (RUIZ et al, 1985). No Rio de Janeiro, a UFRJ iniciou o Internato Extensionista da UFRJ, em 2004, baseado na experiência da UFMG, com o objetivo de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em municípios do interior do estado do Rio de Janeiro. A inserção do curso de nutrição no projeto ocorreu no ano seguinte.

Ao longo dos anos deste projeto de extensão, as atividades foram realizadas nos municípios de Itaocara, Resende, Casimiro de Abreu, São Pedro da Aldeia, Mesquita; Queimados e Duque de Caxias. Ao longo dos anos, o título desse projeto de extensão se modificou em função das características dos municípios onde ele foi desenvolvido e do escopo das atividades desenvolvidas e suas demandas. Até 2002 ele se chamou Internato Rural em Nutrição, já que as ações se desenvolviam na área rural de Itaocara e Resende. Em Casimiro de Abreu e São Pedro D'Aldeia sua denominação era Internato Integrado em Nutrição no interior, pois se pretendia fazer a integração entre as áreas de atuação do nutricionista, pois as demais unidades

acadêmicas não mais estavam inseridas nessa experiência extensionista. Em 2009, passou a ser Internato de Nutrição em Saúde Coletiva, pois as ações se deslocaram da área rural para a região metropolitana do Rio de Janeiro. Desde então, as atividades desenvolvidas abarcam o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de atividades de alimentação e nutrição em saúde coletiva, tanto em nível local (unidades básicas de saúde) quanto de gestão (coordenação municipal e/ou Núcleos de Apoio à Saúde da Família), sempre com interface com outros setores (Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, entre outros).

Atualmente, o projeto abarca: atendimento ambulatorial; visita domiciliar a famílias atendidas pela Estratégia de Saúde da Família; desenvolvimento de grupos educativos regulares e de práticas educativas de promoção da saúde com diferentes públicos; atividades de formação de capacidades dirigidas a profissionais; elaboração de protocolos terapêuticos; atividades de qualificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar; apoio à implementação de programas de saúde, educação e transferência de renda; apoio ao diagnóstico socioeconômico de famílias assistidas por programas locais; monitoramento do estado nutricional de escolares; apoio à realização de Conferências Municipais de SAN.

A experiência de formação oferecida pelo Internato difere dos demais estágios curriculares, pois cada grupo de alunos atua no município durante 20 semanas, com dedicação de 40 horas por semana, o que permite ao o aluno vivenciar mais profundamente a realidade local, seus problemas e peculiaridades. Também representa um diferencial dessa experiência o fato de ela abarcar tanto atividades junto à população quanto aquelas de gestão em alimentação e nutrição.

Alimentação, Nutrição e Envelhecimento. Este projeto foi iniciado em 1994 e ainda estava ativo em 2014. Documentos sugerem que ele surgiu a partir da realização do evento “Encontros sobre Nutrição na Terceira Idade”, realizados na UnATI/UERJ em 1993, recebendo uma avaliação positiva dos idosos que participaram dos cursos. Estes encontros faziam abordagens pontuais sobre temas ligados à alimentação e nutrição de idosos. Cada encontro tinha entre quatro e oito horas de duração e abarcavam exposições orais, discussões e aulas práticas de preparo de alimentos.

Foi o primeiro projeto do NUT voltado para idosos, e nasceu já integrado à UnATI, Universidade da Terceira Idade da UERJ, que havia sido criada em 1993. O

projeto se propôs a ser um centro de estudos, debates, pesquisa e assistência, baseando-se na relação ensino, pesquisa e extensão. Ele foi estruturado em três módulos: Ensino/ desenvolvimento de Recursos Humanos, Extensão e Pesquisa. O primeiro módulo abrangia cursos para idosos frequentadores da UNATI e, também, para nutricionistas e outros profissionais de saúde. O módulo Extensão voltou-se para a área de assistência em Nutrição e Saúde, com orientação nutricional baseada em consultas individualizadas e atividades educativas com equipe multiprofissional. O último módulo, de Pesquisa, se dedicava à avaliação nutricional de idosos, englobando antropometria e consumo alimentar. Conforme já dito, este projeto é também, desde o seu início, campo de estágio curricular em Nutrição e Saúde Coletiva do curso de graduação em nutrição. Nesse estágio, os alunos atuam nos três módulos acima descritos.

Os cursos oferecidos pelo projeto forneciam atenção qualificada ao idoso numa proposta inédita para a época, com sugestões e avaliações da clientela que deles participava. Cada curso era acompanhado da distribuição de apostila temática para apoio das aulas. Os alunos inscritos no estágio curricular do NUT participavam da atividade. Havia também cursos de aprimoramento profissional sobre a alimentação do idoso para nutricionistas e outros profissionais da área de saúde, em função da política nacional do idoso, criada pela Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Houve ainda a participação de docentes do NUT na disciplina de gerontologia e em cursos para cuidadores de idosos.

Ao longo dos anos o projeto se consolidou, mantendo as três linhas de ação. Fez parcerias internas com o Projeto de Promoção da Saúde – NAI/UNATI/UERJ e com o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso. Também fez parcerias externas com o Instituto de Nutrição Josué de Castro/UFRJ e com a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, através do INAD, da Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida e da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Outra parceria se deu com a Gerência de Saúde do Departamento Nacional do SESC para formação de nutricionistas de sua rede e elaboração de Protocolo de Avaliação Nutricional de Idosos.

A atividade de assistência feita no Núcleo de Assistência ao Idoso (NAI) tem foco na atenção primária interdisciplinar, envolvendo, além de nutricionistas, médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos.

Além disso, vem investido em atividades educativas coletivas como sala de espera; curso Nutrição e Terceira Idade; Grupo Roda de Saúde; formação e treinamento de RH na área Alimentação, nutrição e envelhecimento, através do projeto Telessaúde/UERJ.

As atividades de produção científica envolvem alunos de graduação e de pós-graduação e estão inseridas no Núcleo de Estudos Saúde, Nutrição e Envelhecimento - NENUSI e no Núcleo de Estudos Alimentação, Saúde e Cultura – NECTAR, ambos do NUT.

Voltou-se também para a divulgação científica do projeto baseada tanto em pesquisa, como em trabalhos e ações extensionistas realizadas através de publicação de artigos, livros, capítulos de livros e participações anuais em inúmeras em atividades, eventos, workshops, programas de radio e TV e oficinas de prática culinária. Estas atividades estavam voltadas tanto para o público interno como externo.

Ao longo dos anos, este projeto vem se tornando referência na área de alimentação, nutrição e envelhecimento, com solicitações de material educativo e bibliográfico, visitas técnicas e informações por parte de profissionais e instituições na área de nutrição ou não.

Educação Nutricional em Puericultura - Uma parceria INU/DNS/PPC/UERJ.

Projeto iniciado em 1998 e ainda ativo em 2014. Desenvolvido na PPC, teve como objetivo inicial implementar ações de educação nutricional no setor de puericultura, existente à época, depois chamado ambulatório de Pediatria. A elaboração das ações de educação nutricional tem sido baseada nos resultados da avaliação nutricional das crianças de 0-5 anos atendidas. Ao longo do tempo, têm se destacado os seguintes agravos: desnutrição, excesso de peso e anemia.

O trabalho tem sido desenvolvido com apoio de bolsistas e na época tinha um componente curricular, pois se configurava como campo de estágio supervisionado em Nutrição Social, bem como espaço para atividades práticas de disciplinas do curso de graduação em nutrição, entre elas: Avaliação Nutricional, Educação Nutricional e Nutrição Materno-Infantil.

O projeto amadureceu e se consolidou ao longo dos anos com base na experiência acumulada nas atividades realizadas e em seus resultados. Manteve a avaliação nutricional, incluiu a orientação nutricional em consultas individuais,

desenvolveu atividades educativas em sala de espera, preparação de material educativo para distribuição ao final de cada atividade, estórias infantis e materiais de apoio a atividades como teatros e jogos, desenvolveu atividades de promoção do aleitamento materno exclusivo para crianças com até seis meses de idade. O material educativo desenvolvido foi baseado nas diretrizes de atenção alimentar e nutricional emanadas do Ministério da Saúde, por meio de suas publicações (guias, manuais técnicos e materiais educativos).

Até 2008, a PPC não dispunha de nutricionistas suficientes (era uma só nutricionista do INAMPS que atendia os adultos) para atendimento ambulatorial e o projeto tornou-se a única forma de monitoramento e acompanhamento nutricional infantil no local. Nesta época o setor deixou de ser exclusivamente puericultura e passou a atender crianças na faixa de 0 - 10 anos. A atividade desenvolvida era multiprofissional envolvendo também médicos e enfermeiros. O projeto realizou parcerias com o setor de odontologia, para encaminhamento de crianças que apresentavam alto consumo de alimentos cariogênicos no projeto de extensão Crescendo Sorrindo, e com o projeto de extensão Saúde da Família no Alto Simão: A Integralidade e interdisciplinaridade na assistência e no ensino, que era desenvolvido na Policlínica Piquet Carneiro. Neste período foi implantado o do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN/MS 2008) na Pediatria, que contou com a participação da equipe do projeto e exigiu todo um trabalho de sensibilização para sua implantação, funcionamento e manutenção.

O projeto realiza parceria interna com o Instituto de Matemática e Estatística, para auxiliar nas análises do banco de dados antropométricos, dietéticos e sociais oriundos do diagnóstico nutricional realizado regularmente. Desenvolveu o projeto de pesquisa Nutri-fuzzy-orixás: biodisponibilidade de nutrientes sob a ótica dos sistemas baseados em conhecimento orixás e sistema fuzzy, um projeto interdisciplinar que abrange as áreas de nutrição, matemática e ciência da computação. Desde sua criação, o projeto divulga suas atividades e pesquisas por meio de artigos e trabalhos em eventos científicos.

5.3.2.2 Interface dos projetos com as linhas de extensão propostas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras e com as diretrizes da PNAN e PNSAN.

Foram realizados 35 registros de linhas de extensão para os 21 projetos analisados, já que, para 14 deles, foi possível identificar mais de uma linha. A análise dessas linhas de extensão indica que estas estão vinculadas a oito das 53 linhas propostas pelo FORPROEX (Anexo C) e, por vezes, relacionadas a mais de uma delas. Por este motivo, classificamos os projetos nas linhas de extensão primária e secundária, a fim de abarcar plenamente o escopo de cada projeto. A sistematização dessas linhas por projeto está apresentada no Quadro 5.

Quadro 5- Interface dos projetos de extensão ativos no período 2005-2014 no Instituto de Nutrição-UERJ, com pelo menos cinco anos de atividade, com as linhas de extensão propostas pelo FORPROEX e com as diretrizes da PNAN^a e da PNSAN^b.

Projeto	Linha Extensão 1	Linha Extensão 2	Diretriz PNAN 1	Diretriz PNAN 2	Diretriz PNSAN 1	Diretriz PNSAN 2
Internato de Nutrição em Saúde Coletiva	Saúde humana	Educação profissional	Organização da Atenção Nutricional	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional.	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.
Alimentação, Nutrição e Envelhecimento	Saúde humana	Educação profissional	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Qualificação da força de trabalho	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional.	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.
Educação Nutricional em Puericultura - Uma parceria INU/DNS/PPC/UERJ	Saúde humana	Infância e adolescência	Organização da Atenção Nutricional	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional.	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.
Segurança Alimentar: controle de qualidade das cantinas permissionárias da UERJ	Segurança alimentar e nutricional	s/inf.	Controle e Regulação dos Alimentos	s/inf.	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	s/inf.
Avaliação Nutricional e antropométrica de atletas	Saúde humana	Educação profissional	Organização da Atenção Nutricional	Vigilância Alimentar e Nutricional	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	s/inf.
Avaliação Nutricional de Trabalhadores de Alimentação Coletiva	Saúde e proteção no trabalho	s/inf.	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	s/inf.	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do DHAA ^c	s/inf.
Assistência Nutricional ao paciente atendido na Policlínica Piquet Carneiro	Saúde humana	s/inf.	Organização da Atenção Nutricional	s/inf.	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	s/inf.
Avaliação do Estado	Saúde	s/inf.	Organização da	s/inf.	Fortalecimento das Ações de	Instituição de processos

Quadro 5- Interface dos projetos de extensão ativos no período 2005-2014 no Instituto de Nutrição-UERJ, com pelo menos cinco anos de atividade, com as linhas de extensão propostas pelo FORPROEX e com as diretrizes da PNAN^a e da PNSAN^b.

Projeto	Linha Extensão 1	Linha Extensão 2	Diretriz PNAN 1	Diretriz PNAN 2	Diretriz PNSAN 1	Diretriz PNSAN 2
Nutricional de Diabéticos	humana		Atenção Nutricional		Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.
Grupo Amigo: ação multidisciplinar no tratamento da obesidade	Saúde humana	Mídias	Organização da Atenção Nutricional	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.
Acolhimento de gestantes, nutrizes e lactentes atendidos na Policlínica Piquet	Saúde humana	Infância e adolescência	Organização da Atenção Nutricional	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.
Assistência Nutricional aos pacientes atendidos no ambulatório de Medicina Integral (HUPE/UERJ)	Saúde humana	Educação profissional	Organização da Atenção Nutricional	Qualificação da força de trabalho	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.
DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde	Mídias	Saúde humana	Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição	Qualificação da Força de Trabalho	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do DHAA ^c .	s/inf.
Estratégias visando o aumento da adesão à reeducação alimentar	Saúde humana	s/inf.	Organização da Atenção Nutricional	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.
Desenvolvimento de receitas hipoprotéicas voltadas ao pacientes com doença renal crônica	Desenvolvimento de produtos	Saúde humana	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	s/inf.	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	s/inf.

Quadro 5- Interface dos projetos de extensão ativos no período 2005-2014 no Instituto de Nutrição-UERJ, com pelo menos cinco anos de atividade, com as linhas de extensão propostas pelo FORPROEX e com as diretrizes da PNAN^a e da PNSAN^b.

Projeto	Linha Extensão 1	Linha Extensão 2	Diretriz PNAN 1	Diretriz PNAN 2	Diretriz PNSAN 1	Diretriz PNSAN 2
Grupo Técnico em Segurança Alimentar – GTSA	Segurança alimentar e nutricional	s/inf.	Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição	Controle e Regulação dos Alimentos	Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	s/inf.
Garantia de Qualidade do Processo Produtivo das Refeições Servidas no Restaurante Universitário da UERJ - Campus Maracanã	Segurança alimentar e nutricional	Saúde e proteção no trabalho	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Controle e Regulação dos Alimentos	Promoção do Acesso Universal da AAS	s/inf.
Monitoramento epidemiológico da Situação da Silicose no Brasil e contribuições para a vigilância em saúde	Saúde e proteção no trabalho	s/inf.	s/inf.	s/inf.	s/inf.	s/inf.
O Nutricionista no programa TELESSAÚDE	Educação profissional	Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Qualificação da força de trabalho	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do DHAA ^c .	s/inf.
Promoção de alimentação saudável e atividade física aos trabalhadores dos Restaurantes Populares do Rio de Janeiro.	Saúde e proteção no trabalho	Segurança alimentar e nutricional	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Qualificação da força de trabalho	Promoção do Acesso Universal da AAS	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.
Assistência Nutricional e Práticas Educativas em Crianças e Adultos com Anemia Falciforme	Saúde humana	Educação profissional	Qualificação da força de trabalho	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do DHAA ^c	s/inf.
Qualificação das ações de alimentação e nutrição na rede pública de ensino básico dos municípios do estado do Rio de Janeiro	Segurança alimentar e nutricional	Educação profissional	Qualificação da força de trabalho	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do DHAA ^c	Promoção do Acesso Universal da AAS

^a Política Nacional de Alimentação e Nutrição; ^b Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; ^c Direito humano a alimentação adequada.

Observa-se que as três linhas com maior número de registros foram Saúde Humana (também indicada pela maioria dos projetos como sendo a linha principal), Educação Profissional (mais citada como linha secundária) e Segurança Alimentar e Nutricional (mais citada como linha principal). Essas três áreas somam 25 (71,4%) do total de registros, o que indica inequívoca predominância dessas linhas de ação para o conjunto de projetos analisados, conforme nos mostra a Tabela 6.

Estas três linhas de extensão estão relacionadas à área de atuação do profissional nutricionista e ao aluno do curso de nutrição, pois estão voltadas para sua formação técnica profissional e sua inserção no mercado de trabalho. Dentre as atividades do nutricionista está a promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades, bem como a prestação de serviços em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários. A oportunidade de conviver com estas atividades por meio de projetos de extensão é impar, gerando possibilidades crescimento profissional e pessoal.

Tabela 6- Número de interfaces principais e secundárias com as linhas de extensão universitária propostas pelo FORPROEX registradas para os 21 projetos de extensão ativos no período 2005-2014 no Instituto de Nutrição-UERJ, com pelo menos cinco anos de atividade (21 projetos, 35 registros de linhas).

	Linha de Extensão		Total
	Primária	Secundária	
Saúde humana	11	2	13
Educação profissional	1	6	7
Segurança alimentar e nutricional	4	1	5
Saúde e proteção no trabalho	3	1	4
Infância e adolescência	0	2	2
Mídias	1	1	2
Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	0	1	1
Desenvolvimento de produtos	1	0	1

Quanto à interface dos projetos de extensão universitária desenvolvidos no NUT com as diretrizes da PNAN, foram considerados 20 dos 21 projetos, tendo em vista que, como o projeto “Monitoramento epidemiológico da situação da silicose no Brasil e contribuições para a vigilância em saúde” não guarda relação com o campo da alimentação e nutrição, não se aplica o exercício de cotejamento com as diretrizes da PNAN e da PNSAN. Para 15 dos 20 projetos analisados, foram identificadas duas interfaces, totalizando, então, 35 interfaces. Das nove diretrizes

que compõem a PNAN, foram identificados projetos com interface com sete delas (Tabela 7). Nenhum projeto foi classificado como tendo interface principal ou secundária com as diretrizes Participação e Controle Social e Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional.

As três diretrizes para as quais se identificou interface mais recorrentemente foram: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (com cinco projetos com interface principal e oito, secundária), Organização da atenção nutricional (com nove projetos com interface principal) e Qualificação da força de trabalho (com quatro projetos com interface principal e três, secundária). Em conjunto, elas somam 29 (82,9%) das 35 interfaces identificadas.

Nos nove projetos com interface com a diretriz de Promoção da alimentação adequada e saudável, as atividades são dirigidas tanto para indivíduos (definidos segundo fase do curso da vida ou situação de necessidade especial) como para comunidades, além de trabalhadores em ambientes específicos, como as Unidades de Alimentação e Nutrição, por exemplo. Já os projetos com interface com a diretriz de Organização da atenção nutricional estão voltados para organização dos serviços de atendimento nutricional a indivíduos e comunidades, bem como cuidado de pessoas com agravos relacionados à alimentação, através de diagnóstico e tratamento, tendo como pressuposto a humanização do cuidado e contando com apoio de equipe multiprofissional.

Quanto aos sete projetos com interface com a diretriz Qualificação da força de trabalho, esses estão voltados prioritariamente para a qualificação profissional de nutricionistas que atuam no setor saúde e junto a políticas e programas de alimentação e nutrição (como o Programa Nacional de Alimentação Escolar) e/ou para graduandos em nutrição que estejam em projetos que são também campo de estágio.

Quanto à interface dos projetos de extensão universitária desenvolvidos no NUT com as diretrizes da PNSAN, para 10 dos 20 projetos analisados foram identificadas duas interfaces, totalizando, então, 30 interfaces identificadas. Das oito diretrizes que compõem a PNSAN, foram identificados projetos com interface com três delas, a saber: Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada; Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde de modo articulado

às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional; e Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional. As duas primeiras diretrizes concentraram 27 (90%) das 30 interfaces identificadas (Tabela 7). Além disso, as duas primeiras diretrizes tiveram números semelhantes de interfaces identificadas (14 e 13, respectivamente), sendo que, para a primeira, cinco delas o foram como interface principal e nove, como secundária, enquanto que, para a segunda, todas as 13 o foram como interface principal.

Em resumo, articulando os achados referentes à análise das linhas de extensão e da interface com as diretrizes da PNAN e PNSAN, podemos dizer que, entre os 20 projetos de extensão do NUT aqui analisados em maior profundidade, os enfoques predominantes se concentram no âmbito da saúde e são: o cuidado nutricional na rede de atenção à saúde, a educação alimentar e nutricional e a formação continuada.

Tabela 7 – Número de interfaces principais e secundárias com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) registradas^a para os 20^b projetos de extensão ativos no período 2005-2014 no Instituto de Nutrição-UERJ, com pelo menos cinco anos de atividade.

Diretrizes	Interface		Total
	Principal	Secundária	
PNAN (n=35)^c			
Promoção da alimentação adequada e saudável	5	8	13
Organização da atenção nutricional	9	0	9
Qualificação da força de trabalho	3	4	7
Controle e regulação dos alimentos	1	2	3
Vigilância alimentar e nutricional	0	1	1
Gestão das ações de alimentação e nutrição	1	0	1
Pesquisa, Inovação e conhecimento em alimentação e nutrição	1	0	1
PNSAN (n=30)^c			
Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação... ^d	5	9	14
Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde... ^e	13	0	13
Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável... ^f	2	1	3

^aA identificação das diretrizes de cada política que tinham interface com cada projeto de extensão bem como a definição de qual seria a principal e a secundária foram realizadas pela autora desta tese.

^b Foram considerados 20 dos 21 projetos, tendo em vista que, como o projeto “Monitoramento epidemiológico da situação da silicose no Brasil e contribuições para a vigilância em saúde” não guarda relação com o campo da alimentação e nutrição, não se aplica o exercício de cotejamento com as diretrizes da PNAN e da PNSAN.

^c Dos 20 projetos analisados foi identificada interface com duas diretrizes da PNAN e da PNSAN, respectivamente, para quinze e dez deles.

^d ...nas Áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

^e ...de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

^f ...com prioridade para as famílias e pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise aqui apresentada, podemos depreender que o processo de institucionalização da extensão universitária vem se consolidando tanto na UERJ quanto no NUT. Nesta unidade acadêmica, no período estudado, foram notórios tanto a ampliação do corpo docente envolvido em atividades extensionistas e da carga horária por ele alocada nessas atividades quanto o crescimento do número de projetos de extensão vigentes a cada ano e do público por eles atingido.

O perfil dos projetos de extensão do NUT é voltado, prioritariamente, para as áreas temáticas de saúde e de educação de forma articulada, convergindo com os campos clássicos de atuação da Nutrição e com as vertentes tradicionais da extensão universitária, inserindo-se em duas das linhas prioritárias definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, em 2012. São elas: “Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira” e “Formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos”.

Esse achado foi reiterado e complementado pelo exame das palavras-chave dos projetos, que mostrou, por um lado, ser amplo o leque de temas do campo da alimentação e nutrição enfocados nos projetos e, por outro, que se destacam temas ligados ao cuidado em saúde, com ênfase em agravos e grupos populacionais específicos, à promoção da saúde e à educação/ formação.

A abrangência geográfica dos projetos, inicialmente concentrada no nível local, se ampliou com o passar dos anos: na última década estudada, quase metade dos projetos tinham abrangência estadual, regional, nacional ou internacional, expressando um amadurecimento do NUT na concretização de sua ação extensionista. Observamos, ainda, que a maioria dos projetos estabeleceu tanto parcerias internas quanto externas, prioritariamente com unidades e instâncias da área da saúde (no caso das internas) em articulação ou não com outras áreas, e instituições públicas (no caso das externas).

Em seus relatórios, os coordenadores indicaram que a relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão estava estabelecida em seus projetos. Ainda que todos envolvessem estudantes de graduação (bolsistas ou não), somente em uma minoria

dos projetos observamos clara relação com ensino (na perspectiva de articulação com o currículo) e somente em parte deles uma relação com pesquisa, com participação ainda pequena e bem recente de alunos de pós-graduação.

A análise dos projetos ativos no período de 2005-2014, com cinco ou mais anos de atividade reiterou, no tocante às linhas de extensão propostas pelo FORPROEX, os achados observados para o conjunto de projetos estudados quanto aos temas prioritários de interesse. A grande maioria dos projetos está concentrada em três linhas - Saúde Humana, Educação Profissional e Segurança Alimentar e Nutricional - que são fundamentais na formação e atuação do profissional nutricionista. A análise da interface dos projetos com a PNAN e a PSAN reitera esse achado: os enfoques predominantes se concentram no âmbito da saúde e são: o cuidado nutricional na rede de atenção à saúde, a educação alimentar e nutricional e a formação continuada.

Em resumo, podemos afirmar que a prática extensionista no NUT se consolidou no período estudado, apresenta uma clara identidade em termos de trajetória de temas de interesse e perfil de parcerias estabelecidas e revela um dinamismo, na medida em que, com o decorrer do tempo, mais projetos foram realizados, novos temas passaram a ser objeto de interesse e o perfil de abrangência geográfica se modificou.

A trajetória da extensão no NUT e as características atuais dessa prática permitem identificar desafios e possibilidades de caminhos para o seu desenvolvimento futuro.

Um primeiro grande desafio, que está posto para todas as universidades e, por consequência, também para o NUT, é avançar na inserção da extensão universitária nos projetos pedagógicos do curso de graduação. A Carta de João Pessoa, lançada no 38º Encontro Nacional do FORPROEX, ocorrida em 2015, reitera a necessidade dessa inclusão e sugere que 10% da carga horária total dos currículos de graduação sejam destinados à extensão, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE). Este prevê que se deve assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014). O segundo desafio, que complementa esse primeiro, consiste em traduzir na prática, por meio de diferentes processos de trabalho, o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Um passo

fundamental para isso é ampliar a relação entre extensão e pós-graduação. Em concordância com Castro (2004), acreditamos que a extensão pode contribuir para a construção de uma agenda da pesquisa de questões suscitadas pela experiência da extensão, ou seja, vinda das conexões realizadas no cotidiano de comunidades, instituições de saúde, e outros setores da sociedade e, por outro lado, a pesquisa pode contribuir para construção de novos conhecimentos.

Outro desafio diz respeito ao aprofundamento da interface entre a extensão universitária e as políticas públicas, em especial as de alimentação e nutrição. Embora se tenha identificado clara interface entre os temas dos projetos e as diretrizes da PNAN e da PNSAN, percebe-se que o escopo de alguns projetos poderia ser ampliado ou revisado de forma a contribuir na resposta a questões chave dessa política. Perguntas apresentadas no segundo capítulo dessa tese podem ser um bom ponto de partida para esta reflexão: como a universidade (no caso, o NUT) vem se colocando, por exemplo, no debate sobre as políticas públicas? Tem sido capaz de influenciar sua construção e o seu redirecionamento? E mais: em que medida as questões de alimentação e nutrição que as políticas públicas tentam responder inspiram/norteiam a escolha dos temas dos projetos desenvolvidos no NUT e orientam seus objetivos?

Um quarto desafio é a ampliação do escopo de parcerias na perspectiva de serem envolvidos nos projetos, de maneira mais orgânica, coletivos e entidades da sociedade civil (no caso das parcerias externas) e unidades e setores da universidade outros que não da área da saúde. Esse envolvimento é imprescindível para o amadurecimento e pleno desenvolvimento da prática extensionista. Internamente, fica clara a necessidade de se aprofundar a integração entre os departamentos e os núcleos do NUT: o exercício da interdisciplinaridade entre as áreas de alimentação e nutrição se expressa em uma parcela ainda não majoritária dos projetos.

Janelas de oportunidade devem ser buscadas e caminhos devem ser percorridos coletivamente no sentido da superação desses obstáculos. Algumas pistas nessa direção podem ser apontadas: criar espaços de debate e de troca de experiências entre as equipes dos diferentes projetos; fomentar a criação de programas de extensão universitária que articulem projetos de diferentes unidades acadêmicas; identificar coletivamente questões de alimentação e nutrição que sejam relevantes socialmente e que tenham alto potencial para a prática interdisciplinar e

para a convergência de agendas; investir nos Trabalhos de Conclusão de Curso como um espaço estratégico para o diálogo entre ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, cabe dizer que a realização de um estudo envolvendo a busca e análise de projetos de extensão em uma unidade acadêmica em um período de vinte e cinco anos não é uma tarefa simples. Esperamos que a história aqui contada seja inspiradora para uma prática extensionista que transforme a universidade e a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, I. A. L. A importância da extensão Universitária na estruturação dos novos currículos. In: NETO, A. C. (organizador). *Flexibilização curricular: cenários e desafios*. Natal, RN: EDUFRRN, 2004.
- ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. *Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.*, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, jul./set. 2007.
- BANDONI, D.H.; JAIME, P. C. A qualidade das refeições de empresas cadastradas no Programa de Alimentação do Trabalhador na cidade de São Paulo. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 21, n. 2, p.177-184, mar./abr., 2008.
- BARROS, M. S. C.; TARTAGLIA, J. C. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. *Alim. Nutr.*, Araraquara, v.14, n.1, p. 109-121, 2003.
- BEMVENUTI, V. L. S. Extensão Universitária: momentos históricos de sua institucionalização. *Vivências Revista Eletrônica*, Erechim, v.1, n. 2, p. 8-17, maio. 2006.
- BISPO, E.P.F.; TAVARES, C.H.F.; TOMAZ, J.M.T. Interdisciplinaridade no ensino em saúde: o olhar do preceptor na Saúde da Família. *Interface, Comunicação Saúde Educação*, 2014.
- BRASIL. *Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931*. Estatuto da Universidade Brasileira. Rio de Janeiro: Senado Federal/Subsecretaria de Informações, 1931. Disponível em: < www.planalto.gov.br>. Acesso em: ago. 2013.
- _____. *Lei nº 547/50*. Cria a Universidade do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*. 1952; 10 mai.
- _____. *Decreto nº 32886, de 28 de maio de 1953*. Concede Prerrogativas de Equiparação a Universidade do Distrito Federal e Aprova Seu Estatuto. *Diário Oficial da União* nº. 32886. 1953; 03 de jun,
- _____. *Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955*. Institucionaliza a merenda escolar através da Campanha Nacional de Merenda Escolar. *Diário Oficial da União*. Seção 1. 02/04/1955. p. 6051.
- _____. *Lei nº 4024/61, de 20 de dezembro de 1961*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Brasília: 1961. *Diário Oficial da União*. 27 dez. 1961.
- _____. *Decreto Federal nº 51210/1961*. Altera a denominação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) para Universidade do Estado da Guanabara. *Diário Oficial da União*. 1961; 09 de abr.

BRASIL. *Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966*. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 1966; 21 nov.

_____. *Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967*. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 1967; 28 fev.

_____. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 28 de novembro de 1968, p. 10369. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: maio de 2013.

_____. *Lei nº 7395, de 31 de outubro de 1985*. Reconhece a UNE como órgão de representação dos estudantes de nível superior. *Diário Oficial da União*. 1985; 4 de novembro.

_____. *Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976*. Cria o Programa de Alimentação do Trabalhador. *Diário Oficial da União*. 1976; 19 abr.

_____. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Arquivo capturado em 13 de abril de 2013.

_____. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Lei Orgânica do SUS: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 1990; 20 set.

_____. *Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991*. Regulamenta o Programa de Alimentação do Trabalhador. *Diário Oficial da União*. 1991; 15 jan.

_____. *Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994*. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. *Diário Oficial da União*. 1994; 17 jul.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: março de 2013

_____. *Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999*. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição-PNAN e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 1999; 11 jun.

_____. *Medida Provisória n.º 1.979-19 de 02 de junho de 2000*. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2000; 03 jun.

BRASIL. *Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)*, n.º 11.345, de 15 de setembro de 2006b. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2006; 18 set.

_____. *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006c*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2006; 18 set. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em 16 jul., 2013.

_____. *Portaria interministerial nº 66/2006d*. Reestrutura o Programa de Alimentação do Trabalhador. *Diário Oficial da União* 2006; 28 ago.

_____. *Portaria interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006 e*. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. *Diário Oficial da União*, 9 maio, 2006;

_____. *Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009a*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União* 16 jun, 2009.

_____. *Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 b*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União* 16 jul, 2009.

_____. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010a. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 p.6, 26 ago. 2010.

_____. Emenda Constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010b. Altera o artigo 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, 5 fev. 2010.

_____. *Portaria n. 4.279, de 30 de dezembro de 2010f*. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, Seção 1, p. 89, 31 dez. 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria4279_docredez.pdf>.

_____. MS/GM nº 2.488, de 21 de outubro de 2011a. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p.48, 24 out. 2011.

BRASIL. *Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011d*. Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2715_17_11_2011.html. Acesso em: ago. de 2013.

_____. *Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011e*. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF, Seção 1, 29 jun. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2011/decreto/D7508.htm>.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012c. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf>. Acesso em: ago. de 2013

_____. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014b*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Arquivo capturado em 27 de out. 2015.

_____. *Decreto nº 8.552, de 3 de novembro de 2015d*. Regulamenta a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e de produtos de puericultura correlatos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 p.1, Diário Oficial da União (DOU) de 04 de Novembro de 2015.

_____. *Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015e*. Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1 p.7, *Diário Oficial da União* (DOU) de 04 de Novembro de 2015.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. (CAISAN). / *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. Brasília: MDS. CONSEA, 2011f.

_____. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Revisado: 2012/2015*. Brasília: MDS. CONSEA, 2014d.

_____. *Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade*: “orientando sobre modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira”. Brasília: 2014e.

_____. *Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade*: “orientando sobre modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira”. Brasília: 2014b.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *A Gestão do SUS*. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015a. 133 p.

_____. *Sistema Único de Saúde*, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011b. 291 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. *Plano de trabalho de Extensão Universitária*. MEC/DAU, 1975. 13 p. Mimeografado.

_____. *RESOLUÇÃO Nº 4, de 2 de abril de 2015b*. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da União, 2015; 08 abr.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. *III Plano Nacional de Pós-Graduação [PNPG] 1986-1989*. Disponível em <http://www.capes.gov.br/servicos/plano-nacional-de-pos-graduacao>.

_____. *Legislação e Normas da Pós-graduação brasileira*. Brasília, DF: CAPES/FUNADESP, 2002.

_____. *Plano Nacional de Pós-Graduação [PNPG] 2005-2010*. Disponível em <http://www.capes.gov.br/servicos/plano-nacional-de-pos-graduacao>

_____. *Plano nacional de pós-graduação [PNPG] 2011-2020*. Disponível em <http://www.capes.gov.br/servicos/plano-nacional-de-pos-graduacao>

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 687, de 30 de março de 2006a*. Aprova a Política de Promoção da Saúde. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/portaria687_30_03_06.pdf> Acesso em 16 jul., 2015.

_____. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010d.

_____. *ENPACS : Estratégia Nacional Para Alimentação Complementar Saudável : Caderno Do Tutor* . Ministério da Saúde, Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar – IBFAN Brasil. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010e. 108 p.

_____. *Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011c*. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha.

_____. *Política Nacional de Atenção Básica*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012a.

_____. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Ministério da Saúde, Série B. Textos Básicos de Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012b. 84 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS)*: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014a.

_____. *Guia alimentar para a população brasileira*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014c. 156 p.

_____. *Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde: manual de implementação /* Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015c.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009*. Rio de Janeiro, 2010c.

BURLANDY, L. Segurança alimentar e nutricional e o setor saúde. Texto de Opinião 5. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Textos de opinião: temas estratégicos para a política nacional de alimentação e nutrição (PNAN) / Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH)*. Ministério da Saúde. Brasília: Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), 2011. 196 p.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. CFN. *Resolução CFN nº 358/2005*. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências.

CARBONARI, M. E. E; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. *Revista de Educação*, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007.

CASTRO, L.M.C. *Relatório da Coordenação de Projetos e Programas de Extensão – COPREXT. DEPEXT, UERJ, 2001. Relatório Técnico.*

_____. *Relatório da Coordenação de Projetos e Programas de Extensão – COPREXT. DEPEXT, UERJ, 2002. Relatório Técnico.*

_____. *Relatório da Coordenação de Projetos e Programas de Extensão – COPREXT. DEPEXT, UERJ, 2003. Relatório Técnico.*

_____. *A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores (ainda existem utopias realistas)*. 2004. 195 f Tese (Doutorado em enfermagem) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Rio de Janeiro, 2004.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Órgão do Ministério da Saúde. Contém informações sobre o CNS, atos normativos, reuniões, biblioteca, eventos, plenárias e prestação de contas. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/apresentacao/composicao.htm>>.

CORSETTI, B. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa no programa de pós-graduação em educação da Unisinos. *Unirevista*, v.1, n.1, p. 32-46, 2006.

COSTA, E. Q.; LIMA, E.S.; RIBEIRO, V. M. B. O treinamento de merendeiras: análise do material instrucional do Instituto de Nutrição Annes Dias — Rio de Janeiro (1956-94)'. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v. 9, n. 3, p. 535-60 set.-dez. 2002.

DEMO, Pedro. Função Social da Universidade: Algumas considerações a partir da política social. *Educação brasileira*, CRUB, Brasília, v.5, n.11, p.21-39, 1983.

DIAS, A. M. I. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, v. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009.

ESTRATÉGIA global em alimentação saudável, atividade física e saúde. [tradução não oficial realizada pela CGPAN/MS]. Global strategy on diet, physical activity and health. Fifty-seventh world health assembly [monograph on the Internet] [WHA57.17]. Disponível em: <<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/ebPortugues.pdf>>. Acesso em 2 de out. 2013.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Brasília, novembro de 1987.

_____. *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. 98 p. (Coleção Extensão Universitária; v.3)

_____. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Coleção Extensão Universitária, v.1. Ilhéus: Editus, 2001b. 65p. (Coleção Extensão Universitária; v.1).

_____. *Extensão Universitária: organização e sistematização*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Edison José Corrêa (org.). Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007a. 112p.

_____. *Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007b. 90 p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Política nacional de Extensão universitária*. Manaus-AM, 2012. 40 p.

_____. XXXIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, Carta do Rio de Janeiro, RJ, 2013.

_____. XXXV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, Carta de Belém, 2014a.

_____. XXXVI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Carta de Goiânia, GO, 2014b.

_____. XXXVII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Carta de Gramado, RS, 2015a.

_____. XXXVIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Carta de CARTA DE João Pessoa, PB, 2015b.

FREIRE, SM. Desafios da extensão universitária na contemporaneidade. *Conexão UEPG*, ano7, v.2, p.8-15, 2011.

FROZI, D. S., GALEAZI, M. A. M. Políticas Públicas de Alimentação no Brasil: uma revisão fundamentada nos conceitos de bem-estar social e segurança alimentar e nutricional. *Cadernos de Debates*, v. XI, p.58-83. Campinas, São Paulo, dez, 2004.

GURGEL, R. M. *Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

HENRIQUES, R.L.M. *Realizações 2008 / 2015*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sub-reitoria de Extensão e Cultura. Rio de Janeiro, 2015. 131p. Relatório Técnico.

HUNGER, D.; ROSSI, F.; PEREIRA, J. M.; NOZAKI, J. M. O dilema extensão universitária. *Educ. rev.* [online]. 2014, vol.30, n.3, pp. 335-354. Epub July 25, 2014.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil : I. período de 1940 a 1964, *Rev.Nutr.PUCCAMP*, Campinas, v.1, n.2, p.87-138, jul.-dez. 1988.

_____. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: II. a partir dos anos setentas, *Rev.Nutr.PUCCAMP*, Campinas, v.2, n.1, p.7-54, jan.-jun. 1989.

LE GOFF, J. Documento/monumento, In: FERREIRA, Irene; LEITÃO, Bernardo; BORGES, Suzana Ferreira. *Historia e memória*. [Tradução]. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. 539 p.

MANCEBO, D. *Da Gênese aos Compromissos*. Uma história da UERJ. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996. 233 p.

MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.15, n.5, p. 2297-2305, 2010.

MINAYO, C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999. 269p.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B.. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, p. 269-280, 2009.

NETO, A.C. (organizador) *Flexibilização curricular: cenários e desafios*. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2004.

NEVES, R.R., SILVEIRA, D.V., ALMEIDA, G.A., COSTA, K.M.S. *O paradigma da segregação dos campi universitários no Brasil: distanciamento físico e implicações sociais*. In: III Seminário Internacional URBICENTROS. Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST258.pdf>>. Acesso em: 10 set., 2013.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

_____. *Políticas de extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, C. H. Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas Reflexões Acerca da Relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária* - Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

OLIVEIRA, C. E. C.; ROCHA, S. J. .S. Estado, políticas públicas e extensão universitária. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, BA, Ano XIII; Nº 22, Dezembro de 2010.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n.4, p. 909-916, 2013.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PONTE, C. I. R. V., TORRES, M. A. R., MACHADO, C. L. B. e MANFRÓI, W. C.. A extensão universitária na Famed/UFGRS: cenário de formação profissional. *Rev. Bras. Ed. Med.*, v.33, n.4, p. 527 – 534, 2009.

REA, M. F. Reflexões sobre a amamentação no Brasil: de como passamos a 10 meses de duração. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro. v. 19, n. 1 Sup., p.S37-S45, 2003.

RECINE, E; VASCONCELLOS, A.B. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 73-79, 2011.

RENEX. REDE NACIONAL DE EXTENSÃO. Criação: UFT Manutenção e hospedagem: UFMG. Iniciativa do FORPROEX mantém cadastro atualizado das instituições integrantes, divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil, banco de dados sobre as práticas de extensão no País. <<http://www.renex.org.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

RIBEIRO, R. M. C. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. *Revista Dialogos: pesquisa em extensão universitária*, Brasília, v.15, n.1, jul., 2011.

RIO DE JANEIRO. *Decreto-lei nº 67, de 11 de abril de 1975*. Altera a denominação Universidade do Estado da Guanabara para Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado. 1975; 12 de abr.

ROCHA, RMG. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, D.S. (Org.). *Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ROCHA, M.E.F.P. Extensão Universitária: contribuições para o debate. *Revista Acadêmica Eletrônica Sumaré*, v. 2, ano 2009. Disponível em: <http://www.sumare.edu.br/Arquivos/1/raes/02/raesed02_artigo05.pdf>. Acesso em: 02 out. 2013.

ROCHET, J. A institucionalidade das ações de alimentação e nutrição nas esferas de gestão do SUS. Texto de Opinião 1. In: BRASIL. Ministério da Saúde *Textos de opinião: temas estratégicos para a política nacional de alimentação e nutrição (PNAN)*. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH). Ministério da Saúde. Brasília: Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), 2011. 196 p.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I Número I, Julho de 2009. Disponível em:< www.rbhcs.com >. Acesso em: 15 de jul. 2013.

SANTOS, B. S. *A universidade do Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. Texto apresentado no calendário oficial de debates sobre a reforma universitária do Ministério da Educação. Brasília, 2004.

SANTOS, S. R. M., CASTRO, L. M. C. A Avaliação da Extensão Universitária na UERJ: Resultados e Desafios. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte, 12 - 15 de setembro, 2004.

SANTOS, P. F., SANTOS, C. F. A história da extensão universitária no Brasil e o fórum nacional de extensão e ação comunitária das universidades e IES comunitárias. In: MENEZES; SÍVERES. *Transcendendo fronteiras* [recurso

eletrônico]: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. *Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários- PRAC*, João Pessoa- PB, 2006. <www.prac.ufpb.br/copac/.../conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2013.

SIGPROJ. Sistema de Informação e Gestão de Projetos. Ministério de Educação e Cultura. Desenvolvido pelo MEC em parceria com o FORPROEX . Coordenado pela Pró-Reitoria de de Extensão Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE) da UFMT. Criação: Laboratório de Engenharia de Software (LEDES) da Universidade de Mato Grosso do Sul. Arquivo disponível em : <<http://sigproj1.mec.gov.br/?goTo=what&plataforma=0>> Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

SILVA, M.H.O. *O Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT: Estudo do Desempenho e Evolução de uma Política Social*. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1998. 145p.

SILVA, P.V.B., KUENZER, A.Z. Universidade - Núcleos temáticos: em busca da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. *Educar em Revista*. UFPR. Curitiba: jan./dez, nº 15, 1999. Não paginado.

SILVA, MGM. *Extensão: A face social da universidade?* Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000. 234 p.

SILVA, AF. *O enfoque da promoção da saúde nas atividades da extensão universitária na área da saúde*. [dissertação de mestrado]. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2011. 127 p.

SILVA F. C. *Instituições e Desenvolvimento Regional: o papel da universidade na construção de políticas públicas na Amazônia*. I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Agosto de 2012.

SILVA, A.F.L.; RIBEIRO, C.D.M.; SILVA JÚNIOR, A.G. Pensando extensão universitária como campo de formação em saúde: uma experiência na Universidade Federal Fluminense, Brasil. *Interface*, Botucatu, v.17, n.45, p.371-84, abr./jun. 2013.

SÍVERES, L. Princípios estruturantes da extensão universitária. In: MENEZES , A.L.T.; SÍVERES. L. *Transcendendo fronteiras [recurso eletrônico]: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SOUZA, A. L. L. *A História da Extensão Universitária*. Campinas: Alínea, 2000.

SOUZA, C. B.; ESPÍRITO SANTO, L. C.; GIUGLIANI, E. R. J. Políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno: a experiência do Brasil. [Tradução]. *Politique publique de soutien à l'allaitement maternel: l'expérience du Brésil . La Santé de l'homme*. n. 408, p. 34- 36, Juillet-Août 2010. <portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/artigo_franca_novo.pdf> Acesso em: 12 de nov. 2013.

TAVARES, M.C.M. *Extensão universitária: novo paradigma de universidade?* Maceió: EDUFAL, 1997. 235 p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura. *Data UERJ 1992*, anuário estatístico base de dados 1992. Rio de Janeiro: UERJ, 1992. 185 p.

_____. *Data UERJ 1993* anuário estatístico base de dados 1993. Rio de Janeiro: UERJ, 1993. 220 p.

_____. *Data UERJ 1994* anuário estatístico base de dados 1994. Rio de Janeiro: UERJ, 1994. 220 p.

_____. *Data UERJ 1995* anuário estatístico base de dados 1995. Rio de Janeiro: UERJ, 1995. 234 p.

_____. *Data UERJ 1996* anuário estatístico base de dados 1996. Rio de Janeiro: UERJ, 1996. 235 p.

_____. *Data UERJ 1997* anuário estatístico base de dados 1997. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. 234 p.

_____. *Data UERJ 1998*: anuário estatístico base de dados 1998. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. 242 p.

_____. *Data UERJ 1999*: anuário estatístico base de dados 1999. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. 285 p.

_____. *Data UERJ 2002*: anuário estatístico base de dados 2002. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 306 p.

_____. *Data UERJ 2003*: anuário estatístico base de dados 2003. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. 378 p.

_____. *Data UERJ 2008*: anuário estatístico base de dados 2007. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. 462 p.

_____. *Data UERJ 2009*: anuário estatístico base de dados 2008. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. 356 p.

_____. *Data UERJ 2010*: anuário estatístico base de dados 2009. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. 493 p.

_____. *Data UERJ 2011*: anuário estatístico base de dados 2010. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. 356 p.

_____. *Data UERJ 2012*: anuário estatístico base de dados 2011. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. 356 p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura. *Data UERJ 2013: anuário estatístico base de dados 2012*. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. 424 p.

_____. *Data UERJ 2014: anuário estatístico base de dados 2013*. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. 416 p.

_____. *Data UERJ 2015: anuário estatístico base de dados 2014*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. 420 p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Desenvolvido pela Diretoria de Comunicação Social - COMUNS*. Apresenta informações gerais sobre a universidade. <<http://www.uerj.br/>>. Acesso em: 10 de abr. 2013.

_____. *Ato Executivo da Administração nº 393/71*. Cria o Campus Avançado Parintins. Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

_____. CONGRESSO INTERNO DA UERJ, 1, 1984. *Resoluções*. Rio de Janeiro, 1984.

_____. *Deliberação n. 009/03, de 07 de maio de 2003a*. Estabelece as diferentes atividades acadêmicas como integrantes dos Cursos de Graduação. Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

_____. *Deliberação nº 015/1973*. Promulga o regimento do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CSEP). Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

_____. *Deliberação nº 197/1988*. Estabelece o Plano de carreira docente. Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

_____. *Resolução nº 519/81, de 10 de julho de 1981*. Cria o Instituto de Nutrição. Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

_____. *Desenvolvido pela Diretoria de Comunicação Social - COMUNS*. Apresenta informações gerais sobre a universidade. <<http://www.uerj.br/>>. Acesso em: 10 de abr. 2013.

_____. *Relatório da Comissão Acadêmica de Análise Institucional*. Rio de Janeiro. 1989. Arquivo capturado em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/1989_uerj.pdf>. Acesso em 9 de out. de 2013.

_____. *Resolução n. 008/91, de 01 de outubro de 1991*. Regulamenta o processo de eleição do Reitor e do Vice Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

_____. *Resolução nº 002/1998*. Altera o nome do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CSEP) para Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CSEPE). Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 03/1995, 09 de maio de 1995*. Altera a resolução nº503/81, e dá outras providências. Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Resolução nº 503/81*. Cria a Sub-Reitoria de Assuntos Comunitários – SR-3. Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

_____. *Ato Executivo da Administração 1363/84*. Dispõe sobre atribuições e estrutura da Sub-Reitoria de Assuntos Comunitários. Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

_____. *Ato Executivo da Administração 002/1994*. Reestrutura da Sub-Reitoria de Assuntos Comunitários. Disponível em: <www.boluerj.uerj.br/pdf/>. Acesso em: 15 jul., 2013.

_____. *Catálogo UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM MUROS*. Ano IV. A UERJ abre suas portas e se integra à comunidade. 14 e 15 de setembro de 1993. 88 p.

_____. *Catálogo de Extensão 1*. UERJ, DEx, SR-3. 1994.112 p.

_____. *Catálogo de Extensão 2*. UERJ, DEx, SR-3. 1995. 213 p.

_____. *Catálogo de Extensão 3*. UERJ, Depext, SR-3. 1996.165 p.

_____. *Catálogo de Extensão 4*. UERJ, Depext, SR-3. 1997. 164 p.

_____. *Catálogo de Extensão 5*. UERJ, DEx, SR-3. 1998.164 p.

_____. *Catálogo de Extensão 6*. UERJ, DEx, SR-3. 1999. 236 p.

_____. *Catálogo UERJ SEM MUROS*. 7. ed. Integrando a Universidade e Sociedade. 10- 12 de setembro de 1996.184 p.

_____. *Catálogo de Atividades de Extensão*. UERJ SEM MUROS, 8. ed. 6ª Semana de Iniciação científica, 1ª Mostra de Extensão. 10 - 12 de setembro de 1997. 179 p.

_____. *Catálogo de Atividades de Extensão*. UERJ SEM MUROS. 9. ed. 7ª Semana de Iniciação científica. 2ª Mostra de Extensão. 4-6 de outubro de 1998. 230 p.

_____. *Catálogo de Atividades de Extensão*. UERJ SEM MUROS 10 anos. 10. ed. 8ª Semana de Iniciação científica. 3ª Mostra de Extensão. 15- 17 de setembro de 1999. 203 p.

_____. *Catálogo de Atividades 2000*. UERJ SEM MUROS. 11. ed. 9ª Semana de Iniciação científica. 08 - 10 de outubro de 2000. 263 p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Catálogo de Atividades 2001*. UERJ SEM MUROS. 12ª edição. 24-28 de setembro de 2001. 266 páginas.

_____. *5ª Mostra de Extensão*. UERJ, DEx, SR-3. Resumos: pôsteres, comunicações coordenadas e oficinas. Setembro, 2001. ISSN 1676 0778. (CD).

_____. *Catálogo de Atividades 2002 - UERJ SEM MUROS* -13ª edição. 23-27 de setembro de 2002. 337p.

_____. *6ª Mostra de Extensão*. Livro de Resumos. UERJ, DEPEXT, SR-3. Org. Castro, Luciana: Dottling, Giselle Rappaport. 25-27 de Setembro, 2002.

_____. *Catálogo de Atividades 2003*. UERJ SEM MUROS. 14ª edição. 01-05 de dezembro de 2003. 366 p.

_____. *7ª Mostra de Extensão* – Livro de Resumos. UERJ, DEPEXT, SR-3. Org. Castro, Luciana: Dottling, Giselle Rappaport. 25-27 de dezembro, 2003. 442 p.

_____. *15ª UERJ SEM MUROS*. 4ª Semana de Graduação, 8ª Mostra de Extensão. 13ª Semana de Iniciação científica, 1º Espaço Ciência. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SR-1, DEPEXT- SR-3. 22 - 26 de setembro. 2004. (CD).

_____. *16ª UERJ SEM MUROS*. 5ª Semana de Graduação, 9ª Mostra de Extensão, 14ª Semana de Iniciação científica, 2º Espaço Ciência – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SR-1, DEPEXT- SR-3. 19 -21 outubro, 2005. (CD).

_____. *17ª UERJ SEM MUROS*. 6ª Semana de Graduação, 10ª Mostra de Extensão, 15ª Semana de Iniciação científica, 3º Espaço Ciência – UERJ, SR-1, SR-2, DEPEXT- SR-3. 30 de novembro a 01 de dezembro, 2006. (CD).

_____. *18ª UERJ SEM MUROS*. 7ª Semana de Graduação, 11ª Mostra de Extensão, 16ª Semana de Iniciação científica, 4º Espaço Ciência – UERJ, SR-1, SR-2, DEPEXT- SR-3. 06 - 11 de dezembro, 2007. (CD).

_____. *19ª UERJ SEM MUROS*. 8ª Semana de Graduação, 12ª Mostra de Extensão, 17ª Semana de Iniciação científica, 5º Espaço Ciência – UERJ, SR-1, SR-2, DEPEXT- SR-3. 20 - 25 de outubro, 2008. (CD).

_____. *20ª UERJ SEM MUROS*. 9ª Semana de Graduação, 13ª Mostra de Extensão, 18ª Semana de Iniciação científica, 6º Espaço Ciência – UERJ, SR-1, SR-2, DEPEXT- SR-3. 06 - 11 de dezembro, 2009. (CD).

_____. *21ª Edição da UERJ SEM MUROS*. 10ª Semana de Graduação, 14ª Mostra de Extensão, 19ª Semana de Iniciação científica, 7º Espaço Ciência – UERJ, SR-1, SR-2, DEPEXT- SR-3. 27 de setembro - 1º de outubro, 2010. (CD).

_____. *22ª UERJ SEM MUROS*. 11ª Semana de Graduação, 15ª Mostra de Extensão, 20ª Semana de Iniciação científica, 8º Espaço Ciência – UERJ, SR-1, SR-2, DEPEXT- SR-3. 19 a 23 de setembro, 2011. (CD).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *23ª UERJ SEM MUROS*. 12ª Semana de Graduação, 16ª Mostra de Extensão, 21ª Semana de Iniciação científica, 9º Espaço Ciência – UERJ, SR-1, SR-2, DEPEXT- SR-3. 01 - 05 de outubro, 2012. (CD).

_____. *24ª UERJ SEM MUROS*. 13ª Semana de Graduação, 17ª Mostra de Extensão. 23ª Semana de Iniciação científica, 10º Espaço Ciência. UERJ, SR-1, DEPEXT- SR-3. 22 - 26 de setembro. 2013. (CD).

_____. *25ª UERJ SEM MUROS*. 14ª Semana de Graduação, 18ª Mostra de Extensão. 23ª Semana de Iniciação científica, 11º Espaço Ciência. UERJ, SR-1, DEPEXT- SR-3. 22 - 26 de setembro. 2014. (CD).

_____. *26ª UERJ SEM MUROS*. 15ª Semana de Graduação, 19ª Mostra de Extensão, 24ª Semana de Iniciação científica, 26ª Feira de Prestação de Serviço e 12º Espaço Ciência. UERJ, SR-1, SR-2, DEPEXT- SR-3. 21 - 25 de setembro, 2015. (CD).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Sub-reitoria de Extensão e Cultura. *Ordem de serviço SR-3 nº 004/2003 de 21/08/2003b*. Regulamenta a alocação de Carga Horária em Extensão e dá outras providências.

VASCONCELOS, F.A.G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Rev. Nutr.*, Campinas, v.18, n.4, p.439-457, jul.-ago, 2005.

VASCONCELOS, F.A. G; Baptista, M. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, 1, p. 81-90, 2011.

VILA BELA, M.V.S. *Extensão Universitária: Diretrizes gerais para uma política de extensão na UERJ*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação /UERJ, 1989. 229 p.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO BIOMÉDICO
INSTITUTO DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE
CURSO DE DOUTORADO EM ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado professor,

Estamos desenvolvendo um resgate das atividades de extensão universitária no Instituto de Nutrição, desde a sua implantação até o momento atual, como parte da tese de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO INSTITUTO DE NUTRIÇÃO DA UERJ: HISTÓRIA E POSSÍVEIS INTERFACES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.

Nosso objetivo é sistematizar a história da Extensão Universitária analisando os projetos de extensão desenvolvidas no Instituto de Nutrição da UERJ no período de 2000-2013 e suas possíveis interfaces com as políticas públicas relacionadas com a Alimentação e Nutrição.

Trata-se de uma pesquisa descritiva documental baseada na pesquisa bibliográfica, na análise dos documentos coletados em arquivos e registros. Optamos também por realizar entrevistas com informantes chaves que detenham o conhecimento relativo ao tema, para preencher lacunas de informação.

Assumimos o compromisso de garantir sigilo em relação às informações prestadas e assegurar a privacidade dos entrevistados. Esclarecemos também que os usos das informações estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde. Sua colaboração se fará de forma anônima e o acesso e a análise dos dados coletados se fará apenas pelo pesquisador e/ou seus orientadores.

Dúvidas e comentários poderão ser encaminhados para Maria Thereza Furtado Cury, à Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12o andar, Blocos D, CEP 20559-900, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ) ou pelo e-mail mtcury@gmail.com. Caso haja alguma dificuldade contate o Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ situado à Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão João Lyra Filho, 3o andar, sala 3018, Bloco E, CEP 20559-900, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), telefone (21) 23342180.

Contamos com sua participação.

Maria Thereza Furtado Cury - doutoranda do PPGANS/ UERJ

Declaro ter entendido as informações deste termo de consentimento e concordo em participar desta pesquisa.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2014.

Nome do Entrevistado: _____

Assinatura do Entrevistado: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

APÊNDICE B - Roteiro das entrevistas realizadas com informantes chave

Questões para o debate:

1. Como você vê o processo de institucionalização da Extensão Universitária na UERJ? Que eventos, fatos e legislação você considera que favoreceram o crescimento e contribuíram para a institucionalização da extensão universitária nesta universidade?
2. Que fatos históricos no cenário da SR-3 em especial no DEPEXT influenciaram a evolução da atividade extensionista na UERJ?
3. A Política Nacional de Extensão Universitária, no documento de Manaus, 2012 do FORPROEX propõe no artigo 3º, como uma das ações políticas, a articulação das ações extensionistas com as políticas públicas, trazendo o fortalecimento da própria extensão universitária. Como você vê esta proposição na prática? Que vantagens e desafios podem advir desta aproximação para a universidade? Você acha que o PROEXT é uma ferramenta importante para fomentar esta aproximação?
4. A minuta do Plano Nacional de Extensão Universitária- PNext- 2011-2020 propõe nove diretrizes no seu artigo 3º, e dentre elas estão; II- engajamento da universidade com a sociedade, mediado por uma relação bidirecional de mútuo desenvolvimento; e IV - relação autônoma e crítico-propositiva da extensão com as políticas públicas, por meio de programas estruturantes capazes de gerar desenvolvimento social. De que maneira você acha que a UERJ pode articular estas duas diretrizes, em especial com as políticas públicas em Alimentação, Nutrição e Saúde atualmente desenvolvidas? Que sugestões podem ser dadas para que o INU possa atuar na consecução das metas propostas pelo Plano?
5. Que desafios você vê para a Extensão Universitária na UERJ nos dias de hoje?

APENDICE C - Documentos utilizados como base para a descrição e a análise dos projetos de extensão do INU de 2000 a 2014

Projeto	Listas de projetos ano-a-ano	Catálogo de extensão	Livros de resumo da USM- brochura ou CD	Relatórios de projetos em papel	Planilhas 2005-2010 da SR-3	Relatórios de projetos - SIEXT	Entrevista com o coordenador
Nutri-Clipping	X						
Avaliação e Educação Nutricional para Escolares-Cap/UERJ	X	X					
Internato de Nutrição em Saúde Coletiva	X	X	X	X	X	X	X
Ações Básicas de Atenção em Nutrição, Saúde, Vigilância Nutricional, montagem e Implantação de posto de Saúde para atendimento Comunitário	X	X		X	X		
Creche- Forma de Intervenção Nutricional - Estudo de Caso II	X						
Monitoramento do estado nutricional da Creche Esperança do Amanhã- Estudo de Caso III	X						
Aprimoramento do sistema de informações sobre mercado de trabalho do nutricionista no CRN-4 - 1ª fase	X						
Nutrição e Saúde do Adolescente	X						
Monitoramento rotineiro das Cantinas Permissionárias da UERJ	X						
Nutrição e Saúde da Criança e Adolescente- Avaliação Nutricional dos Escolares do CIEP Salvador Allende	X						
(continuação)							
Acompanhamento do EN de cardiopatas	X						
Alimentação, Nutrição e Envelhecimento (Nutrição e terceira idade)	X						
Nutrição na Biblioteca da UERJ – Apoio à produção Acadêmica em Nutrição e		X					

Saúde							
Implantação do Internato Rural de Nutrição em Paracambi.		X					
Avaliação da qualidade dos méis comercializados no município do Rio de Janeiro			X				
Avaliação Nutricional de população carentes e análise de rigor metodológico dos dados antropométricos para propostas de solução/RJ		X					
Projeto: Grupos de Prevenção e Promoção da Saúde na Terceira Idade. (GPPS)		X					
Intervenção nutricional em Creche Comunitária	X						
Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional em Saúde da Família - Alto Simão	X	X					
Educação Nutricional em Puericultura - Uma parceria INU/DNS/PPC/UERJ	X	X	X	X	X	X	
Capacitação em Vigilância em Saúde do Trabalhador nos novos cenários de trabalho.		X					
Cozinha Escola: Processo produtivo de refeições padrão para comercialização	X						
Garantia de qualidade do processo produtivo de restaurantes para coletividade	X						
Organização do restaurante do CEADS: Vila dos Rios – Ilha Grande	X						X
Processamento e beneficiamento tecnológico de recursos pesqueiros: cultivo de mexilhões	X						X
Vigilância Alimentar e nutricional em creches públicas do município de Niterói	X						
Técnica Dietética associada à Educação Nutricional no tratamento de adultos obesos e/ou diabéticos atendidos na PPC: uma parceria INU/PPC	X						
Série Textos Sobre Envelhecimento	X						

Segurança Alimentar: controle de qualidade das cantinas permissionárias da UERJ	X						
Avaliação Nutricional e antropométrica de atletas	X				X	X	
Avaliação Nutricional de Trabalhadores de Alimentação Coletiva							
Avaliação do Programa de Alimentação escolar no Estado do Rio de Janeiro	X						X
Centro de Qualidade Alimentar	X						X
Clínicas Tecnológicas do setor de refeições coletivas e fast-foods	X						X
Acompanhamento nutricional de crianças desnutridas, menores de 5 anos, no município de São Pedro da Aldeia	X						
Ações educativas para pacientes com linfoma e seus familiares tratados no Hospital Universitário Pedro Ernesto					X		
Observatório da exposição ocupacional à Silica (OBES)					X		
Assistência Nutricional ao paciente atendido na Policlínica Piquet Carneiro(PPC/UERJ)					X		
Avaliação do Estado Nutricional de Diabéticos							
Grupo Amigo: ação multidisciplinar no tratamento da obesidade							
Nutrição e Internet: uma integração para novas perspectivas							
Saúde da Família no Alto Simão: A Integralidade e interdisciplinaridade na assistência e no ensino.							
Acompanhamento amb. de adolescente e portadores de sobrepeso e obesidade							X
Acolhimento de gestantes, nutrizes e lactentes atendidos na Policlínica Piquet Carneiro							
Vigilância Alimentar e nutricional em creches	X	X	X			X	X

públicas do município de Niterói							
Assistência Nutricional aos pacientes atendidos no ambulatório de Medicina Integral (HUPE/UERJ)	X	X				X	
DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde(CERES: nutrição e saúde)	X	X				X	
Alimentos diet e light: orientação aos consumidores				X	X		
Estratégias visando o aumento da adesão à reeducação alimentar			X			X	
Desenvolvimento de receitas hipoprotéicas voltadas ao pacientes com doença renal crônica			X			X	
Internato Multidisciplinar em Vigilância Sanitária: Alimentos e Nutrição (IMVISA)			X			X	
Grupo Técnico em Segurança Alimentar - GTSA			X			X	
Garantia de Qualidade do Processo Produtivo das Refeições Servidas no Restaurante Universitário da UERJ - Campus Maracanã			X			X	
Monitoramento epidemiológico da Situação da Silicose no Brasil e contribuições para a vigilância em saúde			X			X	
O Nutricionista no programa TELESSAÚDE			X			X	
Promoção de alimentação saudável e atividade física aos trabalhadores dos Restaurantes Populares do Rio de Janeiro.			X			X	
Assistência Nutricional e Práticas Educativas em Crianças e Adultos com Anemia Falciforme			X			X	
Qualificação das ações de alimentação e nutrição na rede pública de ensino básico dos municípios do estado do Rio de Janeiro			X			X	
Caminhando juntos na direção de creche "Amiga da alimentação saudável"			X			X	

Nutrição e saúde óssea			X			X	
O “olhar” do usuário para um atendimento nutricional responsável e humanizado			X			X	
Desenvolvimento de hortas domésticas e comunitárias para prevenção de distúrbios nutricionais			X			X	
Produção de alimentos para geração de renda familiar			X			X	
Projeto Cogitatus: rede de saberes e modos de fazer o cuidado em nutrição			X			X	
Núcleo de Assist.e Pesquisa em Transtornos Alimentares			X			X	
Desenvolvimento de estratégias voltadas à organização da atenção nutricional de pacientes com doença renal crônica nos estágios 1 a 5 da doença na rede municipal de saúde do RJ			X			X	
EcoBuffet: formação comunitária com ênfase em sustentabilidade, aproveitamento integral dos alimentos e boas práticas sanitárias.			X			X	
Projeto de Reorientação da Formação em Saúde			X			X	
INOVANUTRI Jr.- Empresa Junior de Nutrição da UERJ			X			X	X
Núcleo de Assistência e Pesquisa em Prevenção de Aterosclerose – NAPPA			X			X	
Projeto de Atuação do Grupo de Extensão e Pesquisa em Epidemiologia do Câncer – GEPEC – Estratégias de atuação junto ao Sistema Único de Saúde e ao poder judiciário.			X			X	
Promoção da alimentação adequada e saudável na perspectiva do turismo solidário			X			X	
Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno em Banco de Leite Humano do Município do RJ.			X			X	

APENDICE D – Relação dos projetos de extensão que alteraram seu nome ao longo do tempo de vigência

Entre parênteses estão os nomes anteriores.

1. Avaliação e Educação Nutricional para Escolares Cap/UERJ (Educação Nutricional no Colégio de Aplicação da UERJ).
2. Internato de Nutrição em Saúde Coletiva (Internato Rural em Nutrição, Internato Integrado em Nutrição no interior).
3. Acompanhamento do estado nutricional de cardiopatas (Avaliação do Estado Nutricional de Cardiopatas; Avaliação do Estado Nutricional dos Participantes do Programa de Reabilitação Cardíaca da UERJ).
4. Alimentação, Nutrição e Envelhecimento (Nutrição e Terceira idade).
5. Segurança Alimentar: controle de qualidade das cantinas permissionárias da UERJ (Segurança Alimentar: treinamento dos manipuladores de alimentos e monitoramentos dos pontos de controle na produção de refeições e/ou alimentos das cantinas permissionárias da UERJ; Garantia de qualidade alimentar: treinamento dos manipuladores de alimentos e monitoramento das cantinas permissionárias da UERJ).
6. Avaliação Nutricional e antropométrica de atletas (Acompanhamento Dietético e Antropométrico e Atletas de Elite).
7. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde (CERES: nutrição e saúde).
8. Caminhando juntos na direção de creche "Amiga da alimentação saudável" (Caminhando juntos na direção de creches "amiga da criança").

ANEXO A - Diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, e formas de operacionalização mais frequentes (BRASIL,2012)

1 Organização da Atenção Nutricional - compreende os cuidados relativos à alimentação e nutrição voltados à promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos, devendo estar associados às demais ações de atenção à saúde do SUS, para indivíduos, famílias e comunidades, contribuindo para a conformação de uma rede integrada, resolutiva e humanizada de cuidados.

2 Promoção da Alimentação Adequada e Saudável - um conjunto de estratégias que proporcionem aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Considerando-se que o alimento tem funções transcendentais ao suprimento das necessidades biológicas, pois agrega significados culturais, comportamentais e afetivos singulares que não podem ser desprezados.

3 Vigilância Alimentar e Nutricional - A vigilância alimentar e nutricional consiste na descrição contínua e na predição de tendências das condições de alimentação e nutrição da população e seus fatores determinantes. Deverá ser considerada a partir de um enfoque ampliado que incorpore a vigilância nos serviços de saúde e a integração de informações derivadas de sistemas de informação em saúde, dos inquéritos populacionais, das chamadas nutricionais e da produção científica.

4 Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição - as estruturas gerenciais devem possibilitar a construção de estratégias capazes de elaborar e concretizar processos, procedimentos e fluxos de gestão, em consonância com as suas realidades organizacionais e que promovam a formulação, a implementação e o monitoramento das suas ações de alimentação e nutrição.

5 Participação e Controle Social - A participação social deve estar presente nos processos cotidianos do SUS, sendo transversal ao conjunto de seus princípios e diretrizes.

6 Qualificação da Força de Trabalho - desenvolver e fortalecer mecanismos técnicos e estratégias organizacionais de qualificação da força de trabalho para gestão e atenção nutricional, de valorização dos profissionais de saúde, com o estímulo e viabilização da formação e da educação permanente, da garantia de direitos

trabalhistas e previdenciários, da qualificação dos vínculos de trabalho e da implantação de carreiras que associem desenvolvimento do trabalhador com qualificação dos serviços ofertados aos usuários.

7 Controle e Regulação dos Alimentos - preocupação em ofertar o alimento saudável e com garantia de qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica à população é o produto final de uma cadeia de processos, desde a produção (incluindo a agricultura tradicional e familiar), processamento, industrialização, comercialização, abastecimento até a distribuição, cuja responsabilidade é partilhada com diferentes setores de governo e da sociedade.

8 Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição - desenvolvimento do conhecimento e o apoio à pesquisa, à inovação e à tecnologia, no campo da alimentação e nutrição em saúde coletiva, possibilitam a geração de evidências e instrumentos necessários para implementação da PNAN.

9 Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional - A intersectorialidade permite o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições e diferentes setores do governo que atuam na produção da saúde e da SAN na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas que possam ter impacto positivo sobre a saúde da população.

ANEXO B - Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2011)

Diretriz 1 – Promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável, com Prioridade para as Famílias e Pessoas em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Objetivo 1- Assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e reforço ao acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de alimentação, saúde, educação e assistência social, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do DHAA.

Objetivo 2- Promover o acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, de forma a contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

Objetivo 3 - Promover a melhoria das condições socioeconômicas e de acesso à alimentação e nutrição a idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por meio do acesso à rede dos serviços socioassistenciais, das ações de segurança alimentar e nutricional e das demais políticas setoriais.

Objetivo 4 - Ampliar as condições de acesso à fome à alimentação adequada e saudável das famílias mais vulneráveis, por meio do provimento de refeições e alimentos, em equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos e que enfrentam calamidades.

Objetivo 5 - Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável aos trabalhadores de baixa renda empregados no setor formal.

Diretriz 2 – Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos.

Objetivo 1 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de consolidar a organização de circuitos locais e regionais de produção, abastecimento e consumo

para a garantia do acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Objetivo 2 - Aperfeiçoar o acompanhamento e avaliação de safras, bem como a geração e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento, incluindo as da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e os produtos da sociobiodiversidade, de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas, a comercialização, a tomada de decisão pelos agentes da cadeia produtiva e assegurar a soberania alimentar.

Objetivo 3- Utilizar os mecanismos da Política Agrícola em apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), incluindo o público da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, de modo a contribuir para a garantia do abastecimento interno e da soberania alimentar.

Objetivo 4 - Ampliar a participação de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais no abastecimento dos mercados, com ênfase nos mercados institucionais, como forma de fomento a sua inclusão socioeconômica e à promoção da alimentação adequada e saudável.

Objetivo 5 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais.

Objetivo 6 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, aquicultores familiares, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais.

Objetivo 7 - Promover o acesso à terra a trabalhadores rurais e o processo de desenvolvimento dos assentamentos como formas de democratizar o regime de propriedade, combater a pobreza rural, ampliar o abastecimento alimentar interno e a segurança alimentar e nutricional.

Objetivo 8 - Fomentar e estruturar a produção dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Objetivo 9 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, da ampliação e qualificação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

Objetivo 10 - Promover o modelo de produção, extração e processamentos de alimentos agroecológicos e orgânicos e de proteção e valorização da agrobiodiversidade.

Objetivo 11 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão, controle e educação voltados para o uso de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados e demais insumos agrícolas.

Objetivo 12- Utilizar a abordagem territorial como estratégia para promover a integração de políticas públicas e a otimização de recursos, visando à produção de alimentos e ao desenvolvimento rural sustentável.

Objetivo 13 - Fomentar e estruturar a produção de pescadores artesanais e aquicultores familiares, de forma a gerar sua inclusão produtiva e ampliar e qualificar o abastecimento de pescado para o consumo interno.

Objetivo 14 - Garantir a qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos a serem consumidos e facilitar a comercialização no mercado formal dos produtos das agroindústrias familiares, por meio da reestruturação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) em todo o território nacional.

Diretriz 3 – Instituição de Processos Permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa e Formação nas Áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada

Objetivo 1 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e de promoção da alimentação adequada e saudável, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Objetivo 2 - Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.

Objetivo 3 - Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar e fortalecer a gestão, execução e o controle social do PNAE, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Objetivo 4 - Estimular a sociedade civil organizada a atuar com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável.

Objetivo 5 - Promover ciência, tecnologia e inovação para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Objetivo 6 - Promover cultura e educação em direitos humanos, em especial o Direito Humano à Alimentação.

Adequada.

Diretriz 4 – Promoção, Universalização e Coordenação das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional Voltadas para Quilombolas e demais Povos e Comunidades Tradicionais de que Trata o Decreto nº 6.040/2007 e Povos Indígenas.

Objetivo 1 - Garantir aos povos indígenas, por meio de ações participativas, a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais mediante ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados.

Objetivo 2 - Realizar a regularização fundiária das comunidades quilombolas, por meio da delimitação, reconhecimento, indenização das benfeitorias e imóveis, desintrusão e titulação dos territórios quilombolas.

Objetivo 3 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, autonomia e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

Objetivo 4 - Promover a segurança alimentar e o etnodesenvolvimento dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, por meio do uso sustentável da biodiversidade, com enfoque na valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade.

Objetivo 5 - Promover a saúde, a alimentação e a nutrição de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Diretriz 5 – Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição em Todos os Níveis de Atenção à Saúde, de Modo Articulado às demais Ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Objetivo 1 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional.

Objetivo 2 - Promover o controle e a regulação de alimentos.

Objetivo 3 - Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Objetivo 4 - Fortalecer a vigilância alimentar e nutricional.

Diretriz 6 – Promoção do Acesso Universal à Água de Qualidade e em Quantidade Suficiente, com Prioridade para as Famílias em Situação de Insegurança Hídrica e para a Produção de Alimentos da Agricultura Familiar, Pesca e Aquicultura.

Objetivo 1 - Garantir o acesso à água para o consumo humano e a produção de populações rurais difusas e de baixa renda, de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Objetivo 2 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico e serviços de abastecimento de água em comunidades quilombolas, assentamentos rurais, terras indígenas e demais territórios de povos e comunidades tradicionais, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Diretriz 7 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais

Objetivo 1 - Expandir a participação do Brasil em ações internacionais de proteção, promoção e provimento do Direito Humano à Alimentação Adequada por meio de cooperação humanitária no combate à fome e à pobreza.

Objetivo 2 - Fortalecer a atuação brasileira em foros de negociação internacional para governança global em segurança alimentar e nutricional.

Objetivo 3 - Ampliar as ações de cooperação internacional referentes aos programas que compõem o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com ênfase na cooperação sul-sul e na integração latino-americana.

Objetivo 5 - Garantir a aplicação do princípio de participação social, contido na LOSAN em processos de discussão e de tomada de decisão nos foros de negociação internacional para governança global em segurança alimentar e nutricional.

Diretriz 8 – Monitoramento da Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Objetivo 1 - Identificar avanços e retrocessos no cumprimento das obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

ANEXO C - Linhas de Extensão, em ordem alfabética, para classificação das ações de Extensão Universitária, e formas de operacionalização mais frequentes (FORPROEX, 2007)

- 1- Alfabetização, leitura e escrita - Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
- 2- Artes cênicas - Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
- 3- Artes integradas - Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
- 4- Artes plásticas- Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
- 5- Artes visuais - Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.
- 6- Comunicação estratégica Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
- 7- Desenvolvimento de produtos - Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
- 8- Desenvolvimento regional - Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos

regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.

9- Desenvolvimento rural e questão agrária - Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.

10- Desenvolvimento tecnológico - Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.

11- Desenvolvimento urbano - Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.

12- Direitos individuais e coletivos - Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.

13- Educação profissional - Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.

14- Empreendedorismo - Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e pólos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a pró atividade.

- 15- Emprego e renda- Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
- 16- Endemias e epidemias - Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.
- 17- Espaços de ciência - Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
- 18- Esporte e lazer - Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
- 19- Estilismo - Estilismo e moda.
- 20- Fármacos e medicamentos - Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
- 21- Formação de professores (formação docente)- Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
- 22- Gestão do trabalho- Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).

- 23- Gestão informacional - Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
- 24- Gestão institucional - Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não governamentais.
- 25- Gestão pública - Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
- 26- Grupos sociais vulneráveis Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
- 27- Infância e adolescência- Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
- 28- Inovação tecnológica - Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
- 29- Jornalismo - Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.
- 30- Jovens e adultos - Processos de atenção (saúde, assistência social, etc.), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.

- 31- Línguas estrangeiras - Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
- 32- Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem - Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
- 33- Mídias-artes - Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital.
- 34- Mídias - Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
- 35- Música - Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
- 36- Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares - Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
- 37- Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial - Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
- 38- Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais - Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais,

síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.

39- Propriedade intelectual e patente - Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e sobre propriedade intelectual e patente.

40- Questões ambientais - Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.

41- Recursos hídricos - Planejamento de micro bacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.

42- Resíduos sólidos - Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.

43- Saúde animal - Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.

44- Saúde da família - Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.

45- Saúde e proteção no trabalho - Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.

46- Saúde humana - Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.

47- Segurança alimentar e nutricional - Incentivo à produção de alimentos básicos, auto abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.

48- Segurança pública e defesa social - Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.

49- Tecnologia da informação- Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.

50- Temas específicos / Desenvolvimento humano - Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, lingüística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano.

51- Terceira idade - Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.

52- Turismo - Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc.) como setor gerador de emprego e renda; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.

53- Uso de drogas e dependência química - Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.